UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

LUCAS FELÍCIO COSTA

PODER, MEMÓRIA E ESTIGMAS

PONTES ENTRE CERES E RIALMA

GOIÂNIA

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Lucas Felício Costa				
E-mail:	lucascosta.arq@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [x]Sim [ ] Não					
Vínculo empregatício do autor	Professor de Arquitetura e Urbanismo – UFG/Goiás				
Agência de fomento:				Sigla:	Capes
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	008898340001-80
Título:	Poder, memória e estigmas: pontes entre Ceres e Rialma				
Palavras-chave:	Poder, Memória, Estigma, Ceres, Rialma				
Título em outra língua:	Power, memory and stigmas: bridges between Ceres and Rialma				
Palavras-chave em outra língua:	Power, Memory, Stigma, Ceres, Rialma				
Área de concentração:	Projeto, teoria, história e crítica.				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	24/02/2016				
Programa de Pós-Graduação:	Programa De Pós-Graduação Em Projeto E Cidade				
Orientador (a):	Pedro Dultra Britto				
E-mail:	pdbritto@gmail.com				
Co-orientador (a):*	Carolina Ferreira da Fonseca – CPF: 922.800.481-91				
E-mail:	caca.fonseca@gmail.com				

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: _____ / _____ / _____

Assinatura do (a) autor (a)

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LUCAS FELÍCIO COSTA

PODER, MEMÓRIA E ESTIGMAS

PONTES ENTRE CERES E RIALMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em *Projeto e Cidade*, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Dultra Britto e co-orientação da Profa. Dra. Carolina Ferreira da Fonseca

GOIÂNIA

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Felício Costa, Lucas
Poder, memória e estigmas [manuscrito] : Pontes entre Ceres e Rialma / Lucas Felício Costa. - 2016.
CLXXXIV, 184 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Dultra Britto; co-orientadora Dra. Carolina Ferreira da Fonseca.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV) , Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Projeto e Cidade, Goiânia, 2016.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Poder. 2. Memória. 3. Estigma. 4. Ceres. 5. Rialma. I. Dultra Britto, Pedro, orient. II. Ferreira da Fonseca, Carolina, co-orient. III. Título.

Lucas Felício Costa

Poder, memória e estigmas: pontes entre Ceres e Rialma

Dissertação defedida no dia 24 de fevereiro de 2016, no Programa de Pós Graduação Projeto e Ciadade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Pedro Dultra Britto
(Orientador) FAV-UFG

_____

Profa. Dra. Carolina Ferreira da Fonseca
(Co-orientadora) FAV-UFG

_____

Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
FAV-UFG

_____

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
IESA-UFG

Aos pelotas:
fonte inesgotável de amor e alegria.

AGRADECIMENTOS

Das pontes de idas e vindas, das voltas, da trajetória, do incentivo, da espera, dos laços e abraços os agradecimentos são de 2014 a 2016 e de toda a vida.

Aos meus pais, Ataíde e Sônia. Com vocês aprendi os primeiros passos, a falar, a escrever, aprendi que tudo na vida, com fé e seguindo pelo caminho do bem, Deus proverá. Agradeço, dedico e compartilho com e para vocês este trabalho.

Ao meu irmão Artur e a minha cunhada-irmã Elisa, que estiveram presentes em todos os momentos e me ensinaram ter confiança, fé. Pelo apoio, pelas conversas! A minha admiração e meu muito obrigado!

À Fernanda, minha companheira de ontem, hoje e do amanhã. Meu agradecimento especial, por estar sempre me apoiando nesta e em tantas outras etapas. Soube ter paciência, soube esperar e estar presente nas horas certas. Muito obrigado.

Aos meus orientadores Pedro Britto e Carolina Fonseca (Cacá) e à pequena Aurora, pelo afeto, pelas orientações e contribuições precisas e atentas, no diálogo, nos questionamentos, no incentivo, no freio. Amizade que se construiu pra vida. Muito obrigado.

Aos professores Adriana Mara Vaz e Eguimar Felício Chaveiro pelas contribuições precisas no exame de qualificação e banca de defesa. Minha admiração e meu agradecimento.

À Coordenação de pós-graduação do programa de mestrado Projeto e Cidade da UFG pelo apoio a todos nós alunos.

À Glauciene e à Bruna que fazem com maestria a ponte entre nós, alunos, e as exigências burocráticas.

Aos colegas do mestrado: Edinardo Lucas, Ana Isabel Oliveira, Helloá Fernandes, José Renato, Diogo Sakai, Irina Alencar, Manuel Balbino, Simone Buiate, Camila Arantes, Lucas Vargas, Simone Borges, Fernanda Mendonça, Márcia Guerrante, Juliana Durando, com quem dividimos conhecimentos, leituras, análises, contribuições, risos e apoios.

Aos professores da UFG: Bráulio Vinícius, Adriana Mara Vaz, Bráulio Romeiro, Marcelina Gorni, Alex Ratts pelas inúmeras contribuições dentro e fora da academia.

Aos colegas e alunos do Escritório Público (ZÉU-UFG) que me acompanharam nesta jornada e me ensinaram muito além do que imaginam.

Ao grupo de pesquisa Entrópicos-UFG pelos diálogos, questionamentos e pesquisas que contribuíram para a construção deste trabalho.

Aos colegas professores da UEG: Fernando Mello, Ludmila Rodrigues, Milena D'ayala, Celina, Angélica, Sandrinha, José Renato, Ana Paula, Rodrigo Santana, José Maurício, Ademir Luiz, Patrick, Cláudia que me acompanharam durante e após a graduação, compartilhando conhecimentos e amizades.

À CAPES - Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudo que favoreceu a realização deste trabalho.

À Maria Freire pela revisão e correção atenta.

Em Ceres: aos amigos e compadres Lucas e Ranieli (Rani) pela amizade, hospitalidade e acompanhamento nos trajetos que a pesquisa nos levou. À D. Ana e Paulo Henrique. Ao Eduardo Hassel Mendes pelos documentos e fotos do acervo familiar de Domingos Mendes. Aos funcionários da prefeitura, do centro cultural e da câmara municipal pelos arquivos cedidos para a realização desta pesquisa.

Em Rialma: Edvaldo Nepomuceno (Dinda), Cacau e Banda, cumprimentos especiais ao Getúlio de Souza e família por todo apoio e compartilhamentos, ao carinho e atenção de Cláudio Barcelos, Isaías (Jacaré) e Kênia pelo empenho e colaboração na pesquisa com informações-guias. Aos funcionários da prefeitura e da câmara municipal pelos arquivos cedidos para a realização desta pesquisa. Aos funcionários dos Cartórios de Ceres, Rialma, Jaraguá e Cidade de Goiás.

À família Felício e família Santana Costa, tios, tias, primos, tantos e tantos amores, meu agradecimento especial.

Aos meus padrinhos: Ivone, Marcos, Dercione (Dete) e Doriocan, pelo carinho, atenção, apoio e amor oferecidos durante toda minha formação.

À família Nonato Oliveira: Leida e Alan e aos meus cunhados, Caroline, Gabriel, Renato, Dayane, Lucia e Bira, pelo apoio, carinho e compreensão. À Vó Leula e à Duda agradecimentos especiais.

Aos vizinhos, Ilse, Tony, Saulo, Anna Clara e Carlão pelos dois dedos de prosa durante o lanche da tarde. Sem café!

Aos amigos: Ive Sales (Bife), Júlia Araújo (Lipa), Raquel Rodrigues (Rach), Luiz Paulo (Louis), Simone (Mone), Gustavo (Gustaivis), Evaldo (Evaristo), amigos da vida toda, pela companhia, incentivo, pelos risos, pelo aguardo, meu muito obrigado. Aos Corleones: Renato, Lucas-primo, Diego, Ricardo, Matheus, Guilherme (Cru), pelos risos e incentivos!

O rio não separa, une.

Lá cresceu em função daqui (SILVA, 2008).

RESUMO

Neste trabalho propõe-se uma aproximação entre as formas de Poder e Estigma como ações que engendram diferenças socioeconômicas e espaciais. Tem-se por objeto de investigação as cidades de Ceres (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e Rialma (Barranca), dois municípios do Estado de Goiás localizados na região do Vale de São Patrício, às margens do Rio das Almas. Estas cidades "irmãs" são separadas por um limite geográfico, um rio, mas conectadas por histórias, memórias e uma ponte. As duas cidades foram fundadas na mesma ocasião, mas suas trajetórias revelam, hoje, grandes diferenças estabelecidas por uma relação desigual e predatória, calcada desde o início na construção de estigmas. Para desenvolver uma leitura possível da condição histórica e político-social referente à formação de Ceres e Rialma, indica-se uma interlocução entre as obras de Michel Foucault (1992, 2008, 2012, 2013) a partir dos conceitos de *Poder, Domínio, Disciplina e Suplício* e as obras de Walter Benjamin (1987, 1994, 2011) tomando-se por referência a noção de *História, Alegoria e Ruína*. A base histórica desta dissertação foi estruturada na análise de documentos oficiais, literários e iconográficos além de entrevistas realizadas com moradores de Ceres e Rialma. Como proposta metodológica de avaliação do processo de estigmatização territorial, foram realizados dois procedimentos de leitura dos territórios de análise que remetem aos conceitos de Certeau (1994): a pesquisa na condição de *Flaneur* que percorre e vivencia o cotidiano das cidades e como *Voyeur* que se utiliza de diversos indicadores – sociais, censitários, demográficos, econômicos e culturais para análise da condição de Ceres e Rialma. O confrontamento dos dados obtidos com os depoimentos registrados em pesquisa de campo com pioneiros e jovens das cidades possibilitou identificar como o estigma da "Barranca" e outras múltiplas formas de dominação e subordinação se fazem presentes nas correlações entre essas cidades como uma ação estratégica de poder. Neste sentido, obtivemos como considerações finais desta pesquisa que a produção das desigualdades sociais entre as duas cidades parte de uma função histórica retroalimentadora que sustenta a manutenção do *status-quo*.

Palavras-chave: Poder, Memória, Estigma, Ceres, Rialma

Abstract

In this workit is proposed an approach between the forms of Power and Stigma as actions which engender socioeconomic and spatial differences. The cities of Ceres (National Agricultural Colony of Goiás) and Rialma (Barranca) were takenas objects of investigation. They are two municipalities in the state of Goiás, located in the Valley of Saint Patrick, at the banks of the River of Souls. Considered as "sisters", these cities are separated by a geographic limit, a river, but they are also connected by stories, memories and a bridge. The two cities were founded on the same occasion, but their trajectories reveal, today,large differences established by an unequal and predatory relationship, based, since the beginning, on the construction of stigmas. To develop a possible reading of the historical, political and social condition, related to the formation of Ceres and Rialma, it is indicated a dialogue between the works of Michel Foucault (1992, 2008, 2012, 2013), based on the concepts of Power, Domain, Discipline and Torture, and the works of Walter Benjamin (1987, 1994, 2011), taking as reference the notion of History, Allegory, and Ruin. The historical groundwork of this dissertation was structured based on the analysis of official, literary and iconographic documents,and also based on interviews realized with residents of the cities of Ceres and Rialma. As a methodological proposal of evaluation of the process of territorial stigmatization, two procedures of reading of the territories of analysis were realized. These procedures refer to Certeaus's (1994) concepts: the research in the condition of Flaneur, who walks and experiences the daily life of the cities, and as a Voyeur that uses several indicators – social, census, demographic, economicand cultural for analysisof Ceres and Rialma condition. The confrontation with the data obtained from the statements recorded in the field research, with the pioneers and the young people from the cities, enabled us to identify how the stigma of "Barranca" and other multiple forms of domination and subordination are present in the correlations between them as a strategic action of power. Therefore, we obtained as final considerations of this research that the production of social inequalities between the two cities comes from a historical function which feeds back and supports the maintenance of the status quo.

Keywords: *Power, Memory, Stigma, Ceres, Rialma*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rio das Almas e as cidades de Rialma (direita) e Ceres (esquerda)..... p. 28

Figura 2: Pontes entre Ceres e Rialma construídas ao longo da história..... p. 29

Figura 3: “Estigmatização de São Francisco”, de Giotto (c. 1296-1300)..... p. 32

Figura 4: Mapa contextualização geográfica – Mesorregião Centro de Goiás (Cidade de Ceres e Rialma)..... p. 41

Figura 5: Clínicas particulares da cidade de Ceres..... p. 50

Figura 6: Casas de Ceres, Setor Bela Vista..... p. 51

Figura 7: “Ponte do Dr. Sayão” (esquerda) e ruínas da ponte entre Cang/Ceres e Barranca/Rialma (Direita)..... p. 62

Figura 8: Marcha para o Oeste, gravura Departamento Nacional de Propaganda..... p. 67

Figura 9: Bernardo Sayão junto à produção agrícola da CANG (esquerda) e Pedro Marçal posando junto a uma ossada encontrada no Rio das Almas (direita)..... p. 80

Figura 10: O suplício de Damiens, retratado por Foucault em Vigiar e Punir (2013)..... p. 83

Figura 11: Gravura promocional de Letchworth, Where Shall I live (trad. Onde eu quero viver), Proposta idealizada por Howard em oposição às cidades inglesas durante revolução industrial.....p. 89

Figura 12: Travessia do Rio das Almas, Barranca em primeiro plano e CANG ao fundo (Esquerda) Avenida “A Federal” conexão entre CANG/Barranca (Direita)..... p. 92

Figura 13: Mapa núcleo urbano da cidade de Ceres, s/d. Fonte: Acervo OBS Agrimensura..... p. 96

Figura 14: Mapa núcleo urbano de Ceres..... p. 97

Figura 15: Avenida Bernardo Sayão (Esquerda) e Avenida Brasil (Direita)..... p. 98

Figura 16: Avenida “A Federal”, trecho Cidade de Rialma..... p. 102

Figura 17: Mapa núcleo urbano de Rialma..... p. 104

Figura 18: Ruas locais próximo à Rodoviária de Rialma (Esquerda) e Avenida Bernardo Sayão (Av. Federal) de Rialma (Direita)..... p. 105

Figura 19: Autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G. ao Anápolis..... p. 120

Figura 20: Mapa com a localização das colônias agrícolas nacionais..... p. 123

Figura 21: Divisão em Zonas, 1ª Zona (Azul), 2ª Zona (Vermelho), Vila Brasil (Fátima do Sul) é demarcado ao centro, entre as duas zonas.....p. 129

Figura 22: Ponte entre CAND e Vila Brasil sobre o Rio Dourados .....p. 130

Figura 23: Casa construída por uma família de colonos.....p. 136

Figura 24: Mapa da Colônia.....p. 139

Figura 25: Planta atualizada da área total do município de Ceres.....p. 141

Figura 26. Mapa do parcelamento das glebas rurais do município de Ceres, realizado em 1953.....p. 142

Figura 27: Divisão dos lotes da CANG. Fonte: Acervo OBS Agrimensura.....p. 143

Figura 28: Ruínas da CANG, Usina de Açúcar, Ponte, Olaria, Escola Rural.....p. 144

Figura 29: Usina de açúcar.....p. 145

Figura 30: Imagens produção da CANG, colono vendendo produção à intermediário. .....p. 147

Figura 31: Escritura de compra e venda de imóvel rural.....p. 153

MAPAS

Mapa Histórico do parcelamento de Ceres.....p. 99

Mapa Histórico do parcelamento de Rialma.....p. 106

TABELAS

Tabela 1: Númeo de Leitos para cada 1.000 habitantes.....p. 47

Tabela 2: Deslocamento trabalho - cidades de Ceres e Rialma.....p. 52

Tabela 3: Deslocamento trabalho (saúde) - cidades de Ceres e Rialma.....p. 52

Tabela 4: Deslocamento (educação) - cidades de Ceres e Rialma.....p. 53

Tabela 5: Imóveis cadastrados do INCRA (2003).....p. 151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAN – Colônias Agrícolas Nacionais

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

BDE-GOIÁS – Banco de Dados Estatísticos De Goiás

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FACERES – Faculdade de Ceres

IAA – Instituto do Açúcar e Álcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF Goiano – Instituto Federal Goiano

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

MS – Ministério da Saúde

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PDD – Plano Diretor Democrático

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT.....p. 9
LISTA DE FIGURAS..... p. 11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....p. 13

INTRODUÇÃO ..... p. 15

CAPÍTULO 1: ESTRATIFICAÇÃO.....p. 28
1.1. Sociedade e estigma.....p. 31
1.2. Espacialização do estigma..... p. 34
1.3. Evidências estatísticas – entre opacidade e luminosidade.....p. 38
1.3.1 portifólio e índices estatísticos – instrumentos de luminosidade..p. 45
1.4. O discurso na manutenção do *status-quo*.....p. 54

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO.....p. 61
2.1. Entre ruínas e alegorias.....p. 63
2.2. Da cang à barranca.....p. 66
2.3. Formas de poder: pontes entre disciplina e suplício.....p. 77
2.3.1. Medicina, Religião e Poder.....p. 84
2.4. Da cidade planejada à cidade "não planejada"..... p. 88
2.4.1. Construção da paisagem urbana de Ceres.....p. 93
2.4.2. Construção da paisagem urbana de Rialma.....p. 100

CAPÍTULO 3: DESCONSTRUÇÃO.....p. 108
3.1. Entre o dito e o não-dito.....p. 111
3.2. O discurso.....p. 121
3.2.1. Pontes entre CANG/CAND, Barranca/Vila Brasil.....p. 127
3.3. A Implantação.....p. 132
3.3.1. Sobre as casas.....p. 135
3.3.2. Sobre os maquinários.....p. 137
3.3.3. Sobre o tamanho dos lotes.....p. 138
3.3.4. Sobre indústria e cooperativismo.....p. 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p. 155

REFERÊNCIAS.....p. 161

ANEXOS.....p. 169

INTRODUÇÃO

Quem adentra no Vale de São Patrício e avista as cidades de Ceres e Rialma, separadas por uma ponte suspensa sobre um rio que leva o nome de Rio das Almas, poderia imaginar que se trata de uma das cidades especulares e invisíveis de Calvino (2003), talvez a materialização onírica de Valdrada (CALVINO, 2003, p. 55).

A cidade de Valdrada criada por Calvino (2003) abre a sessão temática imaginária de “As cidades e os olhos”. Ao longo da descrição compreende-se a relação entre a materialidade da cidade e a imagem apreendida pelos olhos. Trata-se de uma analogia especular e subjetiva entre o real e o imaginário, o concreto e o abstrato. Nesse sentido, o autor utiliza-se da imagem metafórica do espelho para anunciar as duas cidades que, em verdade, são apenas uma, mas que se desdobram sob a ilusão do olhar e as relações socioespaciais operantes.

Valdrada foi construída às margens de um lago. Sob o domínio dos olhos, duas cidades são avistadas como em um espelho, “uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo” (CALVINO, 2003, p. 55). Segundo a descrição, tudo o que acontece na primeira Valdrada se repete na segunda, os mais sutis detalhes têm sua equivalência invertida, correspondente, porém não igual. O que acontece na cidade de cima é refletido e rememorado pelos habitantes através da imagem do espelho. A virtualidade da imagem refletida passa a ser um elemento que coibe a própria ação e desvela duas cidades presas às amarras da ordem e da representação, ou seja, uma busca dos habitantes por sua imagem límpida refletida no espelho.

> Os habitantes de Valdrada sabem que todos os seus atos são simultaneamente aquele ato e a sua imagem especular, que possui a especial dignidade das imagens, e essa consciência impede-os de abandonar-se ao acaso e ao esquecimento mesmo que por um único instante (CALVINO, 2003, p. 55-6).

O autor finaliza a descrição de Valdrada anunciando que, embora as duas cidades vivam em função uma da outra e troquem olhares continuamente, elas não se amam.

Sendo Valdrada a descrição de uma das cidades imaginárias elaboradas por Calvino, cabem ao leitor algumas equivalências anunciadas em um exercício de imaginação crítica especular, com base na leitura das cidades.

Vale aqui considerar que o próprio ato de julgamento e descrição das cidades reais pode ocasionar uma imersão no mesmo limbo de Valdrada, dada a leitura das representações falseadas pela imagem do espelho. Em se tratando de Ceres e Rialma, uma leitura crítica possível seria acionar suas representações considerando-se o estudo da história e da memória.

Tanto no caso das duas Valdradas quanto no de Ceres e Rialma, o espelhamento é realizado através do rio. Calvino (2003) adverte que a relação dos espelhos, a princípio, opera por semelhanças, com base no imaginário dos espelhos planos: “Nada existe e nada acontece na primeira Valdrada sem que se repita na segunda, porque a cidade foi construída de tal modo que cada um de seus pontos fosse refletido por seu espelho” (CALVINO, 2003, p. 55). Entretanto, a especulação utilizada pelo autor e equivalente no caso de Ceres e Rialma parte de um espelho em movimento, o próprio movimento do rio caudaloso que ora flui para um lado ora para o outro, borbulhante. Neste caso, o espelho, como um disparador de imagens pelo que reflete, opõe-se à própria natureza em se tratando do movimento. Torna-se potente mecanismo gerador de ambiguidades e paradoxos. A imagem que produz não é a imagem de semelhança, mas uma ausência de correspondência entre modelo e imagem.

Nesse sentido, este estudo parte da análise das cidades de Ceres e Rialma, cuja origem fundacional é correspondente à construção das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) inseridas no contexto do programa de colonização do oeste brasileiro criado por Getúlio Vargas no período de 1941, denominado de “Marcha para o Oeste”. Ou seja, as duas cidades surgiram no mesmo período histórico, na mesma ocasião, fruto, às avessas, do mesmo processo político, o que poderia ser interpretado como cidades refletidas em um espelho plano.

Caberia aqui considerar que, embora simbólica a distorção das imagens do rio apresentada por Calvino (2003), diversas maquinações históricas influenciaram a configuração das oposições das cidades de Ceres e Rialma. Em especial destaca-se a representação social apreendida e difundida pelos próprios moradores que reproduzem dualidades capazes de justificar a referência de uma cidade em detrimento da outra. Por exemplo: uma cidade formal e a outra informal, uma cidade planejada e outra “não planejada”, uma rica e outra pobre, luminosa e opaca, ordenada e desordenada etc.

Como evidência estatística dessa relação, segundo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que reúne a avaliação de três grandezas (saúde, educação e renda), Ceres, com 20.722 mil habitantes, ocupa o 2° lugar no ranking dos municípios goianos, sendo que a cidade de Goiânia, capital do Estado, encontra-se em primeiro lugar. Já Rialma, com 10.523 mil habitantes residentes para o mesmo índice, ocupa a 40ª posição (IBGE, 2010).

O questionamento proposto ante os dados apresentados é o seguinte: o que leva a essa diferença se tantos fatores históricos as aproximam, como: data de fundação, localização, formas de acesso e recursos geográficos? Quais são as consequências atuais desses desdobramento? Buscam-se, desse modo, elementos que auxiliem a compreender tais diferenças na realidade atual das duas cidades, a partir das evidências estatísticas e na gênese comum a ambas. O espelhamento parte da correspondência imagética, não pela igualdade, mas pela desigualdade, não pela semelhança, mas pela dessemelhança, bem como pelas relações opositoras que se retroalimentam.

Apesar de se apresentarem como dicotômicas, sob o ponto de vista de imagens especulares, termo adotado neste trabalho e referenciado por Calvino (2003), são potentes as relações que, a partir do tensionamento das operações dualizadas e opositoras, disparam leituras possíveis da subjetividade do território de análise e das relações de poder, domínio e subordinação operantes nos casos analisados. Esta interpretação permite compreender os processos intrinsecos às operações sedimentadas que sustentam a relação excludente e de domínio da situação oposta. Ou seja: a mencionada interpretação atua na contramão das minimizações dicotômicas, propõe a leitura do intermédio, a leitura a partir da ponte que separa essas relações estratificadas, sustentadas na dualidade dos termos. Enfim, propõe a leitura das ambiguidades das imagens refletidas no espelho-rio.

Na construção deste trabalho tomou-se como ponto de partida um estudo iniciado na graduação sobre os processos de marginalização e formação dos estigmas urbanos, tendo como objetos de pesquisa a Colônia

Santa Marta e o Preventório Afrânio de Azevedo[1]. Partir do pressuposto de que um determinado território é tido como estigmatizado pode acarretar uma interpretação equivocada, falseada, sobretudo pelas representações sociais hegemônicas que incidem no território de análise. Nesta perspectiva, iniciou-se esta pesquisa com a compreensão do conceito de Estigma e as relações de poder intrínsecas a este processo e não a partir de um objeto pré-determinado (GOFFMAN, 1891; FOUCAULT, 2008, 2012, 2013).

Para tanto, buscou-se, em primeira instância, o empenho de atualização do conceito de Estigma destituído de uma relação patológica marcada em determinado tempo histórico por ações políticas de isolamento e espacialização das mazelas sociais. O edifício Asilo-Colônia é um sistema que não corresponde à atualidade, haja vista o encerramento do isolamento compulsório na década de 1980. No exercício de transição do estudo para relações sociais operantes no espaço urbano, alguns outros objetos de análise aplicáveis ao estudo sobre estigmas foram inicialmente investigados.

Acionando-se o "passado" e tendo em vista o pressuposto de análise de situações históricas que ainda latejam e reverberam nas relações sociais do presente, direcionou-se esta pesquisa para as cidades de Ceres e Rialma. Para tanto, foram fundamentais os diálogos nas ocasiões em que se reuniram no mesmo local tanto jovens moradores de Ceres quanto de Rialma. Nesses momentos, eles mencionaram fatos históricos "comprovados" como motivos que influenciaram a configuração urbana e as relações socioeconômicas entre as cidades, dando ênfase à lembrança de fatos de um passado que eles não viveram.

Lowenthal (1995) aborda esta situação na seguinte descrição:

> Precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros [...] Construíram-lhe uma memória de segunda mão que incluía até mesmo os anos anteriores à sua existência (LOWENTHAL, 1995, p. 81, 82).

[1] Durante o governo de Vargas, o combate à hanseníase tornou-se uma medida sistematizada, com a criação dos serviços especializados de atendimento à lepra. A lei n° 610 de 13 de Janeiro de 1949, revogada por Vargas, legislava que todos os doentes deveriam ser separados como medida de isolamento compulsório de seus familiares e que todo recém-nascido, filho de doente de lepra seria imediatamente afastada da convivência dos pais. Surge neste contexto a Colônia Santa Marta como instituição de isolamento compulsório, medida sanitarista de coibição da propagação da Hanseníase (lepra) e o Preventório Afrânio de Azevedo como local destinado ao abrigo dos filhos dos Hansenianos. - COSTA, Lucas Felício, (2013) - PREVENTÓRIO AFRÂNIO DE AZEVEDO – Intervenções contemporâneas em edifício de interesse histórico cultural.

Na ocasião descrita, o termo estigma não foi mencionado pelos jovens de Ceres e Rialma. Entretanto, a forma como referenciaram as influências do passado nas configurações do presente despertou o interesse para o desenvolvimento deste estudo. Tais acontecimentos foram relatados como uma sequência de "lembranças" enaltecendo, sobretudo, fatos históricos negativos da trajetória/gênese das cidades.

O discurso intrínseco à reprodução da história adotado pelos jovens como versão oficial denotava um conjunto de relações estratificadas historicamente construídas, revelando uma conjuntura político-econômica que influenciava diretamente a organização socioespacial das duas cidades. Ao acionar elementos da memória social coletiva[2], as "marcas históricas" referenciadas pelos jovens eram atribuídas tanto ao lugar quanto ao grupo social. A esta combinação designou-se, neste trabalho, de Estigmas Urbanos.

Do ponto de vista de Benjamin (1981, 1994, 2011), a ação descrita como construção da memória social e das lembranças particulares parte da reprodução de uma história. Esta versão está fundamentada na representação simbólica de um "instante místico" distorcido aos moldes dos alegoristas e imbuído de sentidos e significados que estes construíram (BENJAMIN, 2011).

A re/produção da história e as maquinações que a estruturaram implicam o exercício das microfísicas do poder, instituídas não somente a partir das forças institucionais, mas da relação recíproca entre os cidadãos como múltiplas formas de dominação e subordinação que podem ser exercidas por uma sociedade. As forças se estruturam não pelo poder cognoscível em nome próprio, mas pelo poder velado e mascarado pelo discurso, entranhado no cerne social em que se produzem alegorias e se reproduzem estigmas. Como afirma Foucault (2008), a análise do poder não parte somente do "rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania

[2] Tanto o conceito de História, quanto o conceito de Memória remonta uma discussão abrangente tendo como referência os autores: Maurice Hawbachs (1990), Ecléa Bosi (1994), Jacques Le Goff (1996), Paul Ricoeur (2009), David Lowenthal (1995). Foram exploradas os conceitos de memória indidivual e memória coletiva a partir da leitura de Maurice Hawbachs (1990) e Pollak (1989) como uma contribuição da Prof. Dra. Adriana Mara Vaz em banca de qualificação. Neste trabalho será também abordado os conceitos de História e Memória a partir da perspectiva de Benjamim (1981, 1994, 2011), que trás apontamentos sobre a relação de Alegoria e Ruína, conceitos centrais do trabalho.

em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social" (FOUCAULT, 2008, p. 181).

Ao discutir as formas e estruturas de poder, a partir da construção conceitual elaborada por Foucault (2008), Raffestin (2003) expõe que toda relação é passível de surgimento de poder, seja político, econômico ou cultural. A relação de poder é, portanto, coextensível, o que fundamenta seu caráter multidimensional e dissimétrico, em uma relação que parte das formas de domínio e subordinação. Para o autor:

> O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 2003, P. 52).

Tomando-se por base a tessitura das ideias entre os autores apresentados, estruturam-se as fundamentações teóricas que compõem este trabalho. Elas partem das relações de *Estigma, Poder e Memória* que aqui denominadas Pontes entre Ceres e Rialma.

Subsidiado pelo aporte teórico apresentado nos parágrafos anteriores que fundamentaram a discussão sobre a formação dos estigmas urbanos, o presente estudo tem como principal objetivo propor uma (re)leitura/desconstrução da história alegórica de Ceres e Rialma. Espera-se, desse modo, compreender as diversas relações que estruturam a dinâmica social, econômica e espacial das duas cidades.

Tomou-se por hipótese principal do trabalho o entendimento de que a construção política da história e as bases que a fundamentam interferem na configuração socioespacial da atualidade. Destaca-se como processo político um planejamento estratégico de formação, tanto da cidade formal (Ceres) instituída em decreto-lei, quanto da cidade informal (Rialma) surgida a partir da espera. Ou seja, parte-se da hipótese de que a cidade de Rialma também foi "planejada".

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas como metodologia de pesquisa aproximações dos espaços urbanos através de exercícios práticos definidos como ações, o que torna possível a relação deste pesquisador com os territórios e os sujeitos históricos. A metodologia é

fundamentada na construção do conhecimento em se considerando a vivência com os territórios, por meio de uma leitura realizada e compartilhada no contexto de análise.

Sob este prisma, assume-se, nesta pesquisa, que o pesquisador é sujeito do processo e que, ao analisar as questões apontadas pela realidade, o faz por meio de sua historicidade, de seu olhar sobre o mundo, norteado pelos subsídios teóricos acumulados e pelas experiências vivenciadas. Nesses termos, o pesquisador não é neutro, a ele cabe analisar e compreender sua forma de ver a realidade para além das aparências, apreender as contradições e subjetividades dos territórios.

Embora Benjamin (1994) e Certeau (1994) não sejam teóricos que discutam metodologia de pesquisa, a leitura desses autores ofereceu subsídios teóricos e metodológicos para realizar este estudo.

Certeau (1994), ao explorar o conceito de cidade-panorama a partir das práticas urbanas, sugere que a leitura do espaço realizado a distância ou, como é recorrente nos dias de hoje, por recursos virtuais e por instrumentos de geo-processamentos, incide na compreensão virtual de um simulacro teórico para a realidade. No entanto, isto não é compatível com a complexidade da cidade cotidiana, no rés-do-chão. Para Certeau (1994),

> A cidade-panorama é um simulacro 'teórico' (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas (CERTEAU, 1994, p. 171).

O autor questiona se a análise da imensa "texturologia" vista do alto como um observador *voyeur* não seria uma apreensão falseada pelas representações, um simulacro teórico. Estar "embaixo (down)" como sugere o autor trata-se de uma experiência de conhecer os praticantes ordinários do cotidiano da cidade, os caminhantes e pedestres que se inscrevem e escrevem o "texto" urbano, percorrendo os cheios e vazios da cidade.

> Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade, mas não tem nenhum receptáculo físico. Elas não se localizam, mas são elas que espacializam (CERTEAU, 1994 p. 176).

Nos paradoxos das práticas do cotidiano, a leitura ao rés-do-chão também promove os limites de visibilidade, inscreve-se e escreve no texto sem, no entanto, poder lê-lo. Assim, o autor expõe a compreensão da leitura da cidade com um caráter múltiplo:

> Eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço 'geométrico' ou 'geográfico' das construções visuais, panópticas ou teóricas (CERTEAU, 1994, p. 172).

Sob este modo de ver, Benjamin (1994) aponta a leitura do espaço e a compreensão da história a partir do sujeito *Flaneur,* o observador, o detetive que, ao percorrer as ruas e as passagens de Paris do século XIX, apreende na leitura do cotidiano as contradições da formação do espaço urbano, uma cidade sem disfarces. Na visão desse autor, somos transportados no tempo por um portal estreito que leva a outros lugares, uma passagem que, na dialética benjaminiana, refere-se tanto à dimensão física da transposição do espaço urbano quanto à relação metafórica de percorrer, às avessas, o tempo cronológico a partir das fantasmagorias:

> Para o flâneur, um véu cobre essa imagem. A massa é esse véu; 'ela ondeia nos franzidos meandros das velhas capitais'. Faz com que o pavoroso atue sobre ele como um encantamento. Só quando esse véu se rasga e mostra ao flâneur 'uma dessas praças populosas que, durante os combates, ficam vazias de gente' - só então, também ele, vê a cidade sem disfarces (BENJAMIN, 1994, p. 56).

Propor o diálogo entre Benjamin (1994) e Certeau (1994) possibilitou fundamentar a metodologia crítica de análise do espaço urbano através do caráter múltiplo das escalas de leitura, isto é, do sujeito pesquisador/observador *Flaneur* que peregrina e vivencia o cotidiano dos praticantes ordinários, que lê a geometricidade das ruas. Mas também do sujeito observador/pesquisador *Voyeur* que lê as cidades do alto, e às avessas, captando as representações apreendidas por meio de um simulacro teórico. Ainda que na perspectiva dos autores as escalas se contradigam, na perspectiva da metodologia de pesquisa elas se complementam. Ademais, oferecem subsídios críticos para captar e apreender os paradoxos entre as duas escalas e assim apreender o jogo de ambiguidades que o espelho em movimento proporciona por meio das imagens especulares.

Por entender a metodologia de análise como ação que envolve o pesquisador com o território de análise, durante o período de novembro de 2014 a junho de 2015, foram realizadas cinco visitas às cidades de Ceres e Rialma. Em cada ida a campo eram depositadas na bagagem o encanto da descoberta, as percepções diferentes iluminadas pelas lentes teóricas que se avolumavam com o passar do tempo e das leituras. Acrescentavam-se pessoas, histórias, objetos, memórias, fotografias, cheiros, rastros, latências e inércias, emergências e mofo, tempo rápido, tempo lento. Ora sobressaía o ponteiro horário, ora o anti-horário. Nestas idas e vindas do tempo e no deslocamento do espaço, buscou-se conhecer inúmeras cidades dentro de Ceres e de Rialma, algumas vezes visíveis, outras invisíveis, sob reflexos de um espelho em movimento, pontes de memórias, estigmas e poder.

As quatro primeiras visitas ocorreram durante os feriados prolongados, média de quatro a cinco dias de investigação e um extenso roteiro de pesquisa pré-definido para guiar as leituras e análises mediadas, sobretudo, pelo tempo da estadia. Ceres e Rialma tornaram-se conhecidas sob diferentes olhares, diversas entrevistas, livros literários em prosas e fantasias, livros científicos em dados históricos e estatísticos. A representação de Ceres e de Rialma teve a cumplicidade do olhar dos informantes. Mas foi durante a quinta viagem, vinte dias em campo, em um quarto de hotel de dimensões de 1,90x2,80m, com um conjunto de cadeira/mesa e cama, enumerados na proporção de uso, dispostos nos 5,32 m², que se pôde conhecer Ceres e Rialma por outros prismas, quais sejam: a permanência, o tempo lento, a pesquisa vivenciada, a caminhada, o perder-se para se encontrar, as experiências, a relação do corpo físico junto ao corpo urbano - *Flaneur*.

Em um dos bolsos, o aporte teórico guia, no outro, mapas, lápis e folhas em branco a serem preenchidas por desenhos e palavras, impressões de um olhar que se construía coletiva e concomitante por meio das interlocuções entre o campo das teorias e das práticas.

A pesquisa foi estruturada a partir de uma revisão bibliográfica dos autores descritos anteriormente. Mas também por diferentes visões e leituras

de Ceres e Rialma, tanto histórica e documental[3], quanto pela análise política e econômica das cidades inseridas no contexto goiano. Nesta perspectiva, catalogaram-se as produções científicas realizadas sobre a cidade de Ceres e Rialma, tendo como recorte as que abordavam referências históricas e relações entre as duas cidades na dimensão econômico-social.

Para fundamentar a leitura das duas cidades no contexto atual, propôs uma interlocução entre os dados quantitativos tendo por base dados estatísticas produzidas pelo IBGE e outros órgãos pesquisadores. Foram utilizados também dados qualitativos obtidos em pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas[4] e impressões obtidas nas peregrinações aos territórios de análise. A documentação foi composta de fotos, gravações de áudio, vídeo, cartografias ilustradas com croquis, esquemas gráficos e anotações registradas em forma de diários de campo.

Um dos parâmetros adotados para a pesquisa de campo foi dividir os entrevistados em grupos de modo a especular a referência "equivalente" nas duas cidades. Por exemplo: radialista de Ceres/radialista de Rialma; jovens de Ceres/jovens de Rialma; funcionário de Ceres/funcionário de Rialma; pioneiro de Ceres/pioneiro de Rialma. Deste modo, pôde-se especular o discurso apresentado pelos entrevistados, ao realizar, nos dois grupos, perguntas semelhantes. Após a entrevista, os dados recolhidos em campo foram organizados e separados em pastas conforme dia, horário e anotações.

Para aprofundar a interpretação dos discursos dos jovens, solicitou-se a participação do pesquisador em duas comunidades da rede social Facebook (Ceres consciente e Rialma consciente), com a intenção de monitorar as publicações e os comentários realizados pelos integrantes do grupo, em uma ação *Voyeur*. Embora não apresentadas no trabalho escrito, esse monitoramento ajudou a compreender a dimensão das relações sociais entre as duas cidades no meio virtual.

[3] Alguns trechos importantes dos documentos analisados foram transcritos na integrada, seja em citação direta no corpo do texto ou em nota de rodapé, o que foge da norma da ABNT quanto ao número máximo de linhas, mas que se justifica devido a relevância das informações contidas na referência.

[4] Após a entrevista foi solicitado a autorização para publicação dos dados da pesquisa, preservando a identidade dos participantes com a não divulgação do nomes dos entrevistados e de referências que poderiam acarretar na identificação dos mesmo. Neste sentido, não foi atribuído nenhum nome aos entrevistados.

Entende-se, portanto, a partir da metodologia sugerida para análise dos estigmas urbanos que, cada território na dimensão socioespacial possui suas particularidades que podem ser apreendidas em diferentes escalas de análise, seja na perspectiva *Voyeur* ou *Flaneur. Isto* permite fazer uma leitura possível a partir das subjetividades da formação do espaço como resultado de diferentes processos histórico-geográficos, políticos, econômicos, sociais, culturais, entre outros.

Teve-se como principal objetivo da pesquisa compreender as relações que estruturam a dinâmica social, econômica e espacial das cidades de Ceres e Rialma, sob a perspectiva da noção de Estigma, Poder e Memória. A síntese crítica das impressões apreendidas foram divididas em três capítulos, assim intitulados: **Estratificação, Construção e Descontrução.**

No primeiro capitulo será explorado inicialmente o conceito de estigmas urbanos. A seguir serão apresentadas as cidades de Ceres e Rialma a partir de seus panoramas socioeconômicos. Para tanto, teve-se como principal foco a interdependência das duas cidades evidenciada nos dados estatísticos. Posteriormente serão confrontados os dados estatísticos com o discurso dos entrevistados, em busca da dimensão da representação social de uma cidade em detrimento da outra. Esta representação varia desde as relações econômicas até os aspectos sociais, sejam fundamentados na história, na memória ou na dimensão econômica.

A análise das evidências estatísticas permitirá visualizar situações que parecem estanques e sedimentadas, sobretudo na percepção da **estratificação** do estigma. Compreendê-las é tanto um movimento político de contextualizar as duas cidades no âmbito regional quanto apreender os meandros da história que configuram/originaram essas situações. Um grupo de dados (capítulo 1) revela tensionamentos que o outro grupo (capítulo 2) tentará explicar, mediando importantes correlações entre estratificação e construção.

No segundo capítulo será traçado um paralelo entre o discurso da história alegórica e a avaliação política por trás de meios, como: **construção**, propagação e perpetuação da versão da história, contada em livros, revistas, teses, dissertações etc.; leitura crítica dos processos intrínsecos à re/produção desta versão da história baseada na leitura de Foucault (2008, 2012, 2013) e Raffestin (2003). A dimensão das relações de poder, domínio e subordinação

fundamentará a leitura crítica da história, buscando-se confrontar a leitura dos “vencidos” e não dos “vencedores”, ou ainda, como sugere Benjamin (1981, 1994, 2011), a leitura da história a partir das ruínas: “as alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas” (BENJAMIN, 2011, p. 189). Nessa direção, buscou-se na história das duas cidades a gênese desta representação que infere nas relações de poder, domínio e subordinação.

No terceiro capítulo será discutida uma possibilidade de **desconstrução** da alegoria que subsidia a permanência dos estigmas, tendo como evidência a construção planejada da exclusão, a partir das maquinações do discurso político para o desenvolvimento econômico do país em detrimento da mão de obra dos “trabalhadores nacionais”. Serão mediadas as publicações do jornal regional “O Anápolis”, que reporta os sucessos da implantação da CANG no período de 1941 a 1945, em oposição aos depoimentos registrados em pesquisa de campo e através de bibliografias diversas que evideciam alguns fatos “não-ditos” ou não contemplados pela “história oficial” da CANG reproduzida.

Da análise do discurso à implantação da CANG, serão evidenciadas algumas ruínas como artefato histórico que evidencia tanto uma mudança no sistema de produção da cidade quanto a dimensão de um fracasso planejado ou de uma execução leviana que resultou nas configurações sociais e territoriais do presente.

Investigar as pontes que conectam Ceres e Rialma é também refletir acerca da formação histórica de tantas outras cidades mundo a fora, seja na dependência retroalimentadora ou na condição de domínio e subordinação. As forças que as conectam são fundamentadas desde o princípio nas diversas relações de poder que sustentam o modo de produção das cidades, absorvendo a mão de obra dos trabalhadores em prol do sustento de poucos. Neste sentido, tendo como objeto de estudo Ceres e Rialma, será realizada uma leitura que parte do presente e caminha por várias versões do passado com vistas a indicar as tramas que sustentam a estratificação das relações sociais entre as duas cidades.

CAPÍTULO 1 – ESTRATIFICAÇÃO

CAPÍTULO 1 – ESTRATIFICAÇÃO

> Para nós, e só para nós, as margens do rio não são apenas exteriores uma à outra, mas 'separadas'; e a noção de separação estaria despojada de sentido se não houvéssemos começado por uni-las, nos nossos pensamentos finalizados, nas nossas necessidades, na nossa imaginação (SIMMEL, 1996, p. 11).

Seja pelos nomes da mitologia Greco-romana[5] (Ceres) e a contração fonética de Rio das Almas (Rialma), seja pela condição geográfica de implantação das duas cidades ou na tessitura das relações sociais que se constroem e se estratificam, deflagram-se especulações que vão se estabeler neste trabalho. Ceres e Rialma são cidades que se apresentam e se escondem após um percurso sinuoso de vegetação das matas do Vale de São Patrício, no interior centro-norte de Goiás, dialeticamente conectadas e separadas por uma ponte (Figura 1).

Figura 1. Rio das Almas e as cidades de Rialma (direita) e Ceres (esquerda) Fonte: Elaboração do Autor – A partir de: Google Earth,

A imagem da ponte assume uma condição especular de tecer, ao longo do trabalho, conexões que evidênciam tanto o presente quanto as

[5] Segundo Dicionário Etimológico da Mitologia Greco-romana a Deusa Ceres era a deusa da terra, do trigo. Interpreta este nome como "Terra mãe". Ceres era uma deusa matriarcal que corresponde a representação do poder da terra que ensinou aos homens a arte de arar, plantar e colher e, às mulheres, atividades como moer trigo e fazer pão (DEMGOL, 2013).

referências históricas do passado. As duas cidades, embora fundadas na mesma ocasião, acumulam trajetórias que resultam, hoje, em grandes diferenças estabelecidas por uma relação desigual e predatória, calcadas desde o início pela construção de estigmas. O momento fundacional dessas cidades estabelece de saída uma série de oposições entre experiências radicais de formalidade e informalidade, subsídio e abandono, moralismo e devassidão.

O intercruzamento desses caminhos guia para relações que, embora assumam dualidades, possibilitam que o ato de especular engendre tensionamentos na tentativa de desvelar outras relações subjetivas do território. Essa proposição guarda relações com correspondências imagéticas que permitem pensar as assimetrias não mais como elementos dicotômicos, mas como processos retroalimentadores (que suscitam a própria sobreviência das duas cidades). A ponte, neste caso, assume a posição de “sujeito” observador que capta, por meio dos reflexos distorcidos dos espelhos em movimento, o jogo de ambiguidades, paradóxos. Ademais, deflagra as especulações entre as cidades de Ceres e Rialma que se tecerão ao longo do trabalho (Figura 2).

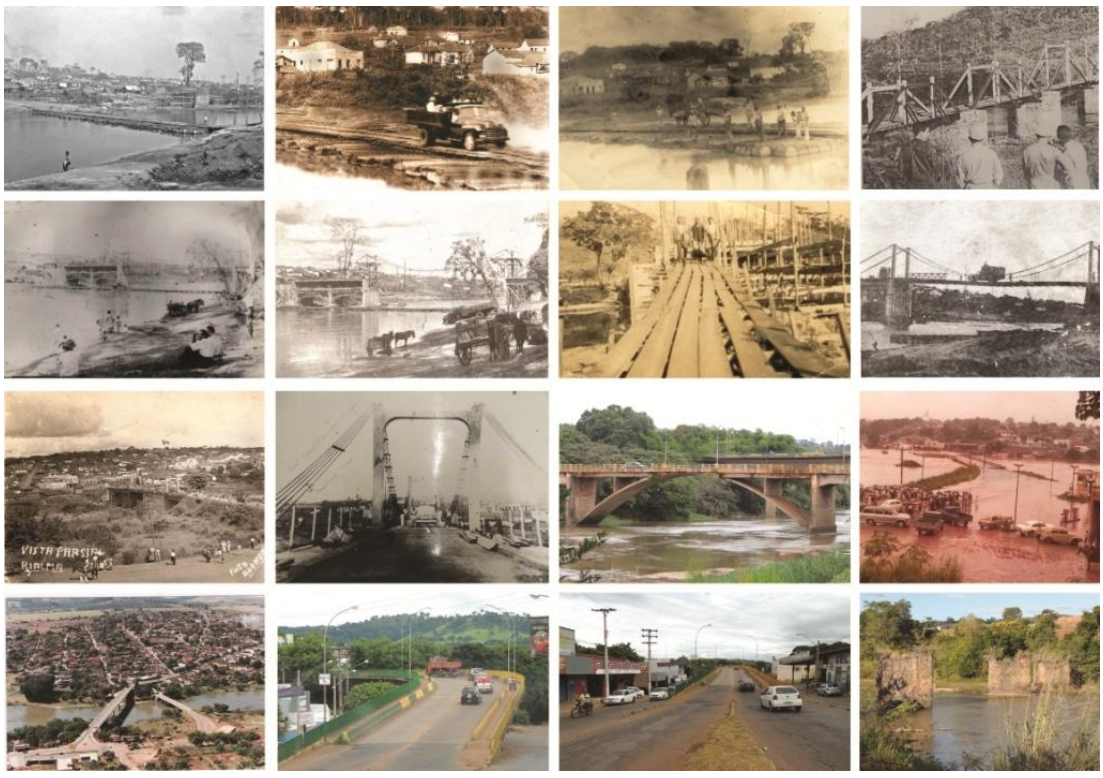


Figura 2 – Pontes entre Ceres e Rialma construídas ao longo da história - Fonte: do autor a partir de acervos de familiares.

A primeira imagem especular que se propõe tecer parte da aproximação entre a ação de territorialização e sociedade sob a dimensão dos estigmas urbanos. O tensionamento entre a relação sujeito estigmatizado/ “estigmatizante” será base contextual para apreender a estratificação das relações sociais entre Ceres e Rialma. Essas relações construídas ao longo do tempo tampouco se desmancharão na mesma intensidade e dinamicidade em que foram estabelecidas.

A ponte como entreposto às duas margens pode ajudar a compreender as citadas distinções territoriais. Se para Simmel (1996, p. 10): “A ponte simboliza a extensão da nossa esfera volitiva no espaço” representando a própria intenção de atravessar os limites físico-naturais, isto é, anteriores à tecnificação espacial, que operam como obstáculo, então, o que a faz configurar como barreira, como muro? Sob o domínio do pensamento dialético e no jogo das imagens especulares, as margens de um rio estão separadas ou unidas por um rio? São espaços associados ou dissociados? O rio representa o interposto ou o elemento conector? Para Simmel (1996), diante a natureza, somente ao homem é possível estabelecer a relações de associação e dissociação.

O homem territorializa o espaço, imprime forças políticas e de poder que condicionam a delimitação geográfica no campo político de condição social e, portanto, territorial. Neste sentido, o rio opera como elemento de delimitação, fronteira física natural que define as margens enquanto territórios opositores (SANTOS, 2006).

A noção de território aplica-se a diversos campos do saber. Para se compreender a noção de território, apreende-se inicialmente que o espaço é anterior ao território, isto é, o território se forma por meio de ações técnicas temporais do homem, no espaço. Em síntese, o conceito parte de relações de poder. Seja este institucionalizado, ou na dimensão da valorização simbólica-cultural de um grupo em relação ao espaço vivido, o território também dinamiza relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004).

A Gênese da criação do território se inicia na definição de travessia como ação integradora e do rio como segregadora. Nesta ambivalência, a metáfora da Ponte e da Porta, elaborada por Simmel (1996), sugere a

interpretação da ponte como elemento de associação que junta espaços, enquanto a porta engendra a dissociação que delimita relações opositoras de dentro/fora. Mas a correlação como ação recíproca sugere a aproximação dos dois sentidos

Antes da ponte era espaço. A ponte delimita o início da construção territorial, o significado simbólico da travessia, a distinção entre as margens opostas. Desse modo, a ponte opera como elemento dialético que figura tanto como conexão, de onde se parte até onde se almeja chegar, quanto delimitação dos limites físicos das fronteiras e dos territórios.

Ao longo do trabalho será especulada a transformação do sentido de travessia da ponte que influi na própria compreensão da subjetividade dos territórios. O que antes era físico e impositivo, delimitando barreiras fisicias e institucionalizadas, migrou para o campo simbólico subjetivo pela reprodução do Estigma. Portanto, repercutiu na delimitação territorial que distigue os respectivos grupos sociais, em uma lógica que parte da construção histórica até a repercussão político-econômica e cultural.

As mencionadas diferenças serão analisadas nesse capítulo com respaldo nas evidências estatísticas da atualidade e dos depoimentos de moradores de Ceres e de Rialma. Os dados quantitativos apresentados pelas estatísticas permitem visualizar situações que parecem estanques, sedimentadas, possivelmente resultantes da própria força do estigma. Os dados (históricos e qualitativos) vão evidenciar justamente as tensões que configuram/originaram esta situação. Neste sentido, o primeiro grupo de dados revela algo que o outro grupo tenta explicar. Talvez esteja aí a própria relação entre estratificação do estigma (capítulo 1) e construção do estigma (capítulo 2).

1.1. Sociedade e Estigma

A compreensão do Estigma, segundo Goffman (1981), parte de uma leitura histórica acerca da evolução e da apropriação do conceito. Na Grécia antiga, estigma era um poder simbólico (BOURDIEU, 1989), atribuído a um sujeito através de uma marca corporal que o qualificava no contexto social, demarcando registro de escravatura ou antecedentes criminais. Isto significava uma advertência de restrição a contato e relações sociais. Já no cunho

religioso, o conceito de estigma também se refere às marcas corporais. No entanto, é compreendido como fenômeno que representa uma “graça divina” a partir do aparecimento de sinais que reproduzem as cinco chagas de Jesus no momento da crucificação, pés, punhos e tórax. Na cultura religiosa Católica, São Francisco de Assis foi o primeiro a manifestar no corpo as marcas de Jesus Cristo, como apresentado no quadro “Estigmatização de São Francisco”, de Giotto (c. 1296-1300) (Figura 3).

Figura 3. “Estigmatização de São Francisco”,
de Giotto (c. 1296-1300). Fonte: San-francesco

Seja a representação de estigma no contexto da Grécia Antiga, seja pelo cunho religioso, o conceito de estigma está associado a uma marca corporal que impregna determinado grupo ou sujeito social. Essa representação se reproduz a partir de imaginário coletivo, uma ação de poder associada ao significado simbólico atribuído à marca (GOFFMAN, 1981).

A produção do estigma parte de uma convenção social hegemônica que caracteriza e qualifica um sujeito ou um grupo social a partir de uma produção ideológica que infere na subjugação e determinação das escalas de poderes. Tem por base a criação de Grupos Modelos, isto é, anula a subjetividade, as relações de alteridade determinando um padrão calcado em estereótipos. Segundo Melo (2000, p.2), “O social anula a individualidade e

determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social".

A construção de modelo define um conjunto de características e atributos físicos que atendem a norma, ou seja, convenções sociais que selecionam, agrupam e explicam uma ideologia dominante da sociedade, a relação entre "nós" e "eles", o que neste caso poder-se-ia atribuir aos nomes: nós (ceresinos), eles (rialmenses).

Para Goffman (1891), o estigma como uma representação social é estabelecido por um processo de cerceamento das pessoas pelos atributos físicos e sociais que as identificam e qualificam. Sendo esta imagem manipulável às conveniências pré-estabelecidas do convívio social, o indivíduo está sujeito às atribuições sociais por diversos fatores. Para o autor, podem-se mencionar três categorias de estigmas operantes no processo de qualificação do sujeito: o que se refere às "abominações do corpo", o "caráter individual" e os "estigmas tribais de raça, nação e religião".

Desse modo, a percepção dos estigmas pelo sujeito e pela sociedade pode ocorrer de diferentes formas. Goffman (1891) cita como "caracterização social virtual" o estigma atribuído ao sujeito por terceiros. Já a noção de "identidade social real" configura-se quando o próprio sujeito reconhece ou prova possuir as qualificações de estigma. Contudo, a leitura dos diferentes modos de estigmatização sugere que o processo virtual da manipulação da identidade deteriorada e intensificada pelas mídias hegemônicas influi diretamente na percepção do sujeito sobre a sua própria condição como indivíduo social. Para Goffman (1891), o sujeito se relaciona em grupos ou guetos que compartilham do mesmo processo histórico-social a fim de se identificarem. Apreende-se, pois, que a hegemonia identitária instituída pela sociedade pode ser tanto agregadora, na constituição dos guetos e grupos sociais, quanto segregadora, na discriminação pelos estigmas operantes.

Os diversos mecanismos operantes, que engendram controle social a partir das forças de poder e promovem uma ação de estratificação, instauram a divisão interna da sociedade a partir de uma ação de cerceamento e distinção.

A estratificação como campo de investigação dialética também é uma forma de integração. Consiste em delimitar campos de força geral,

estabelecer conexões entre singularidades, alinhá-las e homogeneizá-las, fazendo-as convergir. Isto é, a mesma ação que distingue e classifica também agrupa e categoriza, cada qual com relações e pontos singulares que os aproximam. Foucault (2008) apresenta como agenciadores da estratificação alguns instituições de poderes, como: Estado, Família, Religião, Produção, Mercado, Arte, Moral.

1.2. ESPACIALIZAÇÃO DO ESTIGMA

> Uma decisão do parlamento datada de 1606 decide que os mendigos de Paris serão chicoteados em praça pública, marcados nos ombros, a cabeça raspada e expulsos da cidade. Para impedi-los de voltar, um ordenamento de 1607 estabelece nas portas das muralhas da cidade companhias de arqueiros que devem impedir a entrada a todos os indigentes (FOUCAULT, 2012, p. 64).

Como leitura complementar à noção de estigma discorrido por Goffman (1891), o trabalho do sociólogo Wacquant (2006) traça um paralelo entre o processo da estigmatização do sujeito com as condições territoriais de ocupação, isto é, a formação dos guetos como um espaço ocupado por semelhantes.

Wacquant (2006) define como uma “mácula localizada” o espaço em que se sobrepõem os estigmas operantes às particularidades individuais de cada sujeito. Ele desenvolveu um estudo em um conjunto habitacional (sub)proletariado da periferia de Paris. Neste estudo evidencia-se a relação estigmatizada entre o sujeito e o espaço. Esse pesquisador (2006) descreve que, em alguns processos, o sujeito possui uma relação de “culpabilidade” e vergonha por sua morada, sentindo-se obrigado a se desculpar por morar em um espaço difamado, socialmente estigmatizado.

Wacquant (2006) relata que, em muitos casos, o processo de simbiose se dá por via negativa, isto é, quando o sujeito nega o seu pertencimento ao espaço. Ele cita o exemplo de uma jovem residente em Vitry-sur-Seine (Paris) que assim relata: “moro aqui porque estou com dificuldades neste momento, mas não sou daqui, não tenho nada a ver com todos os daqui” (WACQUANT, 2006, p. 29).

Já em outros casos, Wacquant (2006) acrescenta que os sujeitos do espaço têm necessidade de instituir e demarcar o território como pertencente a

um determinado grupo ocupante. Este seria o caso particular dos guetos, fruto de uma relação de identidade homogênea entre territorialização e grupo social. Neste sentido, apreende-se também a instituição de uma lógica que parte do gueto e migra para o intragueto. Isto é, dentro do próprio gueto são categorizadas hierarquias internas que definem relações de poder, domínio, subordinação e exclusão.

Situação diferente das supracitadas ocorre quando um grupo de pessoas é alojado forçosa e compulsoriamente conforme sua relação e condição no espaço e convívio social. A construção da estigmatização identitária e territorial se dá pela gestão institucionalizada de poder que promove o agrupamento desses sujeitos e a construção de uma imagem a eles atribuídas. Neste caso, pode-se citar a relação entre presídios e presidiários, leprosários e leprosos, manicômios e loucos, entre outros.

No estudo aqui proposto interessa, particularmente, a obra “História da Loucura”, de Foucault (2012), que oferece subsídios para compreender o processo de estigmatização territorial. Esse autor (2012) narra os temas da loucura e da hanseníase no contexto da Europa Ocidental e evidencia o isolamento institucional como uma espacialização das mazelas sociais. Trata-se de uma dinâmica social em que o ato de agregar é, ao mesmo tempo, a tentativa de garantir a segregação dos enfermos expurgados do convívio social.

O temor do contágio com a hanseníase é alimentado pelo estigma religioso proferido pela Igreja Católica como uma punição de Deus aos pecadores e corroborou para a criação dos Leprosários[6]. Estes se organizavam como uma instituição que acolhia os milhares de leprosos que vagavam mendigando pelas ruas das cidades. A Igreja, como instituição regulatória e moralizante, para diminuir o impacto do isolamento compulsório criou o rito de sacramento: “E te faz o Senhor uma grande graça quando te quer punir pelos males que fizeste neste mundo” (FOUCAULT, 2012 p. 6).

Sob o olhar de Foucault (2012), no final da Idade Média a lepra desapareceu deixando como legado, qual seja: além dos estéreis e inabitáveis

[6] Foucault (2012) apresenta que na alta Idade Média até ao final das cruzadas, foram construídos 19.000 leprosários na Europa, por exemplo, na Inglaterra e Escócia, que somados, teriam em média 1.500.000 habitantes no contexto do século XII, havia registrado 220 leprosários.

edifícios às margens da cidade, uma imagem atribuída ao leproso que, em outros contextos históricos e culturais, permanece até hoje.

> Aquilo que sem dúvida vai permanecer por muito mais tempo que a lepra, e que se manterá ainda numa época em que, há anos, os leprosários estavam vazios, são os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso; é o sentido dessa exclusão, a importância no grupo social dessa figura insistente e temida (FOUCAULT, 2012, p. 6).

Conforme o citado pesquisador (2012), durante séculos, os espaços físicos dos leprosários pertenceram ao desumano, personagens coadjuvantes e estigmatizadas do mundo europeu. Transformou-se o uso, contudo, permaneceram as estruturas físicas adaptadas às necessidades do presente. A função obsoleta do leprosário passou de abrigo aos desvalidos e indesejáveis a território estigmatizado.

> Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados [...] Pobres, vagabundos, presidiários e 'cabeças alienadas' assumirão o papel abandonado pelo lazarento (FOUCAULT, 2012, p. 6).

Da lepra às doenças venéreas, dos loucos aos miseráveis, vagabundos e presidiários, ou seja, todos que partilhavam da exclusão ao convívio social foram banidos da cidade e acolhidos pelos lazaretos como forma de limpeza étnica e social para a "prosperidade do bem" da nação europeia. Contraditoriamente, em tempos de bons empregos e altos salários, como reporta o autor (2012), os mesmos pobres, loucos, bons, maus são aceitos como mão de obra barata, fazendo com isso a prosperidade de poucos. "O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais" (FOUCAULT, 2012, p. 53).

> Mas fora dos períodos de crise, o internamento adquire um outro sentido. Sua função de repressão vê-se atribuída de uma nova utilidade. Não se trata mais de prender os sem trabalho, mas de dar trabalho aos que foram presos, fazendo-os servir com isso a prosperidade de todos. A alternativa é clara: mão-de-obra barata nos tempos de pleno emprego e de altos salários; e em período de desemprego, reabsorção dos ociosos e proteção social contra a agitação e as revoltas (FOUCAULT, 2012, p. 67).

Sob o domínio do estigma, as relações se estratificam ao longo dos anos na própria espacialização das mazelas sociais. Determina-se ao espaço a

própria condição de ocupação, em uma territorialidade pautada por fatores econômico-sociais. São sujeitos excluídos do convívio social, expurgados para além dos muros, marcados pelo estigma da pobreza, da miséria, da condição de “inválido” e da doença física que se transformam paulatinamente em patologia social.

O espaço físico transcende a dimensão material da restrição e do contágio e adquire característica de representação social que perpetua, ao longo da história e no imaginário popular, em território estigmatizado.

A partir dos exemplos de estigmatização territorial apresentados pelos autores, a acepção das categorias estabelecidas se dilui em uma concepção que parte do entrecruzamento das situações. Isto é, o tensionamento territorial, a partir do estigma e das circunstâncias co-relacionadas, promove o imbricamento das relações de poder institucionalizado e, portanto, tem implicações políticas, culturais, ideológicas, econômicas, simbólicas.

Foucault (2012) sugere a leitura de formação e manutenção dos estigmas urbanos no contexto da idade média pela reflexão das forças de poder institucionalizadas, fruto do isolamento compulsório. Como seria, então, pensar a análise do espaço urbano de Ceres e Rialma não como ambientes institucionalizados, mas sim consequências de um processo que remonta as consolidações político-administrativas no momento fundacional das duas cidades?

Nessa direção, as discussões sobre a espacialização das mazelas sociais apontadas por Foucault (2012), a partir do processo da lepra e da loucura, servem como um dos suportes históricos para o estudo dos processos de espacialização dos estigmas das forças hegemônicas/dominantes. Tais discussões engendram debates sobre ações regulatórias que instauram a marginalização, formação dos territórios e de sujeitos estigmatizados, assim como a construção de uma memória ideológica relacionada, diretamente, com as estruturas físicas do território urbano que influenciam no próprio modo de produção capitalista.

O que seria pensar os estigmas urbanos, senão como uma atribuição de poder hegemônico sobre determinado grupo? Não seriam estas também pautadas na relação de domínio e subordinação? Ao pensar a relação

dos estigmas urbanos sob a interpretação das maquinações do capital, como sugere Foucault (2012), especula-se o seguinte: a manutenção dos territórios de domínio (ricos) não seria proveniente da força dos subordinados (pobres)? Em se pensando o contrário, a manutenção da pobreza não parte de uma estratégia de produção da riqueza?

Para contextualizar a leitura de Foucault (2012) como uma atualização do processo de formação, manutenção, bem como consequência dos estigmas urbanos, a segunda especulação explorada neste capítulo parte da análise dos dados apresentados nas cidades de Ceres e Rialma. Esses dados serão tomados como evidências estatísticas que sugerem a oposição entre territórios luminoso/opaco, territórios de riqueza/pobreza respectivamente (SANTOS, 1994).

1.3. EVIDÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENTRE OPACIDADE E LUMINOSIDADE

Os conceitos *espaços luminosos* e *espaços opacos* cunhados por Santos (1994) e explorados por Ribeiro (2012) engendram um conjunto de especulações que auxiliam na compreensão das diversas relações operantes entre as cidades de Ceres e Rialma: seja na dimensão político-econômica ou na relação sociocultural.

Santos (1994) explora a relação entre os novos modos de produção da cidade técnico-científico-informacional e as transformações da cidade em metrópole e, posteriormente, em necrópole. Ele propõe como estudo dos espaços minoritários, dentro da aglomeração dos espaços dominantes, os diversos mecanismos de domínio econômico e político, em uma lógica seletiva característica das “cidades modernas”.

Apreende-se o conceito de espaços opacos, buscando a acepção do seu oposto, espaços luminosos. Segundo a autora, a representação de espaços luminosos na cidade é mais do que simplesmente áreas iluminadas. São produtos dos anseios de modernidade e modernização do espaço urbano que engendram um contínuo processo de transformação. Entretanto, a luz produzida também traz a cegueira que oculta, escolhe e abandona instaurando a invisibilidade do muitíssimo visível, uma opacidade instituída às conveniências dos muito luminosos (RIBEIRO, 2012).

Santos (1994) esclarece que as áreas com maior densidade de aporte técnico-científico e informacional, tanto na relação quantitativa quanto qualitativa, são caracterizadas como *zonas luminosas*, onde há uma concentração de atividades econômicas, produção do capital. Já as áreas que evidenciam ausência desses elementos são apresentadas como *zonas opacas.*

As relações estratificadas se sedimentam a partir das transformações ao longo do tempo. De um lado da ponte (Ceres) consolidaram-se as relações econômicas e se expandem em um processo de modernização da cidade. Do outro lado (Rialma) ocorreu uma cristalização, isto é, estagnações que partiram de ações estratégicas próprias da relação “coibir para dominar”. Desse modo, as práticas e as relações de estigma ganham força e intensidade à medida que a iluminação ganha foco e destaque no contexto do mercado capital.

A relação da construção da modernidade explorada por Ribeiro (2012) engendra a reflexão sobre a própria transformação das relações socioespaciais. Aos que detêm o poder, a ação de transformação ganha dinamismo, enquanto para outros, a inércia é motivada, sobretudo pela estratificação das relações de produção do capital. Ou seja, cultivam-se as antigas formas de servidão para, então, suprirem a base da relação do trabalho.

> De um lado, temos mudanças muito velozes, que instauram o clima adequado ao império da moda e à busca insaciável por inovações tecnológicas, renovando o mercado e criando espaços luminosos. De outro, temos cristalizações e estagnações indicativas da ação estratégica que orienta a dialética construção-destruição na última modernidade (RIBEIRO, 2012, P. 59).

Com esse entendimento, a autora explora e indica a contradição do Manifesto do Partido Comunista quando este assim afirma: “sob o domínio da burguesia, tudo que é sólido se desmancha no ar” (RIBEIRO, 2012, p. 58). Mas, “Nem sempre se desmancha no ar o que é realmente sólido” (RIBEIRO, 2007, apud RIBEIRO, 2012) Nessa configuração do modo de produção capitalista, tais relações, inclusive as sociais, não se desmancham, mas se atualizam, haja vista o objeto de estudo através da conversão da CANG para Ceres em relação à Barranca para Rialma.

A própria reutilização através da adaptação dos territórios estigmatizados, como apresentado por Foucault (2012), deflagra a reflexão de que, embora as estruturas do modo de produção se alterem, o estigma condicionado ao território permanece. O território marcado por isolamento, e dominação, ainda que ruinoso, é cuidadosamente mantido, sobretudo em se tratando das relações sociais que a ele se remetem. Neste sentido torna-se válido o argumento de Ribeiro (2012), qual seja: “nem tudo que é sólido se desmancha no ar” (RIBEIRO, 2012, p. 58).

Nessa ótica, sobre a atualização das relações sociais calcadas desde o momento fundacional das duas cidades, na sequência será apresentada uma relação de interdependência entre Ceres e Rialma que se retroalimenta, tendo em vista as evidências estatísticas e a análise dos dados que sucitam indícios da estratificação.

A quantidade de dados, análises e estudos referentes à cidade de Ceres, desproporcional quando comparada à cidade de Rialma, engendra a reflexão sobre a formação dos espaços Luminosos e Opacos atribuídos às cidades analisadas. A luminosidade apresentada pelos dados assume elemento de profusão do poder político-econômico da cidade de Ceres. Já a opacidade atribuída à cidade de Rialma, nesse contexto, evidencia-se desde os índices/dados estatísticos, quando comparados ao espaço luminoso, até a própria ausência de informações atribuída à cidade de Rialma (SANTOS, 1994).

Como exemplo desse contexto, durante as pesquisas realizadas na biblioteca virtual do IBGE, foi constatado como um flagrante metodológico a inexistência de imagens históricas da cidade de Rialma e a profusão de imagens do processo de formação da cidade de Ceres. Esse fato pode ser justificado pela formação planejada da cidade de Ceres e a formação “não planejada” da cidade de Rialma. Neste caso, é realçada novamente a condição especular das duas cidades, dada a importância histórica que uma adiquire e a outra sustenta.

A profusão das referências históricas de Ceres atua como evidências de uma luminosidade em oposição à opacidade dos dados históricos e da ausência de informações de Rialma. Este fato engendra a especulação de que essas evidências partem das próprias forças político-

econômicas de visibilidade e opacidade que cada cidade representa na própria economia regional. Isto é, essas forças deflagram a "importância" de cada cidade, sobretudo pela estruturação da produção do capital hegemônico.

Para entender a relação entre as cidades de Ceres e Rialma no contexto regional, faz-se necessário compreender a dinâmica socioeconômica que as duas cidades empreendem em relação ao entorno, sobretudo na escala município/estado (Figura 4).

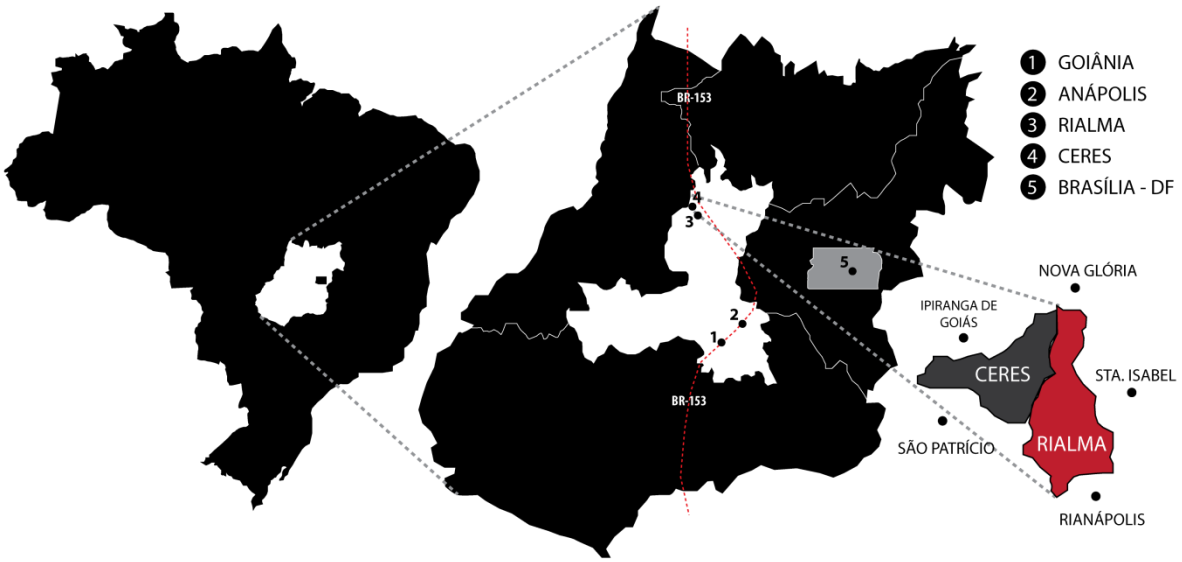


Figura 4. Mapa contextualização geográfica – Mesorregião Centro de Goiás (Cidade de Ceres e Rialma) Fonte: Elaboração do Autor. A partir de: SisGEO – Sistema de Geoinformação LTDA, 2013.

A partir de uma convenção geopolítica, o Estado de Goiás é dividido em cinco mesorregiões[7] (Norte de Goiás, Noroeste de Goiás, Leste de Goiás, Centro de Goiás e Sul Goiano) e subdividido em 18 microrregiões. Estas são representadas por cidades com maior influência local, desde o atendimento à população circunvizinha, quanto a saúde, educação e comércio, até a organização de produção industrial, agro-pecuária e aspectos naturais. Cada microrregião, por sua vez, é composta de um conjunto de municípios.

[7] **Mesorregiões de Goiás: Norte de Goiás:** Chapada dos Veadeiros e Porangatu. **Noroeste e Goiás:** Aragarças, Rio Vermelho e São Miguel do Araguaia. **Leste de Goiás:** Entorno do Distrito Federal e Vão do Paranã. **Centro de Goiás:** Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá. **Sul Goiano:** Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois.

Distante 167 km da capital do Estado e 263 km da capital federal, as cidades de Ceres e Rialma estão localizadas na mesorregião Centro de Goiás. Esta inclui a cidade de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, sendo a região com maior produção econômica e maior índice de adensamento populacional. Dados do IBGE (2012) comprovam que a população do Centro Goiano é de, aproximadamente, 3.133.274 habitantes.

A cidade de Ceres é sede de uma microrregião do Estado que agrupa 22 municípios[8] com população total estimada em 242.621 habitantes. O município é um dos principais núcleos urbanos do território Vale de São Patrício[9], em conjunto com Jaraguá, Goianésia e Rialma.

De conformidade com dados do IBGE de 2010, Ceres possui 20.722 mil habitantes e ocupa o 2° lugar no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[10] do Estado de Goiás, com o índice de 0,775. Já Rialma com 10.523 mil habitantes residentes tem o índice de (IDHM) de 0,727 ocupando a 40ª posição. A cidade de Goiânia, capital do Estado, está em 1° lugar no ranking dos municípios goianos, com índice de 0,799 (PNUD, 2014, IBGE, 2010).

A diferença entre Ceres e Rialma é intensificada quando se compara a quantidade de instituições de saúde e educação. Enquanto Ceres possui 24 estabelecimentos de ensino e 62 estabelecimentos de saúde, Rialma, para os mesmos indicadores, possui sete estabelecimentos de ensino e seis estabelecimentos de saúde (IBGE, 2012). Na categoria de valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio urbano, a média para Ceres é

[8] **Microrregião de Ceres:** Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraitá, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício e Uruana.

[9] **Vale de São Patrício:** Ceres, Goianésia, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Jaraguá, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, São Patrício e Vila Propício.

[10] Idealizado pelo economista Paquistanês Mahbub ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem como principal objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de países e municípios. O índice foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU, sendo este computado a partir de três dimensões (Saúde, Educação e Renda). O Ranking dos municípios goianos foram catalogados a partir de dados do IDH emitidos pelo IBGE 2010 e através do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. (PNUD, 2014).

de 2.708,25 reais. Já para Rialma o valor de rendimento médio per capta é de 1.982,08 reais (IBGE, 2012).

Ao analisar os dados apresentados, procurou-se atentar para a sugestão defendida por Santos (1982) quanto à relação sistemática de se comparar por meio de parâmetros numéricos estatísticos, por exemplo, os indicadores de desenvolvimento. Ele assim ele manifesta: “parece atender à preocupação de se encontrar um número ainda maior de combinações capazes de reduzir o rigor da formulação numérica e de, assim, oferecer respostas mais válidas na medida em que um índice corrige outro” (SANTOS, 1982, p. 21).

Os dados quantitativos não são suficientes para explicitar este objeto de estudo, de forma satisfatória. Apresentam limites que precisam ser complementados com métodos e dados qualitativos. Algumas percepções e análises urbanas só puderam ser apreendidas nas constantes visitas às cidades, por exemplo, a vivência do cotidiano fora do contexto de feriado e fim de semana.

Com a pesquisa de campo foi possível observar nas duas cidades intenso fluxo pendular. Ao observar a ponte, percebeu-se que o fluxo de carros se intensificava nos períodos regulares da jornada de trabalho (8h, 12h, 14h e 18h), sendo maior o deslocamento no sentido de Rialma para Ceres, demonstrando de onde chega a mão de obra.

No mesmo movimento pendular, notou-se o fluxo da luz. A cidade de Ceres desertifica no período noturno, devido ao fato de grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços fecharem após as 18h. A luz, neste sentido, volta-se à outra cidade, onde os trabalhadores de Rialma, ao retornarem à suas respectivas moradias, ocupam a cidade. Assim ocorrendo, as relações de luminosidade e opacidade se invertem, não na lógica do embate de forças econômicas, mas na ótica de quem produz e sustenta as duas cidades.

Pelos dados do DENATRAN (2014, a frota total de veículos de Ceres é de 18.517 sendo que, destes, 7.955 são automóveis, 1.694 caminhonetes e 5.332 motocicletas. A separação refere-se aos automóveis que circulam comumente pelas ruas da cidade. Já em Rialma são 7.107 veículos, sendo 3.136 automóveis, 618 caminhonetes e 1.660 motocicletas (IBGE, 2010).

Essas informações podem indicar a relação de localização comercial e fluxo de pessoas. Enquanto Rialma apresentava intenso movimento nas proximidades do início da ponte, sobretudo de forma a atender a demanda de Ceres, do outro lado da ponte, o movimento, sobretudo comercial, estava localizado mais ao centro. Localizam-se às margens do Rio das Almas o setor de oficinas mecânicas, postos de gasolina e lojas de conveniência. Já em Rialma, no mesmo trecho, equidistante do centro da ponte, encontram-se a Câmara dos Vereadores, Bares, Restaurantes, Lojas comerciais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e algumas poucas oficinas mecânicas debaixo da ponte.

A espacialização das práticas econômicas e dos tipos de comércio indica algumas leituras possíveis. Estas práticas vão da relação de servidão e subordinação, pela proximidade ou pela distância entre as ciades de Ceres e Rialma, à dimensão de organização e separação dos usos distintos no espaço urbano até a relação social, por exemplo: o trabalho que oferta, cidade de Rialma, e o que emprega, cidade de Ceres, seja pela mão de obra contratada ou a que oferta.

No estudo da organização espacial das zonas de trabalho, observou-se a quantidade de pessoas em busca de diversos serviços ofertados pelos municípios, sobretudo no entorno das rodoviárias das duas cidades, nas imediações dos hospitais de Ceres, nos restaurantes com população flutuante e cidades vizinhas. Essse movimento reduzia consideravelmente no período de feriado prolongado, nos finais de semana e, diariamente, após às 18h.

A cidade de Rialma, pelos dados do IBGE 2010, possui 684 estabelecimentos entre comerciais e prestadores de serviços. Destes, muitos são bares/restaurantes, o que, para Castilho (2009,) constitui uma herança do período de fundação da cidade de Rialma. Grande parte dos estabelecimentos está locada na avenida principal, Av. Bernardo Sayão, que faz a conexão com Ceres. Isto promove uma distinção entre a avenida e o restante da cidade, sendo a maior parte de área residencial, aproximadamente 3.675 domicílios. Já Ceres possui 7.650 domicílios e, ao todo, 1.752 estabelecimentos (IBGE, 2010).

1.3.1. PORTIFÓLIO PUBLICIDADE E AUTOPROMOÇÃO (INSTRUMENTOS DE LUMINOSIDADE)

A leitura de Santos (2006) e Ribeiro (2012) acerca do conceito de espaços luminosos e opacos ajuda a compreender a relação operante entre Ceres e Rialma, por meio da dimensão do ofuscamento da luz. O brilho intenso de um ponto luminoso torna-se tão mais claro quanto visível em função da própria escuridão do entorno imediato.

Ribeiro (2012) faz a interpretação da relação entre espaços luminosos e opacos fundamentado em Santos (1994, 2012), a partir da leitura das rugosidades, demonstrando as sobreposições do tempo no espaço. Ribeiro (2012) inicia a reflexão sobre o conceito de luz na aplicação à cidade. Ele parte de um longo ideário subjetivo da representação de iluminação em diferentes contextos, citando “a luz da razão”; “a luz da inteligência”; “a luz do espírito”. Sob esse ângulo, a luz sempre esteve associada ao conhecimento, à ciência, à arte, à religião (RIBEIRO, 2012). Santos (1994), ao explorar o conceito de luminosidade e opacidade, considera as “áreas luminosas”

> [...] constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem (SANTOS, 1994, p. 41).

Para Ribeiro (2012), os espaços luminosos elucidam a representação ideológica de uma forma de vida “clean”, envolta em beleza, requinte e superioridade que anuncia uma modernidade consumível e desejável. Já os espaços opacos são representados pelo pensamento dominante como feios, sem interesse, perigosos, passíveis de completa eliminação ou esquecimento. O próprio movimento de estabelecer polos opositores configura uma estratégia de poder, em que a dicotomia supracitada minimiza a complexidade das relações apresentadas e qualifica, de forma reducionista, as relações subjetivas do espaço.

> Os espaços luminosos são, portanto, ativos; mas, a sua condensação de atividades não se traduz em oportunidades de ação plena. Esta se encontra reservada aos que detêm o poder de criá-los e mantê-los sob a luz do sempre mais moderno (RIBEIRO, 2012, p. 67).

O alerta de Ribeiro (2012) ao estudo dos espaços opacos em meio aos luminosos refere-se à necessidade de trocar de cegueira. Contrapor outro olhar ao já construído pelas forças hegemônicas é uma ação de questionar as várias relações entre a construção da história e a profusão do poderio econômico de uma cidade em detrimento da outra. Esse fato encontra-se sedimentado no contexto politico-econômico atual.

A condução das representações sociais sobre os espaços opacos, celebradas pela hegemonia social, impede a percepção das subjetividades do espaço. Destarte, ao longo do trabalho serão apresentadas as conjunturas políticas que inferem na constituição das cidades de Ceres e Rialma pela dimensão da construção e estratificação do estigma.

> À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptadas às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemonizadas encontram as condições de sobrevivência (SANTOS, 1994, p. 39).

Desse ponto de vista, a luz é tanto uma dimensão material, apoiada e subsidiada pelos dados estatísticos, rankings, portfólios, publicidades, quanto uma dimensão imaterial construída pela representação da cidade-luz em detrimento da cidade-opaca (RIBEIRO, 2012).

A produção do portfólio de Ceres é utilizada como instrumento de luminosidade que, ao evidenciar os dados estatísticos da cidade, lança luz sobre os índices já adotados como forma de criar forças hegemônicas, atrair capital, investimentos cujo propósito de intensificar a luminosidade. No portfólio municipal são destacadas como referência na prestação de serviços as áreas de Educação e Saúde, dois elementos da tríade avaliada pelo IDHM.

O destaque regional de Ceres como cidade referência na prestação de serviço médico contribuiu significativamente para a estruturação do município. É hoje importante pólo de oferta de serviços em conjunto a outros setores da atividade econômica que atende, além dos seis municípios circunvizinhos (Ipiranga de Goiás e Nova Glória, Carmo do Rio Verde e Rialma, Rubiataba e São Patrício), outros 16 que fazem parte do Vale do São Patrício.

Informações contidas no levantamento técnico-diagnóstico realizado em 2007 para elaboração do Plano Diretor Democrático de Ceres (PDD), e no Portfólio[11] municipal da cidade (administração 2013/2017), a área de influência dos serviços médicos abrange uma região com cerca de 350.000 pessoas. Assim sendo, recebe grande número de pacientes oriundos de municípios vizinhos e outras regiões, que demandam atendimento médico-hospitalar na cidade.

No portfólio foi realizado levantamento com base em informações disponibilizadas pela Organização Munidal da Saúde (OMS). Ceres ocupa o segundo lugar no atendimento à saúde do Estado de Goiás. Conforme dados do CNES (2013), são ao todo 506 profissionais ligados à área da saúde, 175 médicos e 35 tipos diferentes de especialidades médicas.

Consoante o banco de dados (Datasus) do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2015), Ceres é o município do Estado de Goiás com maior número de leitos por habitantes, totalizando 309 leitos[12], média de 14,91 leitos/1.000 habitantes. Ministério da Saúde, é indicado como satisfatória a média de 2,5 a 3 leitos para cada 1.000 habitantes (CNES, 2015). (Tabela 1)

NÚMERO DE LEITOS PARA CADA 1.000 HABITANTES			
	NÚMERO DE HABITANTES	NÚMERO DE LEITOS	PROPORÇÃO LEITOS/1.000 habitantes
CERES	20.722	309	14,91
RIALMA	10.523	24	2,28
GOIÂNIA	1.302.001	6.500	4,99
SÃO PAULO	11.253.503	29.168	2,59

Tabela 1 - Fonte: CNES, Datasus. 2015, IBGE, 2010. Org.: Lucas Costa, 2015

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou, em relatório, a média do número de leitos para cada 1.000 habitantes de países da União Européia. Pelos dados de 2010, o país com

[11] Os dados apresentados no Portfólio Municipal e no Plano Diretor Democrático (PDD) de Ceres tiveram como fonte de pesquisa: Ministério da Saúde (MS), Organização Mundial de Saúde (OMS), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secreataria de Planejamento Urbano (SEGPLAN), Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

[12] Inclui, no total de leitos informados para todas as cidades analisadas as categorias, cirúrgica, clínica, obstétrica, pediátrica e outras especialidades, não sendo consideradas para a categoria complementar (Unidade de Isolamento e UTI Adulto – Tipo II), conforme evidenciado em dados estatísticos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

maior número de leitos para o mesmo índice é a Alemanhã, com 8,3 leitos/1000 habitantes (OCDE, 2012).

A média brasileira (INDEXMUNDI, 2011) é de 2 leitos para cada 1.000 habitantes. O número de leitos por habitante de Ceres se compara ao Japão, com média de 14 leitos por habitante, sendo que esse país ocupa a segunda colocação no ranking dos países listados (INDEXMUNDI, 2011)

Consta em relatório de pesquisa realizado em dezembro de 2011 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e divulgado pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), que analisa o quantitativo de médicos por município do Estado de Goiás, denominado de Demografia Médica no Brasil, que a cidade de Ceres conta com o índice de 7,92 médicos por mil habitantes. Já Goiânia, capital do Estado, apresenta a relação de 4,69 médicos por mil habitantes (MPGO, 2011).

Quanto à demografia médica no Brasil (CREMESP, 2011), esta é de 1,95 médicos para cada 1.000 habitantes. Ceres apresenta um índice quatro vezes maior que o número registrado na média nacional e supera o índice de 4,02, apresentado pelo Distrito Federal como Unidade Federal com maior número de médicos para cada mil habitantes. Rialma, por sua vez, possui a média de 0,57 médicos por habitante, não atingido assim o parâmetro considerado ideal pelo relatório que é em torno de 1 médico/1000 habitantes (MPGO, 2011).

Em análise crítica, o relatório apresentado pelo Ministério Público de Goiás aponta que a concentração desigual de número de médicos por região é ocasionada, sobretudo, pelo mercado financeiro em torno da prática profissional. A concentração de renda da população e a qualidade de vida oferecida pelo município são fatores determinantes no acúmulo e agrupamento dos médicos em determinadas cidades. Esses dados conferem a elas alguns títulos e bordões que caracterizam e qualificam o município, por exemplo: “A cidade dos médicos”, mas que poderia ser interpretada também, pelos serviços prestados diuturnamente, como “A cidade de doentes”.

A exemplo desse título conferido à cidade de Ceres foi publicada no Jornal O Popular (08/09/2013) a matéria intitulada “Mais médicos de verdade”,

fazendo alusão ao programa “Mais Médicos”[13] lançado pelo Governo Federal no mesmo ano de publicação. Na matéria informa-se a disparidade da quantidade de médicos na cidade comparada a outros municípios, tanto do Estado de Goiás quanto aos índices de outros países apresentados nos parágrafos anteriores.

A mencionada reportagem divulga que o destaque do município na área da saúde é devido aos seguintes fatores: história da cidade, localização geográfica, maciços investimentos privados na área da saúde e, sobretudo, a tradição familiar (O Popular, 2013). Como uma herança do ofício passada de pais para filhos, a referência médica teve início no pioneirismo de alguns profissionais no exercício da profissão ainda na formação do município. São sobrenomes de famílias tradicionais que se destacam, seja pela referência na especialidade médica, seja na influência política e no poder econômico. Esses fatores ajudam a perdurar a histórica referência, sobretudo no Estado de Goiás, dos médicos políticos, latifundiários, detentores de poder e status social[14], o que será discutido no capítulo dois.

Neste sentido, o estudo das referências de serviço médico atribuído à cidade de Ceres é importante para se compreenderem fatores, como: a infraestrutura urbana da cidade e o desenvolvimento socioeconômico da população ceresina quanto à relação existente na manutenção desses índices apresentados em concordância com a análise da cidade vizinha, Rialma.

No Portfólio da cidade (2013/2017) consta massiva divulgação dos dados estatísticos relacionados à saúde como forma de promoção e publicidade em torno de uma representação da cidade como “Capital dos médicos”. Assim, é possível analisar que esse recurso implica a estratégia municipal para captar novos investimentos, seja na esfera pública ou privada.

[13] O Programa Mais Médicos (PMM) lançado em 8/07/2013 pelo Governo Federal, gestão da Presidente Dilma Rousseff, visa ampliar e melhorar o atendimento à usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em regiões onde há escassez ou ausência de profissionais da área da saúde. O programa prevê a reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Segundo reportagem do jornal O Popular (08/09/2013), o município de Ceres não se inscreveu no programa Mais Médicos, entretanto no site do programa, é apresentado mapa de atuação onde o Mais Médicos está presente. Na categoria “Municípios com médicos do Programa”, tanto para a cidade de Ceres quanto de Rialma, estão autorizados 3 médicos do programa para cada município.

[14] Explorar a relação entre poder político e saber-médico parte de uma sugestão apresentado pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro na banca de qualificação. Durante a pesquisa de campo buscou-se no Cartório de Registro de Imóveis de Ceres o registro das propriedades em nome de alguns médicos famosos da cidade. O funcionário do cartório apresentou no monitor a lista das escrituras de alguns imóveis e alegou que havia grande quantidade em nome das famílias, mas que não poderia ceder as informações sem o consentimento das partes.

No município há uma dinâmica de expansão no número de hospitais, clínicas particulares, farmácias e laboratórios que estampam fachadas de edifícios envidraçadas e anunciam a grandeza dos empreendimentos consolidando a sua representação (Figura 5).

Figura 5 – Clínicas particulares da cidade de Ceres – Fonte: do autor.

Segundo Campos (2011), o pólo de serviços ligados à área médica também influi na organização socioeconômica da cidade contribuindo, sobretudo, para o aumento dos índices de desigualdade social entre os moradores de Ceres quando comparados aos de Rialma. Pequena parcela da sociedade ceresina de profissionais ligados à área da saúde dispõe de um padrão de vida cujo consumo de tipos de serviços e produtos de maior valor agregado caracterizam um quadro de acúmulo de capital. Isto é evidenciado no desfile de automóveis de luxo pelas ruas de Ceres ou em casas situadas no alto do morro que veem e são vistas de vários pontos das duas cidades (Figura 6).

Figura 6 – Casas de Ceres, Setor Bela Vista - Fonte: do autor.

A cidade Rialma, ao sustentar a dinâmica econômica da cidade de Ceres, exporta mão de obra para diversos setores de produção do município. Esses índicadores são evidenciados pelo movimento pendular identificado em pesquisa de campo, descrito anteriormente. Dados do IBGE 2010[15], em Ceres, apontam que, do total parcial de 10.749 pessoas entrevistadas, 89,81% informaram exercer trabalhado principal em município de sua residência. 7,52% responderam trabalhar em outro município e 2,66% em mais de um município ou país. Já em Rialma, de 4.946 pessoas entrevistadas, 75,37% trabalham em Rialma, 20,38% em outro município e 4,24% em mais de um município ou país, ou seja, o deslocamento de Rialma com vistas ao exercício profissional

[15] A população de Ceres, segundo dados do IBGE 2010, é de 20.722 habitantes e a de Rialma 10.523. A total parcial apresentada é a somatória das pessoas entrevistadas na semana de referência e distribuídas nas amostras categorias de análise de deslocamento. (**Amostra 1**: Exercem trabalho principal no município de residência. **Amostra 2**: Exercem trabalho principal em outro município de residência. **Amostra 3**: Exercem trabalho principal em outro país. **Amostra 4**: Exercem trabalho principal em mais de um município ou país).

corresponde a 1/4 da população entrevistada. Isto é, a cada quatro pessoas, uma trabalha em outro município ou país, o que evidencia a falta de trabalho no município[16] e a subordinação da mão de obra rialmense condicionada a outra gestão administrativa e grupo social (IBGE, 2010). (Tabela 2).

DESLOCAMENTO TRABALHO - CIDADES DE CERES E RIALMA							
	TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		TRABALHO EM OUTRO MUNICÍPIO		TRABALHO EM MAIS DE UM MUNCÍPIO OU PAÍS		TOTAL CORRESPONDENTE
CERES	9.654	89,81%	809	7,52%	289	2,66%	10.749 PESSOAS
RIALMA	3.728	75,37%	1.008	20,38%	210	4,24%	4.946 PESSOAS

Tabela 2 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Org.: Lucas Costa, 2015

Quando analisado o trabalho relacionado à área da saúde (saúde humana e serviços sociais), os dados apresentados são os seguintes: em Ceres, dos 557 que trabalham na atividade, 97,84% trabalham em Ceres e 2,15% informam trabalhar em outro município. Em Rialma, dos 214 que responderam trabalhar na atividade ligada à saúde humana e serviços sociais, 45,79% trabalham no município e 54,20% em outro município. Isto significa que mais da metade se desloca do município de residência para o exercício da profissão em outra cidade, diferentemente dos 97,84% da população de Ceres que trabalha na área de saúde no próprio município de residência (IBGE, 2010) (Tabela 3).

DESLOCAMENTO TRABALHO (SAÚDE) - CIDADES DE CERES E RIALMA					
	TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		TRABALHO EM OUTRO MUNICÍPIO		TOTAL CORRESPONDENTE
CERES	554	97,84%	12	2,15%	566 PESSOAS
RIALMA	98	45,79%	116	54,20%	214 PESSOAS

Tabela 3 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Org.: Lucas Costa, 2015

Quando considerada a área da educação como elemento de avaliação da dinâmica das duas cidades, com 18 estabelecimentos de ensino básico, quatro universidades (UEG, IFGoiano, Unievangélica e FACERES) e quatro instituições que oferecem educação profissionalizante (SENAC,

[16] Na pesquisa realizada pelo IBGE (2010) com o tema de deslocamento do trabalho não é citado o nome dos municípios empregadores.

SECTEC, IFGoiano e FACERES), Ceres oferta 47 cursos, nas modalidades presenciais e a distância. A cidade tem se tornado referência de ensino para as outras da região, havendo um grande número de jovens que migram para Ceres, seja em movimento pendular seja como moradia provisória (IBGE, 2010).

Enquanto isso, em Rialma, no ano de 2012, pelos dados do IBGE, havia 1.108 alunos matriculados no ensino fundamental e 351 no ensino médio, em Ceres, no mesmo ano de avaliação 3.111 estavam matriculados no ensino fundamental e 1.716 no ensino médio. Constata-se que esse número é cinco vezes superior à média de Rialma.

Como dado complementar e que justifica os índices apresentados no parágrafo anterior, o Censo educacional realizado em 2012 pelo Ministério da Educação por via do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) informa que, na cidade de Ceres, 13 escolas ofertam o ensino fundamental, cinco, o ensino médio e 12 delas oferecem o ensino pré-escolar. Já em Rialma são quatro escolas para o ensino fundamental, um que oferta o ensino médio e um que oferece o ensino pré-escolar.

Em decorrência do número de instituições de ensino em cada município, conforme dados do IBGE 2010 que avaliam o deslocamento a partir da educação, evidencia-se uma discrepância na proporção entre as duas cidades na área da educação. Enquanto em Ceres 91,77% do total correspondente estudam no município, 8,22% alunos em outro município, em Rialma, a variação não é tão intensa quanto a apresentada na cidade vizinha. Dos 2.972 alunos entrevistados, 68,54% frequentam escolas ou creches no município de residência e 31,46%, em outro município isto é, aproximadamente 1/3 das pessoas entrevistadas estudam em outro município (IBGE, 2010). (Tabela 4).

DESLOCAMENTO (EDUCAÇÃO) - CIDADES DE CERES E RIALMA					
	TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		TRABALHO EM OUTRO MUNICÍPIO		TOTAL CORRESPONDENTE
CERES	5.692	91,77%	510	8,22%	6.202 PESSOAS
RIALMA	2.037	68,54%	935	31,46%	2.972 PESSOAS

Tabela 4 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Org.: Lucas Costa, 2015

Pela análise dos dados apreende-se que a relação entre número de habitantes das duas cidades e o deslocamento a trabalho evidencia um regime de interdependência socioeconômica, uma intensa troca. No entanto, esse fato poderia constituir um típico processo de conurbação física, não fosse pelo limite geográfico do rio que delimita e distingue o espaço territorial das duas cidades.

1.4. O DISCURSO NA MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO*

Avaliar a dinâmica socioespacial das duas cidades somente a partir da compilação dos dados estatísticos, como apresentado nos parágrafos anteriores, seria como ler as duas cidades por meio de um simulacro teórico, o que Certeau (1994) define como a prática *Voyeur*. Sob este olhar, busca-se, nas duas cidades, conhecer os praticantes ordinários do cotidiano, tais como: moradores caminhantes, pedestres, trabalhadores, estudantes, pessoas comuns que relatam sobre um contexto, uma perspectiva. Neste caso, vários aspectos não são alcançados ao saber deste pesquisador, cabendo-lhe tecer a leitura crítica a partir dos diversos olhares.

A coletânea de entrevistas apresentada nos parágrafos seguintes é decorrente das pesquisas em campo realizadas no período de janeiro a junho de 2015 nas cidades de Ceres e Rialma. A exposição dos depoimentos visa elucidar os tensionamentos entre a população das duas cidades. Não serão divulgados os nomes dos entrevistados, sendo apresentada somente a idade e se é morador de Ceres ou Rialma.

No primeiro depoimento com uma funcionário da prefeitura de Ceres, são acionados fatores correspondentes às cidades como forma de impor distinções territoriais entre Ceres e Rialma.

> Acho que Rialma não se desenvolveu muito, justamente por causa do início. Ceres foi planejada, Rialma não. Só vinha para Ceres quem tinha dinheiro para atravessar o rio. Ceres tem inúmeros hospitais, postos de saúde, UTI, samu, Rialma tem um hospital municipal. Ceres tem muitos investimentos em loteamento, cidade cresce como fermento, estamos tentando desacelerar a aprovação desses loteamentos. Alguém inventou de colocar um loteamento em Rialma, o trem não foi pra frente, ninguém quis investir. Não tem muita perspectiva de crescimento a cidade [...] Talvez meu preconceito de jovem atrapalhe eu definir a população de Ceres ou Rialma. Mas eu acho que a parte do povo de Rialma é mais marginalizada, sabe o que quero dizer? Parece que eles não sabem se comportar em

> sociedade. Fazer muita bagunça. Escutam som muito alto no carro, empinam moto, fazem gracinha no trânsito, fazer bagunça em festa, tem até tiroteio, às vezes. As meninas são barraqueiras, andam com roupas muito curta... (Depoimento registrado no dia 16/01/2015 com funcionário da Prefeitura de Ceres).

A construção da representação social de uma cidade que preza pela ordem e a construção do consenso da desordem atribuída à outra cidade estão presentes no discurso dos jovens entrevistados. Na visão de Foucault (2008), a transferência do discurso como afirmação e legitimação de uma verdade criada atua como definições consensuais que reafirmam a hegemonia de um grupo social perante o outro. Isto se dá a partir de regras e outros mecanismos de poder que propagam a obediência e a subordinação pela afirmação da diferença.

Em busca das referências especulares, foi realizada entrevista com funcionário da prefeitura de Rialma que apresentou em depoimento tanto a relação de dependência quanto os conflitos socioeconômicos existentes:

> Existe uma rivalidade, certa vez eu vi um ceresino rebaixar, assim ao nivel ao chão [...] e o advogado, um cara conceituado, não faz tanto tempo: 'eu odeio Rialma, esse povo que só atrapalha a vida da gente'. E falando que a maioria das enferemeiras que trabalham nos hospitais de Ceres são de Rialma, que ficam tomando o emprego dos ceresinos (Depoimento registrado no dia 18/04/2015 com funcionário da Prefeitura de Rialma).

Em outra entrevista realizada com jovem de 23 anos, estudante, também morador de Ceres, ele assim se pronunciou:

> as melhores escolas estão em Ceres não tem nenhuma escola massa em Rialma [...] O povo de Ceres é um pouco mais elite tem muito fazendeiro em Ceres e muito médico, é a capital brasileira do médico, parece que tem a melhor proporção de quantidade de médico por numero de habitantes. [...] Assim, a galera lá é mais pobre, de fato tem muito malinha lá, muitos bairros carentes, quando a gente queria fazer umas festas mais vulgares, as amigas de Rialma sempre topavam (Depoimento registrado no dia 18/01/2015 com jovem - morador de Ceres).

É notório, no discurso do entrevistado, recorrer à diferença como forma de demonstrar uma relação de poder que estipula determinado grupo social superior a outro grupo. Os recursos de persuasão utilizados pelo jovem e denunciados na fala do funcionário da prefeitura de Rialma para discriminar as duas cidades partem de fontes, como: informações técnicas referentes à estrutura política, econômica e social de Ceres e Rialma, diferenciação pela

relação de servidão e subordinação, quando relatado sobre os consensos referentes às práticas sexuais que perpetuam no imaginário social, fazendo alusão à origem social de Rialma. Essa temática será explorada no segundo capítulo.

No discurso de um rialmense é reportado o tensionamento das relações sociais entre as duas cidade:

> O pessoal de Ceres tem um ditado popular, quando eles querem brincar com a gente, querem renegar a gente. Eles falam assim: 'Povo de Rialma, cu de Ceres' essa é a expressão, vira-e-mexe você vê um ceresino fazendo essa piadinha. Rialma é o cu de ceres. Essa é a piada de muitos. De professores. Eu trabalhava lá, aí eu respondi uma professora, eu tenho uma resposta bem a altura: Sendo que Rialma é quase que a única saída para Ceres para Goiânia, então quer dizer que a bosta tá saindo. A única coisa que sai pelo cu é a merda é o que não presta, então continuem evacuando bastante (Depoimento registrado no dia 18/04/2015 com funcionário da Prefeitura de Rialma).

A partir do depoimento de um pedreiro rialmense é demonstrada a relação de interdependência das duas cidades:

> [...] é uma cidade só, não tem divisão, nós precisa de Ceres, Ceres precisa de Rialma, é assim, nós vamos para lá compra material lá, eles vem pra cá. Mas se for fechar a ponte, nós ficamos sem Ceres e eles sem Rialma. E as duas cidades é unida. Você mora lá e eu moro aqui, eu preciso trabalhar para você lá e você precisa de mim aqui, é assim entendeu? Nós usa mais serviço de Ceres do que de Rialma, porque Ceres tem mais serviço que Rialma [...] quando eles precisam de uma coisa eles vem para Rialma aqui né, quando tem que ir para Goiânia. Nóis precisa mais de Ceres, Ceres precisa de nóis,pra pedreiro (Depoimento registrado no dia 02/06/2015 com Pedreiro de Rialma).

Em outro depoimento, o entrevistado reforça as diferenças entre as duas cidades pautadas na questão socioeconômica e cultural, sobretudo trazendo à tona da representação da mulher no contexto das duas cidades:

> As mulheres de Ceres tendem a serem mais metidas, classe A, B, C, vestem bem, roupa de marca, etc. As de Rialma tendem a ser mais desleixadas com o vestuário, usam falsificação de roupa, excesso de maquiagem e, de certa forma, usam a sensualidade em excesso (Depoimento registrado no dia 16/01/2015 com jovem morador de Ceres).

Para justificar algumas percepções pessoais sobre as condutas socioespaciais da cidade de Ceres e Rialma, o entrevistado recorre à história como forma de legitimar a situação:

> Rialma, a população de Rialma, ouve músicas, ritmos, tipo funk, rap, que dificilmente você ouve na população de ceres ouvindo, que reflete também a discrepância entre as condutas sociais as características sociais de uma e de outra população; [...] Até mesmo porque isso é reflexo das famílias e dos berços em que nasceram: Ceres famílias ricas, tradicionais; Rialma famílias dos proletariados, sem muita estrutura familiar, cercada de violência e desigualdade (Depoimento registrado no dia 16/01/2015 com Jovem morador de Ceres).

Pelos depoimentos registrados, percebe-se uma relação de discriminação e preconceito oriunda de duas realidades socioeconômicas e político-cutlurais distintas.

Em pesquisa de campo, alguns entrevistados informaram a proposta política de um candidato a governo que sugeria a junção da cidade de Ceres e Rialma como única unidade político-administrativo, atribuindo-lhe o nome de Rialceres. A população ceresina, segundo entrevistados, “abominaram” a proposta, sobretudo devido ao nome de Rialma vir em primeiro lugar. Sobre esta questão um grupo de jovens rialmenses assim se manifesta:

> De certa forma eles (Ceres) é melhor que nós (Rialma), né, o desenvolvimento da cidade pra cá, muitas coisas que lá tem aqui não tem [...] Ceres para mim podia ser uma cidade só né? O que separa é só o rio. Podia ser um prefeito só, porque juntando as duas ficaria melhor. Porque muitas pessoas daqui estuda lá, muitas pessoas ficam lá maior parte do tempo. Pra mim podia ser só Ceres, ficaria melhor né, eu pesquisei no mapa aqueles do Google sabe? E não achei Rialma, tava só Ceres, eles não pois Rialma, então podia juntar as duas (Depoimento registrado no dia 08/06/2015 com Jovem morador de Rialma).

Ao caminhar pelas ruas de Rialma, um senhor, 88 anos, negro, pobre, que veio para a Barranca em 1952, ano anterior a emancipação e criação dos municípios de Rialma e Ceres, aponta que não há discriminação nem preconceito entre a população ceresina e rialmense. Informa que foi um fato do passando e que, portanto, é temporal, as formas de domínio e subordinação não existem mais. Entretanto, em sua fala estão implicitas outras formas de discriminação espacial que sustentam, sobretudo, a representação e a estratificação da condição sócio-econômica dos dois municípios:

> Não, não tem não. Acabou tudo, é tudo amigo, ninguém se acha melhor que ninguém, no começo o povo de Ceres achava que ela melhor que o povo de Rialma, inclusive até os lote de terreno no começo, lá em Ceres os lotes de lá é mais caro que os daqui. Até hoje tem um negócio que continua, que uma casa de Ceres, igualzinha uma daqui, a de lá tem mais valor, pouca coisa, mas

> sempre tem mais valor. Se as duas forem igualzinha, a de lá (Ceres), vale mais, vale mais que a de cá. [...] Qualquer coisa, essas coisa melhor que vem pra cá, igual escola, uma companhia, uma firma qualquer, primeiro, só se não tiver jeito de lá, pra assentar de cá. A prioridade é lá. É desse jeito. Se construir as vezes um prédio de um milhão aqui, lá vale um milhão e quinhentos. Puxa pra lá né (Depoimento registrado no dia 24/01/2015 com idoso-aposentado morador de Rialma).

A discriminação espacial é um meio de impor, de fato e formalmente, relações dissimétricas seja no bloqueio de acesso a serviços públicos de qualidade, como escolas ou postos de saúde, seja na imposição de estereótipos que qualificam determinado grupo social, subsidiado por um discurso de poder que parte da ordem econômica e resulta em diferenças socioespaciais. A repetição e a propagação promovem a "naturalização" de uma hegemonia social, traduzindo-se em relações dissimétricas, por exemplo: servidão, subordinação, ordem, disciplina, poder (RAFFESTIN, 1993).

Quando entrevistado, um correspondente oposto do lado de Ceres, isto é, um rico-empresário, branco, referência municipal por nome e sobrenome, com idade aproximada a do entrevistado de Rialma e que também veio na da década de 50 para o município de Ceres, o discurso sobre a relação entre as duas cidades difere. Enquanto o senhor de Rialma aponta uma discriminação velada, o ceresino impõe e reproduz o discurso do estigma da Barranca para justificar as tensões sociais e a superioridade atribuída ao município de Ceres:

> A desigualdade (social) aqui é muito pouca, você pode anotar, que o metro quadrado, mais caro de Goiás é em Ceres. Em Rialma é a metade. O sujeito geralmente não quer morar em Rialma. Porque Rialma quando começou a colônia, Bernardo Sayão não aceitava rolo. Por isso que lá chama barranca, os rolo era tudo pra lá, muiézada, bandido. Bernardo Sayão, se não fosse casado, não aceitava prostituição aqui, então ficou tudo lá (Depoimento registrado no dia 10/06/2015 com empresário da cidade de Ceres).

O entrevistado prossegue justificando a posição de Ceres em relação à Rialma através da reprodução dos estigmas: "Hoje ainda conserva aquela, ta mudando de mais, mas ainda conserva. Ainda permanece".

Nos diálogos propostos entre o senhor de Rialma e o de Ceres, nota-se que, se de um lado há um movimento amistoso de minimizar as tensões sociais sob título de "Amigos", assim como apresentado em outros relatos, do outro lado utiliza-se do recurso da reprodução da "história oficial",

tanto para reafirmar a diferença quanto embasar o discurso hegemônico através da contraposição à Rialma. E quando questionado sobre a desigualdade social do município diz não haver o que justifica o município de Ceres ter o metro quadrado mais caro do Estado, isto é, entende-se: “Aqui somos todos ricos”. Será?

Na compilação das entrevistas, dos jovens aos mais velhos, pode-se deduzir que se escondem no cerne relações sociais complexas construídas ao longo da história dos dois municípios. Sobre estas relações prosseguimos o trabalho com a Construção e a Desconstrução destes argumentos.

CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA

CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO

Joga pedra na Geni!
Joga pedra na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
[...]
Vai com ele, vai, Geni!
Vai com ele, vai, Geni!
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir

(Trecho da música Geni e o Zepelim de Chico Buarque, 1979)

Neste capítulo propõe-se uma aproximação entre as relações de Estigma e Poder. Como arguição teórica para a análise da formação da cidade de Ceres e Rialma, busca-se traçar um paralelo entre o discurso da história alegórica (BENJAMIN, 2011) e a análise das relações intrínsecas e de poder fundamentada em Foucault (2008, 2013). Acredita-se que, nesse cenário, se possa construir uma avaliação política por trás da construção e propagação desta versão reproduzida em livros que ilustra o imaginário social e sugere a interpretação das discrepâncias socioeconômicas das duas cidades, em um processo retroalimentador. A fundamentação histórica deste capítulo é base estruturadora para uma possibilidade de desconstrução desta versão que será apresentada no capítulo 3.

Por vezes a produção deste trabalho foi interrompida pela reflexão sobre o ato simbólico de reprodução: re-produção de uma versão da história alegórica, estampada em livros e poesias, folclores em versos e prosas, que falseia a constituição de uma memória social construída sobre um estigma. Na citada versão reforça-se o discurso hegemônico de poder cujo empenho do anúncio da gênese se mistura à ação de sujeito “estigmatizador”, isto é, aquele que promove, propaga, re-produz estigmas.

Não estaria este trabalho contribuindo e reafirmando a história a partir de uma versão da história construída? Quem a produziu? A quem interessa a manutenção deste discurso? Favorece a quem esta manutenção? Seria esta uma interpretação pautada em memória social coletiva ou a construção ideológica que propaga? Quem o produz o e o que está por trás do discurso e da manutenção do estigma?

O conjunto desses questionamentos sugere a leitura especular da relação entre história alegoria/ruína como apontamentos que deflagram a interpretação da construção do estigma.

Começar o capítulo intitulado Construção apresentando-se uma ruína é quase um contra-senso em que se demonstram os paradoxos das relações entre Ceres e Rialma. Mas, o que se propõe é analisá-la sob a perspectiva da leitura especular dos espelhos em movimento disparadora de ambiguidades,. Pretende-se pensar a ruína, não como elemento físico que evidencia a latência de um tempo cronológico a partir do processo de desmoronamento, mas a ruína como testemunha que induz às leituras de um passado a partir do objeto deixado no tempo. Ou seja: a história contada por meio das fanstasmagorias e não das alegorias (BENJAMIN 1994, 2011)

A ponte (Figura 7) como elemento físico e figurativo de testemunho é também interpretada como imagem especular de artefato que conecta as referências do passado à leitura do presente. Ela indica o reflexo de uma sociedade e os sistemas político-administrativos de sua construção. Isto é, a permanência dos artefatos como estruturas físicas modeladas em tempos anteriores permite, pela leitura das virtualidades do objeto morto, compreender as divisões anteriores do trabalho e os restos dos tipos de capital utilizados em suas combinações técnicas e sociais. Neste caso, estes se materializam em forma de ruína e auxiliam a interpretar a estratificação das conjunturas socioeconômicas do presente a partir de uma construção política do passado (SANTOS, 2006).

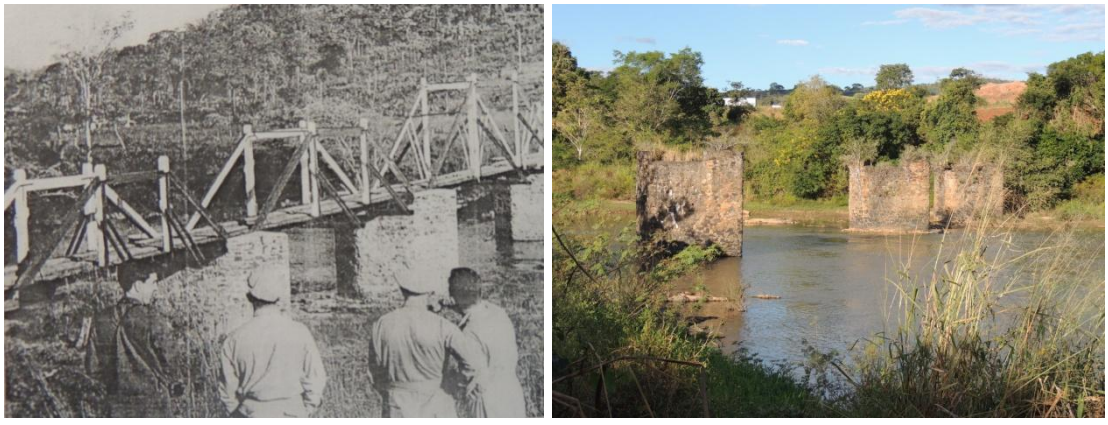


Figura 7 – "Ponte do Dr. Sayão" (esquerda) e Ruínas da ponte entre Cang/Ceres e Barranca/Rialma (Direita) - Fonte: Revista Acicer, 2000. p. 9 e acervo do autor.

Esta terceira ponte, hoje em ruínas, suscita muitas histórias e enigmas, referências de um passado alegórico contado pela população ceresina e rialmense. Suas bases em pedra permaneceram após a “cheia do rio” levar as estruturas de madeira. São fantasias que remontam a um passado histórico, entre as quais a de ter sido construída para ligar as fazendas do administrador.

Por meio das pontes de tambores flutuantes, pênseis, de pedra, madeira, concreto, resgata-se o tempo cronológico em um passeio de idas e vindas, colecionando histórias que se intercruzam. Antes dividiam terras separadas por um sonho e a esperança de um dia atravessá-las. A ponte representa o que separa Pantilândia de Quiito (LLOSA, 1970), Cang de Barranca, Ceres de Rialma, duas Valdradas (CALVINO, 2003). A ponte é a parte estática de um fluxo dinâmico, ponte/mar, mar de pessoas, de carros, de histórias vividas em travessia.

Em uma ação especulativa apreende-se que, hoje, o que resta da ponte Bernardo Sayão, em ruínas, é uma espécie de semiótica de um muro, como uma barreira diagonal que impede a transição. A ponte sucumbe às forças da natureza do espaço, da permanência da separação territorial simbólica. Se para Simmel (1996) a ponte representa a esfera volitiva de se atravessarem as barreiras físicas que atuam como obstáculo e, portanto, como elemento de associação, a ponte para Bernardo Sayão configura-se como Muro/”Porta”, ao ser representada como fator histórico de dissociação entre quem ficou do lado de dentro e do lado de fora.

2.1. ENTRE RUÍNAS E ALEGORIAS

Ao elaborar a quarta tese sobre o conceito de história, Benjamin (1987) expõe que o historiador educado por Marx[17] busca na construção da realidade apreendida as diversas relações operantes, visíveis, táteis, ou

[17] O materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels é um método dialético de análise, um “fio condutor”, para se apreender a realidade em estudo, sendo esta uma realidade material, totalizante, contraditória e em construção. Está imbuída de significados construídos a partir das relações humanas. Para Engels (in: BOTTOMORE, 1988) o materialismo histórico: “designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes” (ENGELS, apud. BOTTOMORE, 1988:260).

intrínsecas ao objeto a partir do contexto de análise. O pesquisador, sob a luz do método dialético, questiona os despojos do passado que resiste ao tempo a partir da “vitória dos dominadores” e, portanto, da história dos vencedores.

Como leitura complementar dessa tese em análise, Benjamin (2011) expõe que a história alegórica é uma representação simbólica de um “instante místico” distorcido aos caprichos dos alegoristas. Então está imbuída de sentidos e significados que estes venham lhe atribuir. Para o autor (2011), o que perdura a ação do tempo é o raro pormenor das vãs referências alegóricas. Assinala que o despertar da consciência não está nas obras vivas – como queriam os românticos, mas no saber daquelas que estão mortas (BENJAMIN, 2011). A saber, interpreta-se que as ruínas para Benjamin estão para além da função de artefatos que evocam as lembranças de um passado alegórico. Elas traduzem uma conjuntura espacial subjetiva da vida urbana que assombra o presente por retratar um processo histórico, político e social esquecido no tempo, materializado sob a forma de ruína.

Tendo em vista a relação entre passado, história e fragmento, tem-se que Benjamin (1987), ao elaborar a metáfora das flores que dirigem sua corola ao sol, esclarece que o passado que sobrevive ao tempo também tende a dirigir-se ao céu da história. Assim, ele se irradia pelo sol que conduz, ilumina, mas também seleciona, induz e distorce. Logo, a leitura da realidade fundamentada no materialismo histórico deve conduzir o olhar para além da aparência, o que é ideologicamente aceito e definido pelos vencedores. Ou seja, a partir do pensamento benjaminiano o pesquisador deve buscar a historicidade, a repercussão das conjunturas políticas, econômicas e sociais, moldadas em tempos pretéritos e que repercutem ainda no contexto do presente. Para tanto, deve estar atento ao sutil movimento de ofuscamento da história em que o brilho/alegoria é construído sobre sombra/ruína de um passado esquecido. Assim, ele sugere, a partir dos termos e conceitos, o rebatimento entre alegoria/luminosidade e ruína/opacidade (BENJAMIN, 1994, 1987) (RIBEIRO, 2012).

Para Walter Benjamin a ruína, ou o objeto fantasmagórico, traz, mesmo em vestígios ínfimos, reflexões sobre um passado esquecido. Quando esse autor (1994) propõe reflexões sobre as intervenções de Haussmann, ocorridas em Paris do século XIX, culminando com a sobreposição da cidade

moderna à cidade pré-industrial, ele recorre à imagem das lanternas a gás presente em uma das galerias.

Essas lanternas figuram no pensamento benjaminiano como as Fantasmagorias que representam a simultaneidade temporal de um fragmento histórico deslocado no tempo cronológico. Aí coexistem lembranças e sentimentos do passado que, para Baudelaire, anunciam o sentido da modernidade anunciada. Benjamin (1994), ao apresentar o objeto, evoca uma reflexão sobre a história e as transformações do espaço urbano que rui sob o compasso acelerado dos tempos modernos, capaz de transformar, além do objeto concreto, as subjetividades da vida urbana no passado e no presente.

Benjamin (1994), ao recolher no espaço objetos de um tempo remoto, confere vida ao objeto morto, um fantasma que assombra o presente contando a história de uma época esquecida. Ao fazê-lo ressignifica o presente com os lampejos que os fragmentos históricos suscitam.

No livro Origem do Drama Trágico Alemão, Benjamin (2011) retrata a história alegórica barroca imbuída de interferências político-absolutistas, sob a escusa do profano. Propõe uma leitura profícua das noções de representação da história e da ruína a partir da relação entre memória, história, fragmentos e das conformações políticas que esses objetos elucidam.

Para o autor, “A palavra ‘história’ está gravada no rosto da natureza com os caracteres da transitoriedade. A fisionomia alegórica da história natural que o drama trágico coloca em cena está realmente presente sob a forma da ruína” (BENJAMIN, 2011, p.189). Isto é, no contexto do drama barroco, a história alegórica assume o palco da narração do tempo enquanto as ruínas contam um passado escondido. Neste sentido, a ruína assume o papel de estrutura presente para representar um passado substituído por uma estrutura ausente, ou seja, uma imagem manipulável e criada às conveniências do passado. Para o autor, “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas” (BENJAMIN, 2011, p. 189).

Benjamin (2011) esclarece que a história alegórica é uma representação simbólica de um “instante místico” distorcido pelo próprio alegorista e, portanto, imbuídos de sentidos e significados que este venha lhes atribuir. Nas mãos do alegorista:

> a coisa transforma-se em algo de diverso, através dela ele fala de algo de diverso e ela torna-se para ele a chave que lhe dá acesso a um saber oculto que ele venera da coisa como seu emblema. É nisto que reside o caráter escritural da alegoria (BENJAMIN, 2011, p.196).

Interpreta-se, pois, que as ruínas para Benjamin estão para além da função de artefatos que evocam as lembranças de um passado alegórico. Elas traduzem uma conjuntura espacial subjetiva da vida urbana que assombra o presente por retratar um processo histórico, político e social esquecido no tempo, materializado sobre a forma de ruína/ponte.

2.2. DA CANG À BARRANCA

A cidade de Ceres e Rialma, respectivamente reconhecidas no início como CANG e “Barranca”, foram criadas em um contexto histórico marcado pela instauração da política nacionalista de interiorização do país, denominada de Marcha para o Oeste. Constituiu-se em um programa do governo de Getúlio Vargas, no período de 1941, e a respectiva ideia de progresso de um Estado Novo (Figura 8).

O Decreto-lei n° 6.882 publicado no Diário Oficial em 19 de Fevereiro de 1941 (anexo 01) , assinado pelo presidente da república Getúlio Vargas, instiutiu no Art. 1° a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) a partir de terras doadas à União pelo Governo de Goiás. Getúlio Vargas nomeou o engenheiro agrônomo carioca Bernardo Sayão como administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), sendo responsável pelo desenvolvimento agrário e urbano no interior deste Estado.

O núcleo sede recebeu o nome de Ceres em alusão à mitologia Greco-romana, Deusa dos Cerais, decorrente do objetivo pelo qual a Colônia foi idealizada: ser uma grande cidade produtora de cereais. Ou seja, a cidade nasceu com a incumbência de se tornar uma referência regional. Nesse encadeamento, a atribuição do nome de uma deusa à cidade opera também como representação alegórica. Busca-se nas referências mitológicas o sentido da construção de uma grande cidade/colônia, cuja função primordial foi a promoção do desenvolvimento econômico no interior do Mato-Grosso Goiano, em resposta ao subsídio político e financeiro do Governo Federal.

Em entrevista coletiva concedida à imprensa em 1938, com o título de Problemas e Realizações do Estado Novo, Vargas assim apresenta:

FIGURA 8 – Marcha para o Oeste, gravura Departamento Nacional de Propaganda. RICARDO, 1970.

> A grande tarefa no momento, no nosso país é a mobilização dos capitais nacionais, para que tomem caráter na conquista econômica das regiões retardadas [...] O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica, dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país (VARGAS, 1938 apud. RICARDO, 1970).

No contexto histórico, a saga de modernização e colonização do sertão de Goiás, impulsionada pelas políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, atribuiu à imagem de Bernardo Sayão a figura histórica do bandeirante do Século XX, “o desbravador”. Perpetuava-se a representação alegórica do personagem no imaginário popular atribuída pelas referências históricas do mito fundador da cidade.

Criou-se, assim, a imagem de um herói nacional a serviço do desenvolvimento do Estado Novo. Esta representação é confirmada anos mais tarde, em 1961, pelo próprio presidente da república que narra em prefácio do livro sobre a história de Bernardo Sayão o “Encontro com um Herói” – título do prefácio (SAYÃO, 1976).

> Conhecia a sua legenda de desbravador. Sabia da sua energia e do seu desprendimento na direção da Colônia Agrícola Nacional em Goiás. Na minha campanha eleitoral, em 1955, percorrendo o Brasil-Central, sentira por toda parte o prestígio e o carinho que cercavam o fundador de Ceres, respeitável por ser um trabalhador infatigável, amável por ser um amigo incomparável. [...] Só naquele dia em que ele me apareceu dentro da selva, vestindo a rústica indumentária do pioneiro, tão naturalmente identificado com o meio, é que tive a exata

> noção da grandeza do homem que, havia menos de uma semana, nomeara para um dos cargos da NOVACAP[18] (SAYÃO, 1976, p. 23).

Silva (2008) analisa em sua tese o retrospecto das cidades de Ceres e Rialma e apresenta uma crônica intitulada “A verdade ao Brasil”, transmitida via rádio no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1959. Essa crônica recria a imagem mitificada dos desbravadores do processo de interiorização do Brasil:

> Num país de dimensões continentais como o Brasil, a penetração do interior é um fenômeno histórico que repousa exclusivamente no espírito pioneiro e na capacidade de sacrifício dos desbravadores (BRASIL, 1959, p. 56 apud. SILVA, 2008, p. 112).

É válida a referência histórica da criação da CANG enaltecendo a representação nacionalista e heróica de Bernardo Sayão. Para Silva (2008), a criação do personagem como um herói nacional influenciou, a partir do imaginário social, a relação entre os moradores de Ceres e Rialma (SILVA, 2008).

Em artigo publicado na revista Visão, em 1959, por Antonio Callado com o título Bernardo Sayão - Vida e morte do bandeirante, o autor faz a mensão ao bandeirante na alegórica imagem: “Era um Rei em Ceres, era Juíz e Delegado. Alías, o homem que na cidade andava de qualquer maneira, sempre atrapalhado pela gravata, era elegante no mato, com seu cinturão de couro, suas botas, seu blusão cáqui” (CALLADO, 1959). Em outras publicações que se reportavam à imagem de Sayão sempre se referia a ele como um mito.

O antropólogo Dos Passos (2013), em publicação original em 1963, ao retratar a visita à CANG, reporta-se à imagem de Sayão perante a administração da colônia, o que auxilia, no presente trabalho, a contextualizar a referência alegórica do mito do herói bandeirante:

> Bernardo Sayão tinha mais qualidade de liderança do que qualquer homem que eu jamais conheci. Construir estradas era seu passatempo e sua obsessão. [...] Era um excelente jogador de futebol e granjeou fama como membro ocasional da equipe de remo do

[18] A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada em 1956 na gestão de Jucelino Kubitschek para gerenciar e coordenar a construção da nova capital nacional. Bernardo Sayão foi o primeiro diretor da Novacap. A referência à companhia torna-se importante neste trabalho pela semelhança do plano de colonização, criação, urbanização e desenvolvimento das cidades de Ceres e Brasília na concepção estratégica das cidades “informais” que se “surgiram” a partir da criação do núcleo urbano planejada. Neste contexto situam-se a cidade de Rialma/Barranca e as cidades satélites do entorno de Brasília.

> Botafogo [...] Quando a expedição chegou ao rio, é claro que não havia ponte. As terras destinadas ao assentamente estavam do outro lado. Sayão tirou suas roupas e nadou até lá. A corrente era tão forte que um companheiro que tentou acompanhá-lo se afogou (DOS PASSO, 2013, p. 90, 92).

Silva (2008) informa que a representação social da imagem mitificada de Sayão interfere na construção ideológica que os agricultores beneficiados pelo programa nacional da CANG estabeleceram como sendo eles próprios sujeitos coparticipantes do processo de construção territorial e social. Ao incorporarem a ideia de pioneiros fundadores da colônia nacional de Goiás, eles contribuíram para a criação da figura do agricultor Colono (SILVA, 2008).

Se em uma das extremidades tem-se a representação imaginária de sujeitos coparticipantes do processo de colonização, na outra ponta surge a ideia do sujeito excluído das benfeitorias sociais do governo federal naquele contexto. Nos parágrafos a seguir, discutir-se-á como acontece a criação desses dois personagens provenientes do mesmo contexto histórico-social separados por uma ponte.

Neiva (1984) elucida que a ampla divulgação na imprensa acerca do programa nacional de interiorização do país ocasionou grande deslocamento de pessoas em busca de uma possibilidade na CANG, como apresentado em entrevista realizada com um ex-colono: “Lá no rádio era noite e dia falando aquela propaganda, falando da Colônia Agrícola e tal. Quem não fosse para lá era preguiçoso, que o governo tava dando terra lá” (NEIVA, 1984, p. 61).

Dayrell (1974) registra que, em 1946, cinco anos após a aprovação do decreto-lei que instituía a CANG, a população da colônia somava mais de 8.000 pessoas. Em estudo realizado pelo geógrafo Faissol (1952), em 1947, 60% da população era formada por mineiros, 20% de goianos e 20% de outros Estados, principalmente paulistas e nortistas.

A seleção e o cadastramento dos colonos ocorriam mediante um processo burocrático que consistia em entrevista para avaliar se o candidato enquadrava no perfil estipulado pelo Art. 1° do Decreto-Lei N° 3.059 - 14 de fevereiro de 1941 (anexo 02). Este estabelecia que a concessão de terras seria de uso exclusivo para produção agrícola e para moradia, e os beneficiados pelo programa deveriam ser “[...] cidadãos brasileiros, **reconhecidamente**

pobres[19] que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros" (BRASIL, 1941, *grifo nosso*).

> Decreto-Lei N° 3.059: Art. 11° "Aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e dentre estes os de prole numerosa assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência (BRASIL, 1941)

Pioneiros da CANG alegam que era requerida, durante a triagem, a apresentação da certidão de casamento para comprovar o vínculo familiar, o que deflagrou uma onda de casamentos na região: "O povo fazia fila para casar. Muita gente que já era casada, casava de novo" (ACICER, 2000. p. 8).

Em pesquisa realizada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Jaraguá que atendia a região, foi solicitada a quantidade de casamentos ocorridos no período de 1940 a 1946. Tal solicitação teve o intuito de apreender a dinâmica e as estratégias utilizadas para enquadrar nas prerrogativas administrativas da CANG, bem como passar pela triagem para receber a concessão de terra, como informado em parágrafos anteriores. Em 1940 foram registrados 56 casamentos, em 1941, 63 e, em 1942, início da ocupação da distribuição de terras, foram realizados 111 casamentos, ou seja, o dobro do número informado dois anos antes. No anos seguintes a média ficou entre 70 a 80 casamentos por ano.

Durante o processo de triagem, os "aventureiros" que aguardavam as chamadas para a distribuição dos lotes na CANG aglomeravam-se como podiam em meio aos barrancos à margem esquerda do Rio das Almas.

Os colonos entrevistados que conseguiam "aprovação" atravessavam para a margem direita do rio e eram encaminhados pelos administradores aos respectivos lotes agrícolas. Quanto aos candidatos não selecionados, alguns voltavam a sua região de origem, outros se fixavam na margem esquerda, em frente da Colônia, na esperança de novas oportunidades de concessão da terra. Cria-se, então, a figura do "Barranqueiro".

[19] A condição de "Reconhecidamente Pobre", Decreto-Lei N. 3.059, será explorada no terceiro capítulo em análise crítica do processo de colonização e formação tanto da cidade de Ceres quanto de Rialma.

A história da construção do povoado da Barranca, futura Rialma, é confirmada em entrevista com um dos antigos moradores de Rialma:

> Em 1941, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, o povo veio atrás desses lotes da Colônia e muitos ficavam abaixo dos rios, nem ponte tinha ainda, acampavam aqui abaixo das matas, então o primeiro nome de Rialma era Barranca, devido aos barranqueiros. (Depoimento registrado no dia 08/06/2015 com antigo morador de Rialma).

A distinção entre a CANG e a Barranca, sendo respectivamente Ceres e Rialma pós emancipação ocorrida em 1953, vai além dos limites físico-territoriais. Atinge a relação social, política, cultural e econômica como forma de demarcação territorial a partir da instauração da diferença entre os dois personagens: o Colono e o Barranqueiro (SILVA, 2008).

Bernardo Sayão, como administrador da CANG, dispôs sobre a construção e organização do espaço da Colônia, delegando as normas de permanência do Colono no programa de concessão de terra em atendimento ao Decreto-Lei N° 3.059. No regimento foram estabelecidas as normas para funcionamento da CANG. Interessa a este trabalho a análise do processo de construção da política de gestão socioespacial em que diferem os moradores da Colônia e os da "Barranca". Para esta análise, extraiu-se do Decreto-Lei N° 3.059 o Art. 24° que define as normas e punições da CANG, sendo excluído do programa o colono que negligenciasse ou descumprisse o acordo firmado, como se segue:

> a) Deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;
> b) Desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
> **c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia** (BRASIL, 1941 p.3 *grifo nosso.*).

Além das normativas administrativas da Colônia, de conformidade com o Decreto-lei, Bernardo Sayão interferia nas condutas morais como regra de permanência naquele espaço. No Art. 24° do Decreto-Lei, item "c", indica que a má conduta do colono, sendo considerada elemento de perturbação,

poderia resultar na expulsão dele do programa da CANG, embora no artigo-lei não listasse quais eram as normativas de comportamento social. Em entrevista concedida por antigo morador da cidade de Rialma, ele se reportou às proibições:

> Lá não era permitido, o Sayão era muito rígido e não permitia prostituição e vender pinga lá, lá era pra trabalhar, aí mandava pra cá, aí Rialma foi a maior zona boêmia do Centro-Oeste. (Depoimento registrado no dia 08/06/2015 com antigo morador de Rialma).

Como mencionado, o depoimento registrado em pesquisa de campo foi retratado também por Pessoa (1999):

> Nos primeiro anos da colônia a travessia do rio era feita por uma canoa **– "a canoa do Sayão" -,** que o próprio administraor controlava rigorosamente. Segundo normas adotadas, ele não permitia a entrada de prostitutas. As que apareciam tinham que ficar do outro lado do rio. Não se permitia também a venda de bebida alcoólica. Para os dois casos, a opção era permanecer antes do rio. E o critério básico, para o ingresso em um lote rural, era a apresentação de certidão de casamento (PESSOA, 1999, p. 43)

Pessoa (1999) faz saber que o processo de triagem, "peneira" na beira do rio, acarretou um fenômeno social que perdurou até o final dos anos 80: "formou-se zona confinada de prostituição na Barranca, e na colônia não. A zona de prostituição formada tomou o nome de 'Coréia'[20], em razão da Gerra da Coréia" (PESSOA, 1999, p. 44)

Dos Passos (2013) aponta as restrições de permanência nas mediações das fronteiras da colônia com a cidade que crescia do outro lado do rio:

> No fim da ponte, encontramos um jovem muito alto e magro com feições bem definidas e pele quase negra. Ele usava as usuais roupas de trabalho esfarrapadas. Apertou a mão do juiz e sorriu com todos os seus dentes quebrados. O juiz perguntou-lhe o que estava fazendo, se já se casara, se havia garotas bonitas na colônia. (DOS PASSOS, 2013, p. 82)

Para análise das formas de poder empregadas na relação entre os habitantes de CANG e Barranca, é válida a lembrança da música de Chico Buarque, Geni e o Zepelim. A referência é atribuída não somente pelo fato de a personagem principal ser uma prostituta, mas pelo exercício do poder na forma

[20] A zona boêmia da Barranca (Rialma), localizado na Cidade Baixa próximo às margens do Rio das Almas (Rua 15, 16, 17) recebe o nome de Coréia devido à guerra da Coréia período de 1953. Segundo entrevistados na Barranca o índice de assassinatos era alto e por isso a referência da guerra atribuída à cidade.

como a sociedade atua em relação à inversão dos valores de domínio e subordinação.

Na música, o capitão comandante do zepelim, ao sobrevoar a cidade, depara-se com “tanto horror e iniquidade” que ameaça “tudo explodir”. A referência ao “horror” é justamente a forma como a Geni era tratada pela sociedade. Contraditoriamente o comandante negocia abortar a ideia de explosão caso a própria Geni se sujeitasse a servi-lo. Pelo cenário apresentado, propõe-se a interlocução especular entre o cenário da cidade apresentado na música e a relação constituída entre a Cang e Barranca, tendo como referência figurativa as personagens Geni e Carminha, dona de um prostíbulo na Barranca.

Esse paralelo busca elucidar as formas como a sociedade atuava no contexto da zona de meretrício, além da repercussão e da reprodução das referências históricas na formação da representação social da Barranca. A reprodução do imaginário social em torno da história da Barranca é acionada como forma de qualificação e distinção dos grupos sociais, de modo a definir as relações de poder existentes entre as duas cidades ou, por exemplo, entre o Comandante e a Geni.

Nas poesias “Ode à Barranca” e “Corpo Norturno na Zona da Barranca”, extraídas do livro A Gênese de Rialma em versos e prosa, Edvaldo Nepomuceno (2007), poeta rialmense, traduz a história de Rialma e o estigma da Barranca evidenciando, em palavras e imagens figurativas, a construção da representação social em torno do nome Barranca:

ODE À BARRANCA
Barranca dos retirantes,
dos paus de arara
na beira do rio,
barranca dos sem-terra,
(NEPOMUCENO, 2007, p. 40)

GENI E O ZEPELIM
De tudo que é nego torto
Do mangue e do cais do porto
Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada
(HOLANDA, 1979)

das prostitutas
namoradeiras
nas casas de portas
abertas,
de luzes vermelhas,
vulcões incendiados,
de ruas tortas,
de vulvas expostas,
Barranca da Coréia,
Do cancro e da gonorréia,
(NEPOMUCENO, 2007, p. 41)

Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato
(HOLANDA, 1979)

CORPO NOTURNO NA ZONA DA BARRANCA
Homens afoitos
Mulheres alucinadas
ruas de casas esgueiradas
ruas tortas de mulheres
tristes vazias desesperadas,
ruas de bêbados
de mulheres tórridas
[...]
na Zona da Carminha,
sêmen melancólico
rubro
pátria de sexo
pater
frater
complexo.
(NEPOMUCENO, 2007, p.
50-52)

Joga pedra na Geni!
Joga pedra na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
[...]

Vai com ele, vai, Geni!
Vai com ele, vai, Geni!
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir
(HOLANDA, 1979)

Durante o período de 1944 e 1945, início da ocupação da região da Barranca, às margens do Rio das Almas, foi estabelecida e disseminada em algumas casas das rua 11, 12, 13, 14, 15 e 16 a zona de prostituição da cidade baixa, sendo mais recorrente na rua 16, onde estavam locadas as casas mais famosas à época. Na edição de n. 1 da Revista Acicer (2000), a zona de prostituição da cidade da Barranca é referenciada na sessão "Inesquecíveis" do dossiê que conta a história de Ceres e Rialma. A cidade-baixa é contada a partir dos banhos de rio no "banheiro das putas" e a Rua 16 é lembrada, não pelo numeral, mas pelo nome das prostitutas: "Tetê, Carminha, Aparecida Pisca Pisca e Maria conceição, que reinaram absolutas nas casas da Rua 16 por muito tempo" (REVISTA ACICER, 2000, p. 43).

Silva (2008) expõe que, à época, as casas da cidade-baixa eram marcadas com a expressão "casa de família" para não serem confundidas como casa de prostituição pelos frequentadores da Zona de Meretrício. O autor, por meio de entrevistas com moradores de Ceres e Rialma, informa que o "cabaré da Carminha" era o mais conhecido do local: "alí era cavalo amarrado, aquelas mulona bonita, envolvia dinheiro, parecia uma festa, ela chamava moça de fora pra fazer ponto lá na casa dela" (Depoimento registrado no dia 20/04/2016, com morador da cidade de Rialma).

Barranca dos amores e crimes passionais, da "escória" excluída da CANG. Barranca, Coréia. Em entrevista realizada com morador da cidade de Ceres membro de uma das famílias mais tradicionais do município, assim se expressa:

> A casa dela era concorrida, as outras casas foram ficando tipo... era um ponto central e iam construindo casas perto. Ela tinha um prestígio, não a altura da Dona Beja[21], mas tinha um prestígio. Os jovens iam tudo iniciar a vida lá. Começou na CANG. E as mulheres nem reclamavam, era a cultura. (Depoimento registrado no dia 03/06/2015 com morador de Ceres).

[21] A vida em flor de Dona Beja, é um romance histórico-biográfico de Agripa Vasconcelos que relata a história de Anna Jacintha de São José, a cortesã Dona Beja. No início do século XVIII torna-se ícone pela beleza, independência, mas sobretudo pelo imaginário social construído à cerca da sua imagem de importante meretriz no interior de Minas Gerais, cidade de Araxá. (FREITAS, 2006)

Em documento histórico sobre o cotidiano da época, Silva (2008) destaca o depoimento da pioneira Tarcila Barreto, viúva do comerciante fundador das Casas Paraibanas, onde se vendiam tecidos finos:

> Aqui em Rialma falava muito na zona da Carminha né, que era o ponto dos homens que vinham pra cá. Vinha de charrete [...] Tinha muita mulher e fora que buscava nesse... Tinha muito aventureiro, muita gente por aqui né. Então, aqui em Rialma era conhecida assim pela zona mesmo. [...] Consumia, porque comprava muito tecido. [...] A Marinhinha costurou muito pra essas mulheres. Na época da zona da Carminha, chique lá, convidava os maridos das mulheres tudinho. Mandava convite, por exemplo, trazia umas mulheres bonitas de fora né, aí mandava convite. E as mulheres viravam bicho viu, ficava tudo brava. E os homens iam assim mesmo. A melhor casa era a dela, muito conhecia. Ela era uma mulher muito respeitada nesse ponto aí (SILVA, 2008, P. 192).

Nos depoimentos registrados em pesquisa de campo e no acervo de entrevistas realizadas por Silva (2008) é recorrente a menção de prestígio e respeito atribuída à Carminha. Para delinear essa trajetória espacial, buscaram-se em documentos oficiais e também a partir de entrevistas algumas referências que indicassem a história da personagem. No cartório de registro de imóveis de Jaraguá foi realizada uma pesquisa a partir do endereço da residência dessa personagem. Em meio a tantos nomes masculinos, seguidos de profissão, indicações, referências e muitos sobrenomes que ainda soam como importantes famílias da cidade de Rialma, surge nas páginas amareladas do livro de registro a referência da Rua 16, quadra 28 lote 1, o nome de Anita Alves, brasileira, solteira, maior, doméstica, domiciliada e residente em Rialma, com contrato datado de 1953. Quatro anos mais tarde, em 1957, Anita adquire o lote de número 2. Nos registros não consta nada além dos dados informados.

Em entrevista com antigos moradores de Rialma foi informado o seguinte: após a proibição da prostituição na cidade de Rialma, período de 1980, Carminha tornou-se proprietária do Hotel Nunes, localizado na Avenida Bernardo Sayão. Em meados dos anos 2.000, já idosa, mudou-se com a filha para Anápolis, vindo a falecer nessa cidade quatro anos mais tarde.

Pesquisar as fantasmagorias históricas da trajetória espacial de Carminha, seja a partir de entrevistas ou dados oficiais assinados pelos tabeliães do Cartório de Jaraguá e de Rialma, fez-se pertinente. Entre outras razões pode-se citar a possibilidade de apreender a dimensão subjetiva da história alegórica construída a partir da própria relação de poder estabelecida

entre a CANG e a Barranca e, posteriormente, entre Ceres e Rialma, o que sugere a aproximação entre os dados apresentados no capítulo 1.

Durante esta investigação foram reveladas múltiplas formas de poder que indicam interação entre as referências da história e a sua repercussão no presente, o que será apresentado no tópico a seguir.

2.3. FORMAS DE PODER: PONTES ENTRE DISCIPLINA E SUPLÍCIO

> Lá era Zona de Meretríces, hoje, ate hoje, é uma zona, só tem gente brigadora, ihh o diabo, o espírito cabaré não saiu de lá não. Da rua 16. O espírito cabaré ta lá até hoje. Na rua 16 o trem é feio, olhava de noite só via fumaça, bala e faca. [...] Ahhh aí todo mundo é corno, alí não tem moral não. Mas só isso, o lugar é bem privilegiado, é beirando o rio. (Depoimento de morador de Rialma, registrado no dia 21/04/2015).

A partir da leitura de Foucault (2008) e Raffestin (2003), compreende-se que a sociedade exerce formas de dominação, não pelo Poder cognoscível em nome próprio, mas pelo poder velado e mascarado pelo discurso que entranha no cerne social em que se produzem verdades e se reproduzem estigmas. Como afirma Foucault (2008, p. 181), a análise do poder não parte somente do “rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (FOUCAULT, 2008, p. 181).

Toda relação é passível de surgimento do poder, seja político, econômico, cultural. A relação de poder é coextensível, o que fundamenta o seu caráter multidimensional e dissimétrico. Assim é proposta uma relação de dominação e subordinação. À luz da leitura de Foucault, compreende-se que o poder constitui uma relação de forças, não singular, mas imbricada a outras relações de força, assim sendo uma conjuntura estabelecida pelas próprias ações de poder.

No campo das subjetividades, o próprio agenciamento das forças se estabelece no sentido de afetar (função) e ser afetado (matéria). Como materialização das ações de poder, apreende-se que, embora essas forças se distingam pela ação entre função e matéria, as relações de poder não partem de um ponto central, ou de uma relação institucionalizada de soberania. Elas percorrem “de um ponto a outro no interior de um campo de forças instaurando

inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistência" (DELEUZE, 1995, p. 81).

Os diversos mecanismos operantes que engendram controle social a partir das forças de poder e promovem uma ação de estratificação, instauram uma divisão interna da sociedade por meio de uma ação de cerceamento e distinção. A estratificação como campo de investigação dialética também é uma forma de integração. Consiste em delimitar campos de força geral, estabelecer conexões entre singularidades, alinhá-las, homogeneizá-las e fazê-las convergir. Isto é, a mesma ação que distingue e classifica também agrupa e categoriza. Cada um desses movimentos, por sua vez, manifesta-se com relações e pontos singulares que os aproximam. Foucault aponta como agenciadores da estratificação algumas instituições de poder, por exemplo: Estado, Família, Religião, Produção, Mercado, Arte, Moral.

Entrevistas realizadas por Silva (2008) com pioneiros da colônia revelam depoimentos que descreviam as normas de conduta estipuladas por Bernardo Sayão, como se segue:

> Aqui não podia ter zona de prostituição, nem nada. Bebida alcoólica, por exemplo, era proibido [...] Ele achava que se o sujeito bebesse, ele teria excesso e prejudicava os seus vizinhos [...] A parte religiosa sempre apoiava a ideia do Dr. Sayão (SILVA, 2008, p. 137).

Para Foucault, cada instituição agencia as formas de poder a partir de dois elementos: "aparelhos" e "regras". Seja atuando enquanto conjunto ou separadamente, as instituições delegam/estipulam um conjunto de normas que condiciona as condutas sociais e as assegura através dos aparelhos de conversão de poder na própria ação punitiva, seja como repressão, exclusão, punição etc.

> São práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, já que supõem as relações e se contentam em 'fixá-las' sob uma função reprodutora e não produtora. Não existe Estado, apenas uma estatização, e o mesmo é válido para os outros casos (DELEUZE, 1995, p. 83).

A soberania do poder exercida pelas instituições condiciona, legitima, define, pune. Torna-se integralmente eficaz quando compreende o nome próprio da instituição, Estado, por exemplo, como substituível pelo nome Poder, isto é, que deriva da própria ação, poder, com p minúsculo. Nesse

sentido, Raffestin (2003) discute as formas e estruturas de poder a partir da construção conceitual elaborada por Foucault. Como introdução ao tema, destaca a ambiguidade do termo, diferenciando entre Poder, com letra maiúscula, e poder com inicial minúscula.

Deduz-se que a palavra Poder como nome próprio define um conjunto de sistemas e gestões que condiciona os cidadãos a um determinado Estado, como instituição. Já o termo poder, como nome comum, define as próprias ações de subordinação e disciplina impostas por um determinado agente ou sistema de autoridade e dominação.

Para o autor, embora o “Poder” seja cognoscível e identificável ainda inspira atenção e desconfiança, pois, mais perigoso que o Poder, com letra maiúscula, é a própria ação mascarada, mediada ou justifica por um poder como nome comum.

> O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 2003, P. 52).

Foucault (2008) esclarece que, em qualquer sociedade, existem múltiplas relações de poder que caracterizam e constituem o corpo social. Estão fundamentadas na relação entre dominação e disciplina e perpassam os tríplices conceitos: poder, direito e verdade.

Para Foucault (2008), a transferência do discurso como afirmação e legitimação de uma verdade criada atua como definições consensuais que reafirmam a soberania hegemônica de um grupo social perante o outro. Isto é, o próprio corpo social é induzido a produzir e reproduzir verdades, seja através das regras impositivas, seja por outros mecanismos de poder que propagam obediência e subordinação pelo cerceamento da diferença. Na perspectiva de Benjamin (2011), a re/produção de verdades, calcada na construção da história alegórica, parte de uma estratégia de adaptação da leitura de um passado às conveniências do presente. Este influi diretamente na configuração socioespacial das duas cidades, seja como CANG/Barranca seja como Ceres/Rialma.

Ratificando informações, tem-se que Bernardo Sayão representava a materialização da própria *Alegoria*, trajado na figura do personagem bandeirante: “Era um rei em Ceres, era Juiz e Delegado [...] com cinturão de couro, suas botas, seu blusão cáqui” (CALLADO, 1959). Assim sendo, ele delegava as normas de condutas socioespaciais, promovia a disciplina como regra de permanência e a exclusão da Colônia como ação punitiva, transferindo o “problema” para o outro lado do rio. Em contraponto, surge na Barranca o personagem Pedro Marçal, delegado que buscava a ordem tomando como sentença não a disciplina mas o suplício daqueles que feriam as normas de convivência social (FOUCAULT, 2013). (Figura 9)

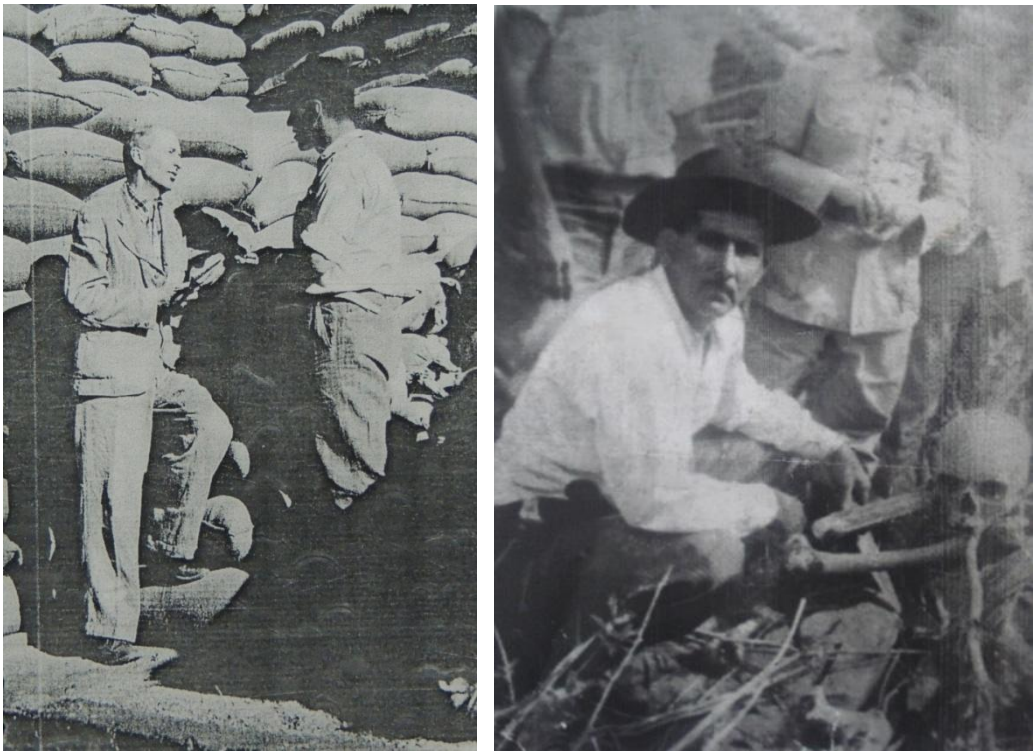


Figura 9. Bernardo Sayão junto a produção agrícola da CANG (esquerda) e Pedro Marçal posando junto a uma ossada encontrada no Rio das Almas (direita) Fonte: Acicer 2000, Acervo de Família. Org.: Lucas Costa (2015)

A história de Pedro Marçal não é estampada em placa de agradecimento público, não recebe busto em praça ou nome em avenida. Sua história é narrada pela memória dos que o conheceram, envolto em muitos causos, ficções e fantasias. A história de Pedro Marçal assume a própria *Fantasmagoria* que assombra o presente a partir dos relatos e poucos objetos

pessoais. Por exemplo a foto (Figura 9) que evoca, em posse dos familiares, lembranças de um passado que talvez nem eles mesmos tenham vivido. Ou seja: a reprodução da história contada é assumida como verdadeira. Em entrevista realizada com os filhos de Pedro Marçal, eles assim contam:

> Era delegado e mau. Ele era terrível, cozinhava o defunto para ver do que foi morto e descobria [...] porque antigamente nesses cabarés aí, nego matava, rachava você, e colocava uma pedra dentro de você e jogava lá no rio, pra não boiar [...] Se você roubasse um trem, aí ele ia atrás de você e você tinha que carregar aquilo que roubou, se matava, colocava um crânio de caveira no pescoço e rodava a cidade falando: 'Eu roubei, eu matei, eu vim pra isso...'(Depoimento registrado no dia 20/04/2015).
>
> Colocava uma caveira, colocava um chapéuzão, uma capa assim, uma botona e um 38 de lado, no livro, entendeu, tem ele cozinhando a caveira, cozinhando a cabeça cozinhando tudo. Ele era respeitado. (Depoimento registrado no dia 20/04/2015).

A diferença entre as formas de reprodução da história a partir das punições, isto é, pela administração do poder disciplinar, apresentada nos parágrafos anteriores, engendra-se um conjunto de reflexões sobre o próprio modo de produção e constituição socioeconômica das duas cidades. As imagens de Sayão e Marçal dispostas lado a lado geram interpretação especular, tanto sobre a construção da representação alegórica e fantasmagórica da imagem dos personagens quanto sobre a formação socioeconômica e constituição das duas cidades no exercício da Disciplina/Suplício (FOUCAULT, 2013).

Enquanto Ceres/CANG é representada como cidade do devir, "do que virá", cidade do futuro, inserida no processo de colonização do oeste brasileiro, Rialma/Barranca é apresentada como cidade da "informalidade" em que as regras institucionais de coibição e punição se remetem à própria constituição das cidades medievais.

Do lado esquerdo da imagem da ponte representada pela figura de Sayão, os indícios da cidade moderna figuram refletidos no caminhão e no modo disciplinar de produção agrícola, capitalista, evidenciado nas sacas de arroz. Já do lado direito da imagem da ponte, Marçal exibe as formas com que "moralizou", colocou ordem na Barranca, provenientes do próprio exercício do suplício, do terror, do medo. Essas imagens, embora não revelem a data oficial,

vez que poderiam ter sido fotografas no mesmo dia ou ano, evidenciam modos de produção e constituição disciplinar diferentes que indicam enorme distância na constituição socio-econômico-temporal.

Tem-se em Foucault (2013) que a constituição da sociedade disciplinar é gerida a partir de uma emergência da sociedade burguesa pela necessidade dos corpos moralizados que atendam ao modo de produção capitalista. Neste caso, são mais úteis, obedientes e produtivos do que um corpo boêmio, imoral, incapaz. Instaura-se, pois, um "elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (FOUCAULT, 2013, p. 134).

Apreende-se que a gestão administrativa de Bernado Sayão na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a partir da seleção e manutenção do corpo moralizado, constituiu condição do modo de produção agrícola na promoção do desenvolvimento econômico no interior do Mato-Grosso Goiano, em resposta ao subsídio político e financeiro do Governo Federal. O próprio modo disciplinar de produção agrícola sugere o que Foucault (2013) assim interpreta: "Foi 'expulso o camponês' e lhe foi dada a 'fisionomia de soldado'" (FOUCAULT, 2013, p. 131).

Dos Passos (2013) apresenta a ação disciplinar de Sayão no exercício de administração da colônia, como se segue:

> 'O que você faz', pergunta o juiz, 'quando tem colonos que não querem trabalhar?'
> 'Quando eles não querem trabalhar, vão embora. Os outros não gostam de ver gente preguiçosa à sua volta. Ainda não tive de usar a polícia... ou qualquer tipo de força. Falamos com eles, damos conselhos amigáveis. Mas eles tem de trabalhar para comer. Não estamos administrando um lar para incompetentes. Eles logo captam o espírito da coisa. Veem outras pessoas contruindo casas, comprando roupas, ganhando dinheiro. Nosso povo é um colonizador natural' (DOS PASSOS, 2013, p. 89).

Pedro Marçal, por sua vez, adota como sistema coibidor técnicas de repressão que se aproximam do que Foucault (2013) define como cultura do Suplício. Por exemplo: a deliberação de exibir em praça pública as punições e exigir a confissão dos crimes praticados para servir tanto de exemplo a outros malfeitores quanto para assegurar, à população, a eficiência e o poder dos gestores contra os delitos que ocorriam na cidade (Figura 10).

> [Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia

> ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derritido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, p. 9)

Figura 10: O suplício de Damiens retratado por Foucault em Vigiar e Punir (2013). Fonte: Wikimedia

Cabe nesta análise questionar se os exercícios e operações dos poderes como formas de disciplina e domínio não seriam também formas de controle da própria ponte alfandegária, cuja supervisão da ultrapassagem já era feito via “A canoa de Sayão”. Esta selecionava, escolhia, delimitava, impedia, promovia a riqueza de um lado das margens do rio e a pobreza do outro. Ponte, muro. Ponte que dá passagem à “escória”, dá passagem ao “problema”, que faz a “limpeza” e varre para baixo do tapete a “sujeira”, em prol da promoção do desenvolvimento econômico agrário brasileiro. Ponte que de um lado cria a figura do herói bandeirante junto à Deusa Deméter e, do outro, elege Carminha serva dos caprichos dos fazendeiros junto à figura do Delegado “mau”.

Veremos no próximo tópico que a ação diciplinar de Sayão também é intensificada quando incorporada ao discurso de outras instituições

regularadoras que definem os aparelhos e as regras de conduda do espaço urbano da CANG em oposição ao da Barranca.

2.3.1. Medicina, Religião e Poder

Historicamente o poder atribuído ao médico[22] ultrapassa a dimensão da cura e a prática da profissão; adquire um valor político de garantir, por meio da ciência, o controle e regularização da vida social. No Brasil do século XIX, as iniciativas médicas atuaram tanto no ordenamento das normas coercitivas sociais quanto na própria reorganização das cidades, transformando o saber médico em planejador urbano, em um processo de sanear tanto a cidade quanto a sociedade.

Neste contexto, Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Vargas, em 1930, interventor federal para o Estado de Goiás, utiliza do seu saber médico a serviço da política do Estado. Em 1931, no primeiro ano de sua gestão, sancionou o Regulamento da Saúde Pública em que regulariza a ação dos médicos no ordenamento dos municípios goianos e dos seus cidadãos, em um exercício de poder e formas de dominação social (CHAUL, 1997).

> O médico é chamado para desempenhar uma função importante na administração pública. Os regulamentos da saúde pública atribuem a esses profissionais um conhecimento técnico que detêm. São colocados em estaque no Estado e nas municipalidades, pois através do serviço sanitário, via regulamentos, podem intervir e controlar o Estado como um todo, os espaços urbanos e rurais, o trabalho e o lazer, a vida e a morte (CAMPOS, 1994. Apud. CHAUL, 1997).

As formas de domínio exercidas pelo poder do saber médico vão além da normatização das condutas sociais. Chaul (1997) demonstra que, no Regulamento da Saúde Pública do Estado, também foram estipuladas leis que reforçam as condutas disciplinares por meio do trabalho, como "remédio capaz de transformar o 'jeca-tatu' em 'cidadão produtivo e ordeiro'" (CHAUL, 1997, p. 189).

Por via do Regulamento, a ação da medicina passa a atuar diretamente no organismo social, um saber sociomédico educador que avalia os problemas das cidades como pacientes, identifica as "moléstias sociais" e diagnostica, dada a imposição de normas e leis amparadas pela ação do poder

[22] A construção deste tópico parte de uma sugestão de análise sobre relação entre poder e saber-médico, proposta pelo Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro durante a banca de qualificação.

político concedido ao saber médico. Neste contexto, durante a implantação da CANG, em 1941, alguns médicos pioneiros se destacaram na organização política e social da Colônia.

Além dos limites físicos de se implantar um núcleo colonial meio à densa mata goiana, os colonos do século XX, assim como seus antecessores, também enfrentavam diversas doenças endêmicas características da região, como malária, febre amarela entre outras. Neste contexto, para a população, sobretudo agrária, a figura do médico adquire um poder simbólico de doutores da ciência capazes de salvá-los não somente das doenças, mas da morte. Desse modo, são venerados e respeitados como heróis (CHAUL, 1997).

Três médicos pioneiros da CANG marcaram suas trajetórias e ainda são referenciados na cidade de Ceres e Rialma como nomes importantes na constituição histórica e social das duas cidades. São eles: Dr. Jair Dionah Araújo, Dr. Álvaro de Melo e Dr. Domingos Mendes da Silva. Veremos que a ação dos médicos na CANG interferiu diretamente no ordenamento político e social da constituição tanto do núcleo urbano da CANG quanto da Barranca e reforça a noção de estigma entre as duas cidades.

Além do poder histórico atribuído aos médicos da CANG pelo exercício da profissão regulamentado por Pedro Ludovico Teixeira através das leis sancionadas em 1931, Pessoa (1999) informa que os três médicos também alimentavam o discurso social através da religião. Segundo o autor, os três médicos eram protestantes, sendo: Dr. Jair Dinoah, presbiteriano, Dr. Domingos Mendes, batista e Dr. Álvaro de Melo, cristão evangélico:

> Essa expansão religiosa por meio do atendimento médico (por presbiterianos e cristãos evangélicos, portanto) exerceu influência significativa, do ponto de vista moral, na organização social emergente (PESSOA, 1999, p. 57).

Na trajetória espacial dos médicos da CANG é possível apreender os vínculos que fundamentaram a vinda para a colônia, em uma ação que partia da ordem de garantir a saúde dos colonos, mas também de impor, por meio da religião, um controle social no interior da colônia. Neiva (1984) indica que os três médicos vieram para a colônia a convite de Bernardo Sayão em uma prática comum de recrutar funcionários para a colônia dentro das ordens religiosas.

O Dr. Jair Dinoah Araújo foi convidado por Sayão a conhecer a CANG, em 1945, após sua visita à cidade de Anápolis, onde o médico atuava no Hospital Evangélico de Anápolis. Em 1946 foi inaugurada a primeira etapa do hospital da Colônia em que o médico em questão era responsável pelo atendimento aos pacientes colonos, hoje hospital São Pio X, o único hospital público do município. Em 1950, após fim da gestão de Bernardo Sayão na administração da colônia, Dr Jair abre o seu próprio hospital da rede privada, Hospital São Lucas, ainda hoje uma referência na cidade de Ceres no atendimento de Ginecologia, Obsterícia, Pediatria e Cardiologia.

O segundo médico pioneiro da CANG foi Dr. Álvaro de Melo. O nome do médico foi atribuído à 2ª loja maçônica de Ceres, Loja Maçônica Dr. Álvaro de Melo e ao Colégio Álvaro de Melo, o maior da rede privada do município de propriedade da família[23] instalado ainda no período da CANG e mantido por evangélicos em regime de internato. Segundo Silva (2008), o médico implantou a Igreja Cristã Evangélica em 1946 através dos missionários Bannyster Forsyth e Arthur Wesley Archibald. Álvaro de Melo morreu em 1947 por afogamento ao atravessar o Rio das Almas em um bote. Na embarcação estava presente também um engenheiro do Ministério da Agricultura, Dr. Carvalho.

O terceiro médico foi Dr. Domingos Mendes da Silva, convidado pelo Dr. Jair Dinoah Araújo, em 1948, para trabalhar no hospital da CANG onde atuou até 1951. Nesse mesmo ano, ainda em exercício público, construiu, de sua propriedade, o Hospital das Clínicas Centro Goiano, hoje Hospital Dr. Domingos Mendes da Silva, também da rede privada.

Em 1953 construiu, juntamente com a esposa Eudméia Hassel Mendes da Silva, a Escola Goiana de Auxiliar de Enfermagem, hoje Escola Técnica de Enfermagem de Ceres. Domingos Mendes foi o primeiro prefeito eleito de Ceres, em 1955, e deputado estadual de 1962 a 1966. Foi secretário e membro das comissões de Educação e Cultura, Saúde Púbica e Assistência Social. Hoje a família “Hassel Mendes” é uma referência na cidade de Ceres, tanto nos serviços médicos da cidade quanto em outras áreas, como advocacia.

[23] Segundo Castilho (2009), dos 318 alunos matriculados no ensino médio no Colégio Álvaro de Melo, 217 são de Ceres, 50 de Rialma e os outros 51 oriundos de outros municípios vizinhos.

O hospital Dr. Domingos Mendes da Silva é uma referência regional no atendimento clínico médico, cirurgia geral, Radiologia, Obstetrícia, Ginecologia, Urologia e Pediatria.

No depoimento do médico Dr. Jair Dinoah registrado por Silva (2008) são apresentadas sua força política e suas intenções coercitivas na constituição da colônia desde o momento de triagem de quem recebesse a concessão dos lotes da colônia:

> Na Colônia só entrava o colono casado civilmente. Sem atestado de casamento civil não entrava aqui. Era para evitar a prostituição. E foi isso que aconteceu. Todos esses colonos que entraram para a colônia passaram pela minha mão. Precisava de atestado médico também. Aqui, na Colônia não era colônia de aleijados e doentes. Era colônia de gente que queria trabalhar (SILVA, 2008, p. 133).

Além do poder atribuído ao saber médico, a religião dos médicos também interferiu nas práticas sociais da colônia e fora dela, sendo que o próprio controle coercitivo imposto pela administração da colônia atendia as solicitações dos médicos prostestantes (NEIVA, 1984).

Neiva (1984), ao trazer o depoimento de um antigo comerciante de Ceres, assim informa:

> Na Colônia o Sayão não permitia certas coisas, como bebidas e mulheres de vida livre. Isso principalmente para manter a moral e atender aos critérios dos médicos, que eram evangélicos, e ao pessoal evangélico lá de Anápolis (NEIVA, 1984, P. 111).

Na tese de Silva (2008), a necessidade de afirmação pela diferença pode ser percebida a partir do depoimento do pioneiro Sr. Jônatas Carvalho:

> Aqui é uma cidade religiosa, uma cidade, assim, que não é tumultuada, tão badernada como é muita cidade aí, que a gente não tem liberdade quase, e é um perigo danado. Isso aqui não tem muita pinga, não tem muita cachaça. Então foi uma cidade criada dentro dos termos religiosos aqui (SILVA, 2008, p. 142).

A representação dos médicos na constituição da Cidade de Ceres é reforçada, sobretudo, pelo slogan “Cidade dos Médicos” atribuída ao município. Os nomes e sobrenomes desses profissionais são lembrados pelos cidadãos ceresinos, ora no campo da política ora da medicina ou como “homens de sucesso” reforçando a imagem mitificada dos pioneiros. Há uma profusão de publicações e livros que contam a história desses personagens. Alguns

remontam a linhagem familiar dos médicos aos dias atuais e reforçam a ideia da transferência do poder, seja pelo sobrenome ou pelo poder financeiro adquirido ao longo da constituição dos dois núcleos urbanos.

Os fatores históricos apresentados nos parágrafos anteriores sobre formação das duas cidades é tanto de ordem social, política, quanto econômica. Eles suscitam a reflexão das formas de domínio e subordinação operantes como expressões microfísicas de poderes associados à constituição socioespacial (FOUCAULT, 2008). Por esse viés, será analisada a relação entre a formação do espaço urbano planejado da colônia agrícola e o desenvolvimento desordenado da Barranca. Busca-se evidenciar as representações políticas e sociais atribuídas às cidades que fundamentam as análises urbanas de Ceres e Rialma no contexto atual tendo como base os dados estatísticos e as análises urbanas apresentadas no capítulo 1.

2.4. DA CIDADE PLANEJADA À CIDADE "NÃO PLANEJADA"

Pensar a construção da CANG e da Barranca parte de uma dimensão rural, no contexto do processo político das Colônias Agrícolas Nacionais, mas também tece interlocuções com a constituição de uma cidade ideal, através da construção do núcleo urbano da colônia. Neste tópico será discutido que a ação disciplinar de Bernardo Sayão na administração da CANG era amparada por outros agentes sociais e instituições que exercem, historicamente, controle e ordenamento social na constituição da sociedade disciplinar, tais como, o Saber médico e a religião por intermédio da Igreja.

Em 1947, com a visita do assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia, Waibel reporta à viagem realizada ao Estado de Goiás para pesquisa de campo e avalia processo de colonização das terras goianas. Uma das impressões do geógrafo é que "Ao entrar-se na Colônia compreende-se desde o primeiro momento que aqui é uma área de vida planejada e controlada" (WAIBEL, 1947, p. 21).

Começaremos a exposição a partir das duas palavras apresentadas pelo geógrafo, em 1947, atribuídas à organização da CANG: "planejada" e "controlada". Esses termos remetem ao paralelismo estabelecido por Trevisan (2009) entre a constituição das cidades novas ideais e a CANG/Barranca. O

autor, ao discutir a formação de Cidades Novas (CN), afirma que a maioria das propostas idealizadas surgiu como construções ideológicas, materialização da sociedade perfeita, a partir de uma crítica à cidade contemporânea (Figura 11). Ele assim se expressa: “pelo desejo de criar a condição de reequilíbrio social, educando seus habitantes mediante sua organização e sua arquitetura, dando-lhes condição necessária para o desenvolvimento sócio-econômico” (TREVISAN, 2009, p. 66).

Figura 11: Gravura promocional de Letchworth, Where Shall I live (trad. Onde eu quero viver), Proposta idealizada por Howard em oposição às cidades inglesas durante revolução industrial. Fonte: TREVISAN, 2009.

O citado autor propõe uma aproximação entre a formação da primeira Cidade-Jardim Letchwoth (1903) – Inglaterra e a cidade de Ceres como Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941). Embora distantes 38 anos de fundação, as duas cidades constituem-se como cidade-modelo na perspectiva de manifesto político, projetadas sob os princípios do planejador a partir de um ideal criado. Para Trevisan (2009), as duas cidades são “Distantes mais do que geograficamente, porém unidas por princípios sociais estipulados por seus criadores” (TREVISAN, 2009, p. 66).

Em Letchworth[24], as condutas socioespaciais da cidade idealizada foram pautadas no regulamento instituído pela *First Garden City Ltd.* e pelos próprios moradores. Criaram-se, assim, além das restrições urbanísticas de ocupação do uso do solo, característico das Cidades Jardins, práticas culturais citadinas em prol do bem-estar social, como: controlar a criação de animais domésticos, evitar a perturbação aos vizinhos, tocar sirene em fábricas ou sinos em igrejas e escolas (TREVISAN, 2009).

Ao traçar o paralelo entre Letchworth e Ceres, ambas Cidades Novas e projetadas, o autor faz a referência à proibição da venda de bebidas alcoólicas como normas de posturas estabelecidas tanto por Ebenezer Howard quanto Bernardo Sayão. Este foi um dos elementos que contribuíram para o desenvolvimento "de outro assentamento vizinho: Rialma, na margem oposta do Rio das Almas, onde quase tudo era permitido" (TREVISAN, 2009, p. 68).

Definiu-se um conjunto de sistemas e gestões com vistas a condicionar os cidadãos a normas coercitiva, ações de subordinação e disciplina impostas por um agente ou sistema de autoridade. Por trás do Poder, nome próprio, institucionalizado, esconde o poder nome comum, ato de dominação (FOUCAULT, 2008). Cabe, então, indagar: por trás do discurso de verdades estaria escondida a ação estigmatizante?.

Se de um lado do rio a cidade é construída em rígido alicerce coativo, do outro lado cresce a cidade de tendas postas em barrancos, onde o efêmero torna-se permanente e alimenta o discurso de poder que caracteriza e qualifica a cidade e seus habitantes. Barranca materializa, então, a cidade promotora da transgressão, a terra desordenada, o local das veladas mazelas sociais, dos caprichos dos homens agricultores, "onde quase tudo era permitido" (TREVISAN, 2009, p. 68).

Embora a distância geográfica e o contexto histórico-social que ampara a construção das duas cidades, Ceres e Letchworth sejam diferentes, tanto a referência à constituição das cidades-jardins em 1903 quanto à construção do núcleo urbano da CANG em 1941 tem em comum o sentido ordenador sanitarista.

[24] Projetada pelos arquitetos Raymond Unwin (1863-1940) e Richard Barry Parker (1867-1947) a partir dos princípios de Ebenezer Howard. Letchworth foi primeira cidade construída seguindo os princípios das Cidades-jardim para uma população de 32.000 habitantes, implantada aos arredores de Londres pela companhia First Garden City Company. *HOWARD, Ebenezer - Gardens Cities of Tomorrow (Cidades-Jardim Do Amanha), CHOY,Fraçoise - O Urbanismo*

Enquanto a construção idealizada das cidades-jardins responde a um problema instaurado nas cidades europeias pós-revolução industrial, sobretudo na Inglaterra, a constituição das Colônias Agrícolas Nacionais responde a uma política de agrupamento de trabalhadores nacionais em um contexto rural. Isto é, construir uma cidade planejada para atender um grande contingente de imigrantes em marcha para abertura das fronteiras agrícolas do país. Esse entendimento reafirma as impressões de Waibel (1947) sobre a constituição da CANG, uma área planejada e controlada que postula as condutas sociais para garantir a manutenção dos princípios idealizados de organização urbana.

A cidade como paisagem urbana é uma construção cultural do homem, do que se vê, apreende e nele intervem. Portanto, projetar uma cidade é intervir tanto na paisagem quanto na sua estrutura social. Engels (1975) apresenta, em uma frase, uma definição precisa do que ele entende por cidade: “O lugar da história” (ENGELS, 1974, p. 55). E por consequência, é espaço de construção da luta sócio-histórica, luta de classe, relações de produção.

Nas cidades está contida a ideia de memória urbana, isto é, compreende-se a formação da paisagem urbana como guardiã de histórias, processos, monturos subjacentes e escondidos, alguns já encobertos por novos usos, outros na latência da ruína, evidenciando o devir do tempo e da história (ABREU, 1988).

A formação das cidades de Ceres e Rialma pode ser compreendida como resultante de um conjunto de processos ou fenômenos históricos de cunho político-econômico. Estes são particulares à formação territorial de cada cidade e das funções retroalimentadoras que as caracterizam e evidenciam na construção da paisagem diferentes formas de ocupação e transformação do território no qual estão inseridas. Sejam espaços ruinosos, residuais, fantasmagórico, rugosos, opacos ou luminosos que se apresentam em arranjos ou de forma isolada, eles são produtos de uma organização socioespacial construída ao longo do tempo.

O olhar atento do observador constata que na cidade está contido o tempo, o pulsar de um contínuo processo de transformação do espaço existente passível de intervenções que se sobrepõem às cidades construídas

no passado distante ou recente. Alguns espaços são incluídos à dinâmica da cidade contemporânea; outros, no entanto, coexistem na virtualidade do tempo e no espaço concreto, como fragmento que indica o reflexo de uma sociedade e os sistemas operantes em tempos pretéritos (SANTOS, 2006).

A partir da análise da paisagem do núcleo central das duas cidades, Ceres e Rialma, sugere-se a leitura e as possíveis interpretações relativas às transformações realizadas nas cidades ao longo do tempo, mas que permanecem ora em harmonia, ora em embates por interesses territorias. É possível, portanto, perceber os contrastes entre o espaço ordenado, instituído e planejado, em oposição à cidade que surge de modo “não planejado” em decorrência da ocupação às margens do Rio das Almas (Figura 12).

Figura 12: Travessia do Rio das Almas, Barranca em primeiro plano e CANG ao fundo (Esquerda) Avenida “A Federal” conexão entre CANG/Barranca (Direita). Fonte: Acervo da família.

Na primeira imagem da figura 12, em um porto improvisado de madeiras fincadas nos barrancos, definem-se as fronteiras territoriais delimitadas pelo Rio das Almas e pela condição socioeconômica produtiva de cada cidade. A imagem que mostra todos de costas sugere a especulação do ato de esperar a canoa alfandegária de Sayão. No entanto, em um olhar mais minucioso denota que, aos fundos da fotografia, as figuras de costas parecem avistar, na margem oposta, o movimento dos caminhões cerealistas com a carga da produção da CANG. Os dois planos da imagem trazem a evidência do cotidiano das duas cidades, a marca temporal. Enquanto a cidade da espera

posta às margens aguarda a travessia, ou apenas observa o movimento, do outro lado do rio surge a cidade do tempo do capital, da produção, da disciplina, cidade do trabalho, em território federal.

Na segunda imagem da figura 12 confirma-se o que a primeira imagem sugere: caminhões transportadores que estampam no pára-choque o nome “Casas Paraibanas” e empilham sacas de cereais e homens trabalhadores. Em segundo plano, o destaque da fachada comercial parece indicar o movimento comercial gerado a partir da produção da CANG. Mas, tão contraditórias quanto curiosas, as edificações ao fundo retratam os postos comerciais da Barranca. Compete, então, questionar, no hiato de tempo que separa as duas fotos, quais foram os motes da intensa e rápida organização espacial da Barranca-Rialma? Como se desenvolveu a cidade-colônia de Ceres?

2.4.1. Construção da paisagem urbana de Ceres

Neste tópico será abordado o desenvolvimento das duas cidades no período de 1941 a 1953, evidenciando-se as tramas políticas e econômicas que impulsionaram o crescimento urbano de cada uma delas. Como guia e registro histórico dessa ampliação dos núcleos urbanos da CANG e da Barranca foram organizados dois mapas do desenvolvimento urbano das cidades de Ceres[25] e Rialma[26] (página 98 e 105) a partir do ano de criação de cada bairro conforme leis municipais[27]. Utilizou-se como convesão gráfica para esses mapas uma gradação de cor que parte do mais escuro representando os bairros mais antigos ao mais claro para os bairros mais recentes.

Serão analisados também fatores que produziram contrastes e mudanças na perspectiva retroalimentadora das relações de domínio e subordinação dessas cidades, agora sobre a ótica do comércio, prestação de serviços e clientelismo.

[25] O mapa de Ceres foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Ceres para o Plano Diretor Participativo de 2008.

[26] O mapa de Rialma foi confeccionado pelo autor a partir do registro das leis-municipais de criação de cada Bairro. Utilizou-se como base cartográfica arquivo digital do mapa da cidade de Rialma cedido pela prefeitura.

[27] A data de criação dos bairros apresentados nos mapas corresponde ao registro legal da prefeitura, isto é, a partir de 1953 (ano de emancipação dos dois municípios), o que não corresponde necessariamente ao período de ocupação destas áreas. Para este caso, foi analisada a ocupação via documentos iconográficos do período.

No decreto-lei n. 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, estava prevista no Art. 5° ao 8° a criação de uma sede urbana, visando ao desenvolvimento de um futuro núcleo de civilização no interior do país. Dispõe ainda o referido decreto-lei acerca da criação na sede da colônia de escolas primárias para alfabetização, hospital, oficinas e casas para os colonos que prestavam serviços administrativos e comerciais nessa localidade.

Sayão, em entrevista concedida ao Jornal "O Anápolis"[28] de 28 de novembro de 1943, afirma que o núcleo urbano da Colônia seria planejado para 20.000 habitantes. Nos anseios do administrador seria erguido o ideário de uma cidade moderna inspirado no imaginário das grandes metrópoles brasileiras que Sayão trazia na lembrança:

> aeroporto, estação rodoviária, hospital, escolas, indústrias de aproveitamento da produção agrícola, esportes, inclusive aquáticos, diversões e assistência intelectual por meio de bibliotecas, sociedades, etc (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943).

Embora a cidade de Ceres fosse planejada, a ocupação do núcleo urbano ocorreu somente após 1950. Dayrell (1974) reporta que, até 1950, 93% da população da CANG localizava-se na zona rural.

Pessoa (1999) também informa que Sayão construiu a "Casa do administrador", próxima à entrada da cidade, local onde surgiu a sede, em uma das regiões mais acidentadas de toda a colônia, mas que oferecia vista privilegiada, como sentinela vigilante, tanto do desenvolvimento da CANG quanto do povoado que se aglomerava do outro lado do rio, na Zona da Barranca.

No decreto-lei n° 2.009 de 9 de fevereiro de 1940 (Anexo 03), que instituía sobre a organização dos núcleos coloniais, é definido um conjunto de normativas que organizam o núcleo urbano das Colônias Agrícolas Nacionais. No artigo 16° foi estabelecido que os lotes urbanos fossem vendidos ao colono beneficiado pela concessão de lote rural. Dispondo de recursos, "se obrigue a construir imediatamente a casa para residência, estabelecimento de comércio,

[28] Foi realizado pesquisa no acervo histórico do museu da cidade de Anápolis, o Jornal O Anápolis, único jornal em circulação no estado, tendo como recorte o período de 1941 a 1945.

indústria ou oficina de trabalho, de acordo com a planta aprovada pela administração do núcleo" (BRASIL, 1940. P. 3).

Segundo Pessoa (1999):

> De uma 'formosa mulher, de talhe majestoso e tez rosada', 'olhos lânguidos' e cabelos louros que 'caem-lhe em desordem sobre as espáduas', 'peito forte', 'seios erguidos' e 'um punhado de espigas na mão direita', segundo a mitologia Greco-romana, veio o nome para a sede. Surgia então a Vila de Ceres, a deusa da agricultura, assim chamada por 'ter ensinado aos homens a arte de cultivar a terra, semear, colher o trigo e fazer o pão (Commelin, 1957, p. 46-50). A escolha do nome, apropriado aos ideais da colônia, foi feita pelo próprio Bernardo Sayão (1984, p. 78). Em 31 de dezembro de 1943, o Decreto-lei estadual n. 8.305 elevou a Vila a Distrito de Ceres' (PESSOA, 1999, p. 45).

A planta urbana da sede da CANG foi elaborada pelo Escritório Saturnino Brito[29] em 1944, três anos após o decreto de criação da Colônia. Em artigo publicado na Revista Clube de Engenharia, em 1959, Brito Filho expõe as regras para o desenvolvimento do projeto, tendo como principal ressalva a obediência ao número de habitantes e a atenção aos critérios ambientais e sanitaristas (Imagem 13).

> Embora um plano completo da futura cidade já tenha sido preparado pelo escritório Saturnino de Brito, só algumas casas residenciais já foram construídas. A cidade terá provavelmente o nome de 'Ceres', indicando que a produção agrícola será a principal finalidade da Colônia (WAIBEL, 1947, p. 23).

Como premissas urbanísticas constavam as dimensões dos traçados das vias, das quadras e dos lotes urbanos, a quantidade de reservas florestais próxima às reservas dos cursos hídricos, adaptação à topografia do local para evitar movimentações de terra, para facilitar a implantação rápida do núcleo urbano e, de acordo com Brito (1959), viasando favorecer o escoamento das águas pluviais (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1959).

[29] Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, fundador do Escritório Saturnino Brito, foi engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou importantes projetos e estudos de saneamento e urbanismo de várias cidades brasileiras, como o plano de saneamento da cidade de Recife (1909), plano de saneamento de Santos (1905), entre outras. O escritório funcionou até o ano de 1978 sob direção do seu filho Saturnino Brito Filho, autor do projeto da planta urbana da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no período de 1940. (HISTÓRIAEHISTÓRIA, 2012).

Figura 13: Mapa núcleo urbano da cidade de Ceres, 1953. Obs: ver na Figura 13 a indicação do traçado urbano. Fonte: Acervo OBS Agrimensura. Org.: Lucas Costa (2015)

A sede da Colônia foi implantada entre três cursos hídricos, tendo a leste o Rio das Almas como a principal barreira física natural de delimitação e os córregos Água Limpa e Bacurí que delimitavam a área de expansão urbana da cidade em sentido norte e sul (Ver mapa histórico do parcelamento de Ceres).

Estando em meio a três cursos d'água foi implantada uma avenida circular que tangenciava os três fundos de vale. Logo, com altitudes similares, o que favorecia o deslocamento no contorno do núcleo urbano e o acesso ao interior da sede com largas vias perpendiculares ao anel viário, exemplo da Avenida Brasil e da Avenida Goiás. O anel viário delimitava tanto o núcleo urbano principal da CANG, quanto servia de barreira física construída a partir de uma estratégia de delimitação e de expansão do espaço urbano.

Embora o contorno do núcleo urbano pela Avenida Bernardo Sayão facilitasse o deslocamento circular dos perímetros da cidade, a diferença de nível das proximidades das áreas de fundo de vale até a parte central dificultava o percurso a pé ou de bicicleta, sendo comum o uso de motocicletas no perímetro urbano.

A representação simbólica da organização do poder político atribuído à CANG pode ser apreendida pelo nome atribuído às principais avenidas, por exemplo: a avenida que conecta o Leste ao Oeste – Av. Brasil, sendo esta a via principal de acesso à sede da Colônia pela rodovia nacional BR-153. No cruzamento da Av. Brasil tem-se a Av. Goiás que conecta a cidade de Norte a Sul e está apoiada/amparada por duas avenidas laterais: no "braço direito" a Avenida Presidente Getúlio Vargas e no "braço esquerdo" a Avenida Ministro Fernando de Sousa Costa[30]. Delimitando/agenciando esse traçado tem-se a figura administrativa do Bernardo Sayão representado pela via circular que define o núcleo urbano principal da CANG (Figura 14).

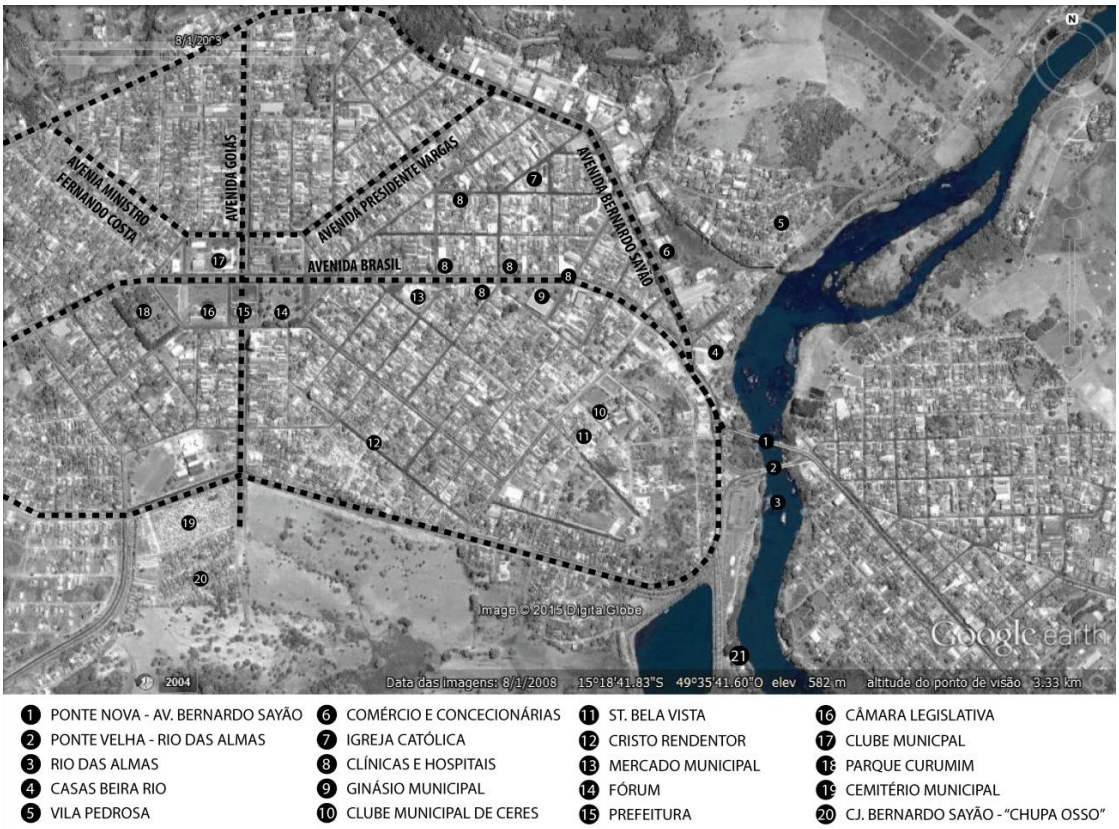


Figura 14: Mapa núcleo urbano de Ceres. Fonte: Elaboração do Autor – A partir de: Google Earth,

[30] Ministro da agricultura pelo governo de Vargas, interventor federal pelo estado de São Paulo durante o regime Estado Novo de 1941 a 1945 e responsável pela nomeação de Sayão como engenheiro da CANG.

Nesse sentido, a referência alegórica é atribuída à própria figura do Sayão a partir da via de maior importância na cidade que delimita, cerceia, os limites do núcleo urbano da colônia e emprega a referência principal da cidade de Ceres, rodeada pelos muros da Avenida Sayão.

Semelhante ao plano urbanístico de Goiânia[31], a cidade tem como elemento central a praça cívica, sendo o ponto administrativo que converge ou converte as avenidas descritas, isto é, ponto focal das Avenidas Goiás, Getúlio Vargas e Fernando Costa. No contorno de todas essas avenidas, tem-se a referência ao administrador da CANG, isto é, a Avenida Bernardo Sayão como um cinturão que circunda e delimita o núcleo urbano (Figura 15).

Figura 15: Avenida Bernardo Sayão (Esquerda) e Avenida Brasil (Direita). Fonte: do autor, 2014.

Todas as avenidas citadas recebem tratamento urbanístico diferenciado das demais, com canteiro central, vegetações decorativas e árvores nativas, testemunhos remanescentes da abertura das “picadas” da CANG. As avenidas Brasil, Goiás e Bernardo Sayão são vias de duas pistas, com 30 metros de largura. Já as Av. Getúlio Vargas e Ministro Fernando Costa são de 15 metros de largura.

[31] Projetada pelo urbanista Attílio Corrêa Lima na década de 1930 e posteriormente reformulado pela equipe técnica da construtora Coimbra Bueno & Cia., sob orientação de Armando Augusto de Godoy, ainda na fase inicial de implantação da cidade, Goiânia foi planejada para 50 mil habitantes. Sob os paradigmas urbanísticos modernos, ergue-se em virgem solo, na central do país, sertão de Goiás, uma cidade com incumbência política e administrativa para sediar a capital do estado. Marcado pelo ideal de progresso, Getúlio Vargas, presidente à época, promoveu a denominada “Marcha para o Oeste” (GONÇALVES, 2002).

MUNICÍPIO DE CERES

Mapa histórico do parcelamento

LEGENDA:

- Década de 1950
- Década de 1960
- Década de 1970
- Década de 1980
- Década de 1990
- Década de 2000
- Loteamentos sem documentação de registro
- Hidrografia
- Áreas verdes

Fonte: Prefeitura municipal de Ceres

2.4.2. Construção da paisagem urbana de Rialma

O núcleo urbano principal de Rialma surgiu com o parcelamento de duas grandes glebas de terra, pertencentes a Osório Felipe da Silva e Joaquim Orozimbo Rodrigues. Em pesquisa realizada no cartório de registro de imóveis de Jaraguá, no dia 12 de junho de 2015, foi confirmada a propriedade de Joaquim Orozimbo referente a 40 alqueires de terra. Isto constituiu fonte primária de desmembramento que promoveu o parcelamento do núcleo urbano da cidade de Rialma próximo às margens do Rio das Almas, abaixo da Avenida Bernardo Sayão. Já a propriedade de Osório Felipe consistia da parte superior, acima da Avenida Bernardo Sayão, não sendo encontrados dados referentes ao imóvel no cartório de registros de Jaraguá.

Um acervo histórico pessoal do radialista e ex-prefeito de Rialma, Sr. Getulio de Souza, foi fornecido para compor esta pesquisa. Contou-se com o áudio de uma coletânea de entrevistas, ainda não divulgadas, com pioneiros da cidade de Rialma e Povoado da Barranca. As entrevistas foram realizadas no ano de 1992.

O primeiro entrevistado foi Osório Felipe da Silva que, como esclarece o radialista, foi o "verdadeiro" fundador da cidade de Rialma. Osório Felipe chegou a Castrinópolis[32] em 1932, vindo da cidade de Araguari-MG e mudou-se para a o Povoado da Barranca em 1942, sendo a primeira casa construída no local. Para Osório, o Povoado da Barranca teve início em 1945 com a abertura de dois comércios, pertencentes a Sr. Jovenal e Sr. Aguinelo. A entrevista não durou mais que cinco minutos, sendo o último registro do então pioneiro que veio a falecer em julho de 1993, aos 89 anos.

Em outra entrevista concedida no mesmo ano, 1992, Orlando Felipe da Silva, filho mais velho de Osório Felipe, informou que seu pai adquiriu as terras de Antônio Araújo, fazendeiro de Minas Gerais, dono das terras ocupadas às margens pelos "Barranqueiros", no ano de 1942. Orlando Felipe alude que, até o período de 1942, ainda não havia iniciado o processo de ocupação das terras, o que ocorreu entre 1944-1945 com o parcelamento da

[32] Castrinópolis é distrito de Rialma, povoado proveniente do agrupamento de casas em torno das terras do Coronel Castrinho de Jaraguá.

gleba que margeava o Rio das Almas. O plano urbano do loteamento foi realizado por um agrimensor local que ofereceu os serviços a Osório Felipe:

> Ele comprou, aí apareceu um agrimensor, chamava Guaspa, ele veio e falou para meu pai: 'Se você quiser, eu loteio um pedaço aí, você vai tirar um dinheiro até bom' [...] Aí meu pai naquela época, o dinheiro era muito difícil, ele vendia os lotes de 500 mirréis, naquela época falava mirréis, o mais caro ele vendeu por 1.000, mas era tudo lote baratinho. Aí o povo vinha pra colônia e uma parte vinha pra barranca, eles apelidaram aqui por barranca e ficou. (Entrevista realizada por Getúlio de Souza, 1992 com Osório Felipe - Gravação áudio original)

Ao confirmar os dados obtidos em pesquisa realizada no cartório de registro de imóveis de Jaraguá, constatou-se que Orlando Felipe assim informa: "Nesse meio de tempo que meu pai começou a lotear aqui, aí veio um outro amigo dele, Seu Joaquim Orozimbo e comprou na parte direita, e aí loteou também".

Orlando Felipe, expõe que Bernardo Sayão consentia com o processo de ocupação e loteamento na margem direita do Rio das Almas. Durante a entrevista reportou-se à coibição das práticas sociais que poderiam acarretar em desordem na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, como se segue:

> Ele não gostava de cachaça, e falou para meu pai, você pode lotear, mas não deixa vender pinga, aí meu pai falou: 'Não isso aí os cara que botar a venda, eles que...' [...] A coréia, eu não vou lembrar quando começou, mas não foi no loteamento do meu pai, foi no loteamento do Joaquim Orozimbo (Entrevista realizada por Getúlio de Souza, 1992 com Osório Felipe - Gravação áudio original)

> 'Nessa época meu pai tinha plantado uma semente de capim e tava um capim muito bonito, isso foi em 1944, ele falou: Eu podia fazer um pasto aqui pra campiar as vaca e fazer um leite, aí ele falou com o Sayão, e o Sayão falou eu te dou o arame pra você fazer o pasto e fornecer leite para três casas, era pra ele, Dr. Sayão, Dr. Gatz e Dr. Philemon[33], aí atravessava esse leite na canoa e ia lá e entregava para eles' (Entrevista realizada por Getúlio de Souza, 1992 com Osório Felipe - Gravação áudio original)

Tendo como cota de nível mais baixo o Rio das Almas e, portanto, a ponte como conexão entre as duas cidades, suscita-se a reflexão no sentido de que uma observa continuamente a outra, a eterna vigília acompanha no olhar dos habitantes o desenvolvimento urbano das duas cidades. Em um passado

[33] Dr. Philemon era um dos engenheiros agrimensores, trazidos por Sayão do Rio de Janeiro, para a construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

histórico, essa vigília foi motivo de ciúmes ao ver que um lado se desenvolvia mais que o outro.

O processo de ocupação da Zona da Barranca teve um desenvolvimento rápido. Conforme Pessoa (1999), chegou a provocar ciúmes na população ceresina. O desenvolvimento urbano da Barranca foi maior devido, sobretudo, ao desvio da BR-153. Pela avenida “Federal” fazia-se a conexão entre a Colônia Agrícola e a comercialização da produção da Colônia. Assim, desenvolveu-se o núcleo comercial do outro lado da ponte (Figura 16). O asfaltamento da dessa avenida foi motivo de orgulho de rialmenses, como se nota no depoimento a seguir:

> Também não posso deixar passar: o asfalto de Rialma... ela foi a 1ª cidade do Vale do São Patrício a ser asfaltada. Isso nos encheu de orgulho... sobre Ceres. Claro, porque não? Não havia brigas entre as duas cidades, mas uma harmonia muito grande. Rivalidade? Só nos jogos escolares e nas chacotas ingênuas, como: íamos colocar uma torneira na ponte para os ceresinos lavar os pés lembrando que nós tínhamos asfalto eles não! tudo sem brigas. (Depoimento registrado no dia 20/04/2015, com velho morador de Rialma).

Figura 16: Avenida “A Federal”, trecho Cidade de Rialma. Fonte: Acervo da família.

A “Federal”, hoje Av. Bernardo Sayão, como era denominada, fazia a conexão da BR-153 à CANG. O desvio era feito por dentro da cidade de Rialma, passava pelo Rio das Almas e ligava diretamente à rodoviária que ficava onde hoje é a praça com a estátua de São Patrício. Seguia em sentido norte passando em frente das principais “indústrias” da CANG, a antiga usina de açúcar, a cerâmica São Patrício e o Abatedouro.

O desvio da BR-153 impulsionou o desenvolvimento econômico da “Barranca” levando-se em conta os pontos comerciais e de serviços, por exemplo: Lojas Riachuelo, Casas Paraibanas, Lojas Goianas, Casa Lima, além de hotéis, postos de gasolina (Posto Shell), bares e restaurantes, (Bar Quitandinha, Empório Tupy). A proximidade da rodovia também contribuiu para o desenvolvimento da prostituição na cidade, caso comum e recorrente nas cidades brasileiras divididas por rodovias.

A organização da paisagem urbana de Rialma e de Ceres surgiu de forma diferente. A cidade de Rialma possuía dois limites de crescimento: um deles margeava a porção oeste/sul pelo Rio das Almas e o outro, a leste, pela rodovia BR-153 (Figura 17). Em uma alusão à mitologia Greco-Romana, antes abordada pela referência ao nome da Deusa Ceres, poderia especular-se como uma ação de leitura e interpretação das alegorias, a organização da paisagem de Rialma através do ditado popular e do complemento atribuído pelo autor: “Todos os caminhos levam a Roma, levam à romana Ceres”.

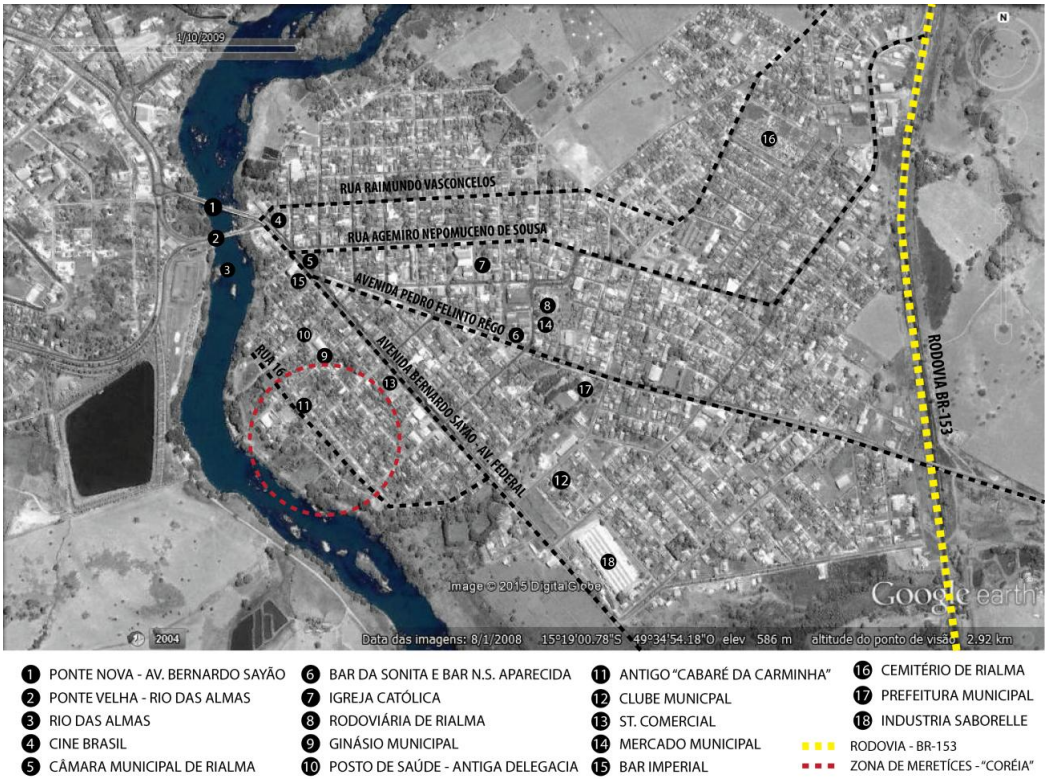


Figura 17: Mapa núcleo urbano de Rialma. Fonte: Elaboração do Autor – A partir de: Google Earth,

Enquanto o nome atribuído às ruas da CANG era referência ao poder nacional constituído, em Rialma as ruas e bairros receberam nomes de um poder cultural, local e religioso, nomeando-se santos, padres, além de alguns prefeitos e personalidades importantes da história de Rialma

As avenidas Pedro Felinto Rêgo, nome atribuído à importante família Rêgo de Rialma, e a Avenida Bernardo Sayão, antiga avenida "Federal", permitem o acesso da cidade ao principal ponto de convergência: a ponte que conecta à cidade de Ceres. A Convergência em um ponto focal, a passagem da ponte, gera uma forma triangular na configuração urbana, a representação figurativa de um funil, como evidenciado na (imagem 17).

A base do triangulo se forma a partir do desenvolvimento da cidade margeando a BR-153, separando o núcleo urbano central em três fatias, o que interfere na configuração das quadras e dos lotes também com pontas triangulares.

O traçado urbano altera conforme a evolução dos bairros, sendo identificado pela análise da paisagem e da planta da cidade, o que evidencia uma junção heterogênea de tipologias de traçados urbanos. Esse fato infere diretamente na dimensão dos lotes, no padrão das edificações e no

arruamento: ruas tortuosas, algumas em blocos intertravados e com dimensões reduzidas (Figura 18).

Figura 18: Ruas locais próximo à Rodoviária de Rialma (Esquerda) e Avenida Bernardo Sayão (Av. Federal) de Rialma (Direita). Fonte: do autor, 2014.

No núcleo central da cidade de Rialma, indicado no mapa urbano como “Loteamento Primitivo”, foi construída a Igreja Católica no ponto mais alto do limite urbano. Este é um marco visual na paisagem de Rialma, podendo ser avistado desde de bairros circunvizinhos até da cidade de Ceres.

Por meio da catalogação e espacialização das datas de criação dos bairros (Ver mapa histórico do parcelamento de Rialma), é possível notar que, enquanto a cidade de Ceres cresce como uma sucessão de anéis em torno do núcleo urbano principal, a cidade de Rialma cresce ao norte, margeando a rodovia. Com o loteamento do Setor Hebrom[34], o núcleo urbano extrapola para o outro lado da rodovia BR-153. Esse fator implica uma secção urbana da cidade e promove uma marginalização dos bairros distantes do núcleo central.

Nas ironias da história alegórica e das conveniências da progressão do tempo cronológico, cresce a cidade “informal” em direção ao norte, junto à BR-153, contrariando os anseios do engenheiro administrador Bernardo Sayão.

[34] O Loteamento Setor Hebrom foi um dos últimos bairros criados na cidade de Rialma, através da lei-municipal Lei nº 1.251 em 31 de outubro de 2012.

MUNICÍPIO DE RIALMA

Mapa histórico do parcelamento

LEGENDA:

- Década de 1940-1950
- Década de 1960
- Década de 1970
- Década de 1980
- Década de 1990
- Década de 2000
- Loteamento sem documentação de registro
- Áreas verdes
- Hidrografia

DATA DE CRIAÇÃO BAIRROS - RIALMA

Setor Central - 1940-1950 - Loteamento sem documentação de registro.

Setor Planalto= Lei nº 97 de 23 de novembro de 1966

Loteamento Libertação com Deus= Lei nº 131 de 04 de março de 1968

Setor Santa Helena= Lei nº 147 de 01 de novembro de 1969

Setor Bairro 70/ Setor Alvarada- Lei nº 153 de 11 setembro de 1970

Setor Boa Vista= Lei 155 de 08 de Fevereiro de 1971

Setor Santa Luiza = Lei nº 260 de 31 de julho de 1978

Setor Jardim Avelar= Lei nº 308 de 21 setembro de 1981

Loteamento Ozorio Felipe da Silva= Lei nº 310 de 04 novembro de 1981

Setor São Miguel =Lei nº 321 de 22 de dezembro de 1982

Setor Novo Horizonte= Lei nº 349 de 15 de maio de 1984

Setor Santa Terezinha= Lei nº 350 de 15 de maio de 1984

Setor Olímpico= Lei 359 de 24 de setembro de 1984

Setor Planalto II= Lei 348 de 04 de abril de 1984

Setor Rialma II = Lei nº 383 de 12 de novembro de 1985

Setor Parque Industrial= Lei 480 de 30 de dezembro de 1989

Setor Residencial Norte= Lei 504 de 27 setembro de 1990

Setor Chão de Estrelas= 518 de 08 de janeiro de 1991.

Setor Progresso =Lei nº 586 de 16 de setembro de 1992

Residencial João Paulo II = Lei nº 998 de 17 de Agosto de 2005

Residencial Portal do Sol= Lei nº 1.008 de 21 de setembro de 2005

Setor Sol Nascente= Lei nº 1023 de 12 abril de 2006

Setor Parque Real = Lei nº 1.074 de 19 de setembro de 2007

Residencial Rosa Luiza Matias= Lei nº 1.129 de 28 de agosto de 2009

Condomínio Residencial dos Ipês= Lei nº 1.185 de 31 março de 2011

Residencial Alfa= Lei nº 1.250 de 31 de outubro de 2012

Residencial Tizar II= Lei nº 1.252 de 31 de outubro de 2012

Residencial Hebrom= Lei nº 1.251 de 31 de outubro de 2012

Setor Parque Real II= Lei nº 1.278 de 28 de março de 2013

Condomínio Residencial Recanto do Rio= Lei nº 1.334 de 28 de agosto de 2014

Residencial José Camelo de Farias = Lei nº 1.352 de 12 de março de 2015

Residencial Greenville= Lei nº 1.362 de 08 de maio de 2015

Setor Tzar= Loteamento sem documentação de registro.

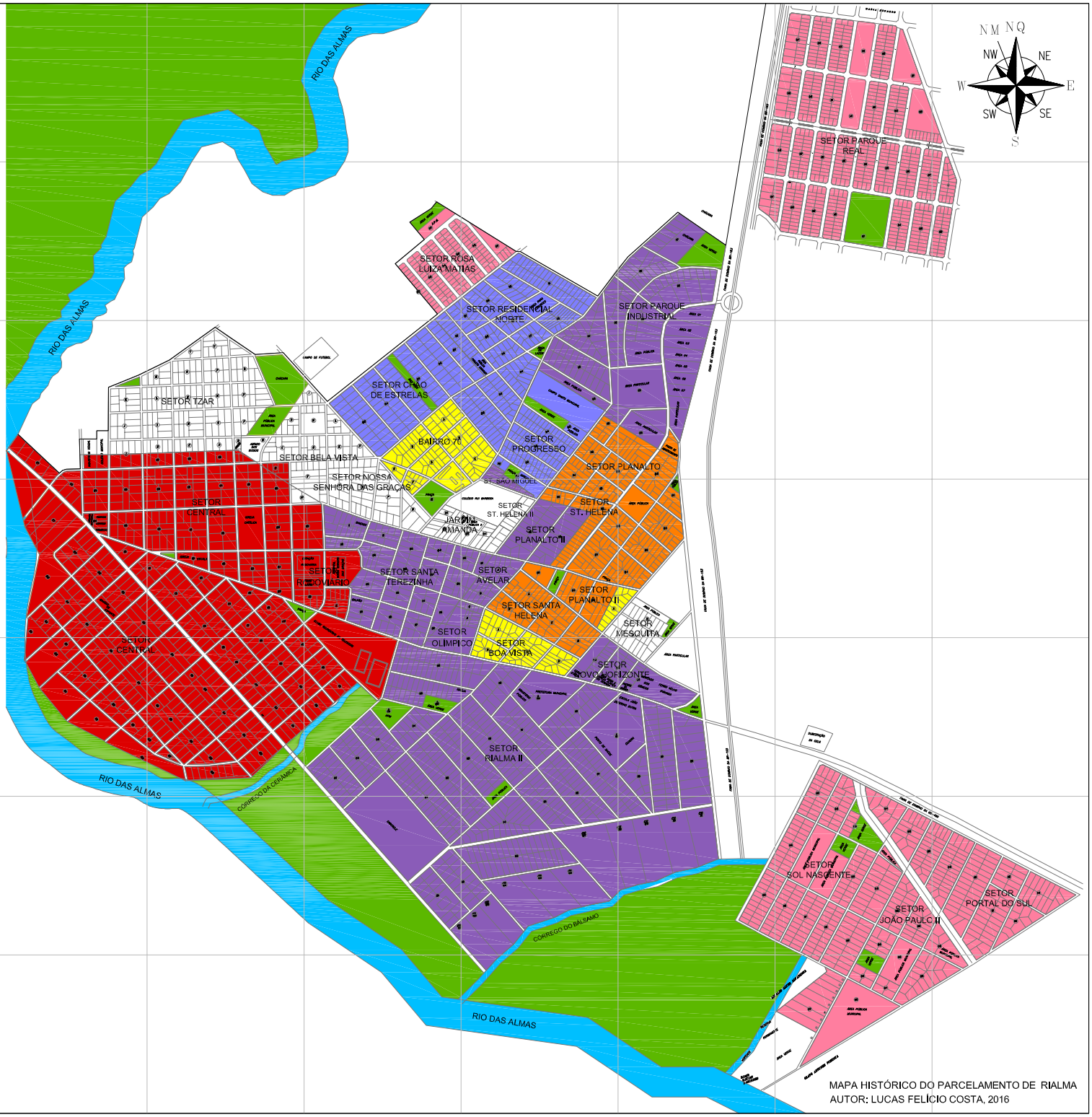
Setor Bela Vista= Loteamento sem documentação de registro.Setor

Setor Santa Helena II= Loteamento sem documentação de registro.

Setor Nossa Senhora das Graças= Loteamento sem documentação de registro.

Setor Jardim Amanda= Loteamento sem documentação de registro.

Setor Mesquita= Loteamento sem documentação de registro.



MAPA HISTÓRICO DO PARCELAMENTO DE RIALMA

AUTOR: LUCAS FELÍCIO COSTA, 2016

5. CAPÍTULO 3 – DESCONSTRUÇÃO DA ALEGORIA

3. CAPÍTULO 3 – DESCONSTRUÇÃO

> ...na Colônia tudo é perfeito, desde a capacidade técnica do seu administrador, dr. Bernardo Sayão, até os seus mais humildes colaboradores, a quem não faltam assistência social, parte importante para o êxito da colonização (JORNAL O ANÁPOLIS, 1 de outubro de 1944. Ano X. N. 469).
>
> ... 70% da população se constituem de verdadeiros favelados rurais. São subnutridos, doentes, desassistidos. Amontoam-se em mocambos e não encontram estímulo ao trabalho... (DAYREL, 1974, p. 122).
>
> (alegoria) uma verdade escondida sob bela mentira (CEIA, 1998, p. 5).

A produção deste capítulo parte de uma possibilidade de desconstrução do estigma da Barranca/Rialma a partir do confrontamento com a própria história alegórica. Utiliza-se dos fragmentos históricos como instrumentos que indicam caminhos para uma reversão da construção lógica reproduzida pelas outras versões da história. Todavia, entende-se também que a possibilidade de "desconstrução do estigma" parte de uma leitura e se constitui como outra versão possível.

Ao retomar a leitura dos materiais pesquisados e da construção dos capítulos anteriores, deparamo-nos com uma profusão de fatos e dados históricos referentes à cidade de Ceres. Percebemos que a produção da escrita da história está diretamente ligada tanto à ordem do conhecimento quanto da que convem à versão contada, isto é, também parte de uma relação de poder e seleção (FOUCAULT, 1992).

Nesse sentido, a leitura das referências históricas publicadas sobre a constituição das duas cidades mostra-se correlata aos conceitos de alegoria, luminosidades e opacidade, explorados por Santos (1994) e Benjamin (2011), citado em capítulos anteriores. Destaca-se a necessidade de desviar a cegueira produzida pela profusão de luminosidade dos holofotes dos materiais históricos "oficiais" encontrados sobre a CANG e Ceres, evidenciado pelas forças hegemônicas. Distingue-se também o conhecimento das opacidades, tanto de Ceres quanto de Rialma, requerido para escavar as informações a partir de uma leitura crítica das publicações veiculadas na imprensa mediadas por outros recursos como: fotografias, documentos históricos e entrevistas que não são contempladas por algumas versões da história. Compreende-se,

portanto, que há uma reprodução alegórica que esconde “verdades” e replica estigmas.

As alegorias, segundo Benjamin (2011), asseguram a eternidade dos fatos históricos, repassados por meio da oralidade, da reprodução de elementos da memória individual ou coletiva. A descontextualização e reprodução das alegorias permitem criar infinitos sentidos e distorcer o curso da história em versões de outras versões, o que exige deste trabalho, como metodologia de análise, uma leitura intertextual.

Compreendendo-se o cerne do conceito de alegoria, explorado por Ceia (1998), como “Aquilo que representa uma coisa para dar a ideia de outra através de uma ilação moral” (CEIA, 1998, p. 1), surgirá, como evidência, que a alegoria consiste da produção de uma versão da história, cujo sentido abstrato e mais profundo, com caráter moral, representa uma construção ideológica coercitiva. Esta, por sua vez, objetiva controlar o próprio devir da história. No caso de Ceres e Rialma, representaria assegurar por força política e econômica a distinção territorial e dos respectivos grupos sociais. Nesses termos, questiona-se quem produz, reproduz e a quem interessa a construção da história e dos estigmas.

Sob a perspectiva benjaminiana, este trabalho e, sobretudo, a construção do presente capítulo, assume metodologicamente a interpretação da história construída a partir de uma configuração fragmentária. Não se trata, portanto, de uma leitura linear analisada como relações de causa e efeito ou coerentemente interligadas. Antes, trata-se da possibilidade de agrupar fragmentos históricos que sobreviveram às ações do tempo, interpretados ora sob a ação do desvio, ora na perspectiva do escavador que busca pelas “memórias subterrâneas” (BENJAMIN, 2011); (PENIDO, 1991); (POLLAK, 1989).

O que tece esta trama como objetivo de desconstruir o estigma é uma tentativa dialética de identificar as opacidades encobertas pela própria luminosidade e de ler elementos de luminosidade na opacidade (SANTOS, 1994). Parte de uma ação que busca compreender as contradições na construção da história alegórica de Ceres e Rialma, buscando no fenômeno da colonização, origem fundacional das duas cidades, a ótica dos trabalhadores Colonos e Barranqueiros.

Estes dois sujeitos históricos são interpretados como subordinados da mesma política expansionista. Investigar as origens e as condições de vida desses sujeitos, bem como o trabalho dentro e fora da colônia agrícola é uma possibilidade de apreender as maquinações do discurso político para o desenvolvimento econômico do país em detrimento da mão de obra dos trabalhadores nacionais. Tais análises atendem a hipótese central do trabalho que interpreta a existência de um planejamento estratégico do Estado para manutenção dos espaços de domínio provenientes da força dos trabalhadores nacionais, sejam Colonos ou Barranqueiros. Assim, tanto Ceres quanto Rialma são frutos de um sistema político cujo objetivo principal alegado é o desenvolvimento econômico do país através da instalação do programa das Colônias Agrícolas. Os núcleos coloniais são, pois, instrumentos de implantação dessa política cujo idealismo de colonização do oeste via bandeirantismo de cidadãos pobres, conforme descrição do decreto-lei, está intimamente ligado a interesses econômicos de lucro, via mão de obra dos colonos.

Neste capítulo serão analisados alguns pontos da política nacional de Vargas na constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) que subsidiam a citada hipótese. Como fontes de pesquisa serão apresentadas, como artefatos, documentos históricos da época, tais como: publicações do jornal O Anápolis, no período de 1941 a 1953; Relatório final da Comissão Camponesa da Verdade (Violações de direitos no campo – 1946-1988); Relatos de viagem do geógrafo Leo Waibel[35]; teses e dissertações publicadas sobre o assunto; fotografias e imagens; registros de cartórios dos municípios de Ceres, Rialma e Jaraguá; publicações do Departamento de Imprensa; Propaganda (DIP) do Governo Federal que contêm discursos do presidente Getúlio Vargas e de outros estadistas sobre o contexto histórico da criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

[35] Assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia, documenta com fotos e infomações técnicas sobre o período de estabelecimento da CANG.

3.1. ENTRE O DITO E O NÃO-DITO

Ao buscar os artefatos da história, cavando na opacidade a percepção do processo de colonização sob a ótica dos trabalhadores, deparamo-nos com alguns entraves. O silêncio, o "não-dito", a repressão inconsciente que esconde em zonas de sombra lembranças de um passado que busca o esquecimento (POLLAK, 1989).

Escavar as "memórias subterrâneas", como sugere Pollak (1989), é lidar com elementos de contradição à própria "Memória oficial". Constitui uma verdadeira "batalha de memórias" de forças desiguais entre a memória individual, a do trabalhador e a memória coletiva (re)produzida pelas forças hegemônicas. Trata-se, então, do que denominamos de embate entre a luminosidade das referências históricas de sucesso da CANG, em contrapartida à opacidade do devir da história dos trabalhadores nacionais. Para Pollak (1989):

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou que o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 9).

Os embates entre as memórias e os relatos tornam-se desiguais, justamente porque as referências da memória individual de um passado sem a materialidade física dos artefatos históricos é inatingível, torna-se incognoscível, embora indiquem caminhos de leituras ao avesso. Já o passado, amparado por uma profusão de elementos históricos residuais, como arquivos, registros fotográficos e documentos oficias, torna-se tanto cognoscível quanto incorporado à memória individual de cada um. Esta é continuamente complementada pelas dos outros, em uma memória coletiva: "entrelaçando nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente relembrado e, gradualmente, deixamos de diferenciá-los" (LOWENTAL, 1995, p. 81).

Das memórias coletivas são reproduzidas "verdades" que escondem histórias e fatos não divulgados pela mídia hegemônica. A profusão de livros, fotografias, dados estatísticos, vídeos que reforçam a imagem mitificada do administrador da colônia revelam a intensidade da alegoria. Essa mesma

alegoria, de tão reproduzida passa a ser incorporada à memória coletiva. Pode-se entender a própria construção e reprodução da história como uma ação de poder assim descrito por Abreu (1998):

> As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíra consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de 'memória urbana' são eles, também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro (ABREU, 1988, p. 86).

Para iniciar uma compilação de informações ditas e não-ditas, confrontamos trechos de publicações de jornais com análises de outras informações que evidenciam alguns desencaixes da história oficial. Ao longo do texto, serão apresentados trechos das publicações. Embora as citações sejam longas, tornam-se importantes e relevantes as informações nelas contidas, daí a opção por apresentá-las na íntegra.

"Annapolis (Goyaz), 2 de março de 1941", foi a Primeira notícia[36] veiculada na imprensa goiana sobre a criação do núcleo colonial em Goiás, via publicação no Jornal O Annápolis[37], a partir de informações diretas do Rio de Janeiro:

> RIO (I.A.) – Por ocasião da sua visita ao Estado de Goiás o presidente Getúlio Vargas deliberou que fosse organizado naquela região um núcleo colonial afim de estimular o desenvolvimento da agricultura no planalto central do Brazil. Após os necessários estudos, acabam os técnicos do Ministério da Agricultura de fixar a localização do referido núcleo na localidade de Mata de São Patrício, situada ao norte de Goiânia. O núcleo, que incluirá um aprendizado agrícola, obedecerá a um plano de colonização para nacionais abrangerá uma área de 40 mil alqueires, devendo ficar ligado a Goiânia numa estrada de rodagem de primeira classe. As obras do núcleo estão orçadas em cerca de 15 mil contos (JORNAL O ANNÁPOLIS, 02 de março de 1941. Ano VI. N. 262).

Na publicação do jornal são apresentadas algumas informações importantes que acompanharão a análise deste tópico sobre a política nacional que envolve a criação da CANG. Na notícia foi divulgado como motivo de

[36] O Decreto-lei N. 6.882 que institui a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi publicado em diário oficial em 19 de Fevereiro de 1941. Não foi encontrado publicações no jornal O Anápolis sobre a CANG referentes à esta data de criação.

[37] As edições do Jornal O Anápolis, desde seu ano de fundação em 1935 estão disponíveis para consulta no Museu Histórico do Município de Anápolis "Alderico Borges de Carvalho". Foi realizado uma pesquisa buscando contemplar as publicações relacionadas à CANG publicadas no jornal no período de 1941 (ano de instalação da colônia) até 1953 (ano de emancipação e criação do município de CERES).

criação do núcleo o estímulo ao desenvolvimento agrícola na região central do país. Para que isto ocorresse foram exploradas algumas intenções e promessas da organização da colônia, que respondem a um plano nacional de estruturação das colônias, por exemplo, a implantação do aprendizado agrícola, que não é descrito no trecho sobre como seria o seu funcionamento. Além desta informação, são reveladas a área total e a possibilidade de conexão via estrada de rodagem com a capital do Estado, Goiânia.

A notícia é encerrada com o orçamento previsto para a implantação da colônia: 15 mil contos[38]. No entanto, em 21 de fevereiro de 1941, em decreto-lei N° 3.071, (Anexo 04) foi definido o orçamento geral da União para aplicação das obras necessárias à fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), sendo destinado a essa obra o valor de 3.500:000$0 (três mil e quinhentos contos de réis). Ou seja, a notícia do jornal O Anápolis, ainda que publicada nove dias após a divulgação oficial via decreto-lei N° 3.071, reporta um orçamento aproximadamente quatro vezes maior ao que realmente teria sido destinado à construção da Colônia.

Em 06 de março de 1942, Decreto-Lei N°4.154 (anexo 05), média de um ano após o orçamento inicial deliberado pela união, há uma concessão de mais 3.900:000$0 (três mil e novecentos contos de réis) no crédito orçamentário para a construção da Colônia já estava em fase de implantação. Ou seja, a somatória dos dois orçamentos, sete mil e quatrocentos contos de réis, ainda corresponde à metade do que foi informado.

Na notícia veiculada no jornal O Anápolis também é reportada a concessão de 40 mil alqueires[39], o equivalente a 193.600 hectares, para implantação do núcleo colonial. Todavia, não foi divulgado a quem pertencia a gleba ofertada. Segundo decreto-lei N. 2.009 de 9 de fevereiro de 1940, a formação de núcleos colônias poderiam ser promovidos tanto pela União, Estados e Municípios quanto por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares.

Mesmo não sendo revelada no jornal, a concessão das terras foi realizada dias antes da notícia, através do decreto-lei N° 6.882 de 19 de

[38] Na conversão monetária atual, 1 (um) conto de Réis equivaleria a R$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais).
[39] Segundo o conversor de medidas em planejamento agropecuário, 1 Alqueire Goiano é equivalente a 48.400 m², e 4,84 hectares (ha). (TECPLANPLANEJAMENTOS, 2015).

fevereiro de 1941. A colônia seria implantada a partir de terras doadas à União pelo governo do Estado de Goiás, decreto-lei estadual N. 3.704 de 4 de novembro de 1940, que destina uma área de 250.000 ha[40] da zona rural do município de Goiáz (Cidade de Goiás).

A concessão da área para implantação do núcleo colonial atendia interesses políticos e econômicos em comum ao Governo Federal, Estadual e a grupos empresariais do Estado, como pode ser comprovado no depoimento de Pedro Ludovico sobre o assunto, registrado em 1976:

> Foi justamente na época em que o Presidente Getúlio Vargas esteve em Goiânia. Houve uma reunião em palácio na qual estavam o Coronel João Alberto, Benjamin Vargas e outros elementos cujos nomes não me lembro no momento. Então, eu pedi ao Getúlio que formasse uma Colônia Agrícola aqui em Goiás, que eu forneceria as terras gratuitamente à União. [...] O Getúlio, que se interessava também pelo progresso de qualquer Estado, aceitou a ideia e propôs ao Congresso a criação da Colônia Agrícola de Ceres [...] Pediu-se-lhe para construir uma Colônia Agrícola em Goiás, mostrando-lhe no Mapa uma zona ótima para tal empreendimento, que ficava muito distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que, nesse tempo, era a ciade mais populosa e progressista do Estado (TEIXEIRA, 1979, P. 144. Apud NEIVA, 1984, P. 99)[41].

Embora a área da colônia, segundo Pedro Ludovico Teixeira, tenha sido doada pelo Estado à União por indicação do interventor do Estado, Pessoa (1999) reporta que a razão da escolha para localização da colônia apresenta algumas divergências. Em versão oficial sobre essa localização, publicada no diário Cidade de Goiás N° 113 de 09 de fevereiro de 1941, a área doada apresentava as melhores propriedades físico-químicas da região e um rico sistema hidrográfico.

Outra versão indica que a escolha da localização atendia também intenções pessoais de Bernardo Sayão que teria realizado uma expedição no interior do Estado em 6 de abril de 1940, isto é, sete meses antes da concessão oficial do Estado à União. A área de 90.000 alqueires era de propriedade de um grupo de investidores do Rio de Janeiro chamado

[40] Cinco anos após a concessão de terras do Estado de Goiás à União, em 20 de maio de 1946, a doação foi retificada pelo decreto N°403 diminuindo a área doada para 106.000 ha.

[41] Optou-se por transcrever na íntegra o depoimento de Pedro Ludovico Teixeira resgatado por Neiva (1984) devido a relevância histórica do documento e as informações nele contidos, analisadas ao longo do trabalho.

CODORA, do qual Bernardo Sayão era sócio e procurador para a transação do imóvel, parcelamento e venda (DAYRELL, 1974).

Ao relatar sobre o assunto, Neiva (1984) ironiza a situação dizendo que havia um idealismo de fachada, que escondia interesses econômicos pelo processo de colonização; complementa a informação com respaldo no seguinte depoimento do presidente da CODORA, Luiz Simão Lopes:

> Isso é muito simples de explicar. O Sayão na realidade foi sócio nosso. Tínhamos um grupo aqui no Rio [...] Para escolher as terras da Colônia eu tinha sobrevoado aquela região e vi que era uma imensa gleba [...] E naquele tempo era tudo barato, a gente comprava terra por preços irrisórios. A nossa ideia era fazer uma fazenda de gado alí, justamente porque a vizinhança era muito boa, ninguém da Colônia ia pensar em invadir as nossas terras (NEIVA, 1984, p. 103).

Segundo informações históricas oficiais, a gleba comprada pelo grupo CODORA era uma área próxima à colônia, do outro lado do rio, hoje pertencente ao município de Rialma. Então, não correspondia à área demarcada para implantação do núcleo colonial e concedida pelo governo do Estado à União. Para Léa Sayão (1976),[42] o interesse de Bernardo Sayão e do grupo CODORA na compra da propriedade atendia a expectativa do administrador em criar gado para suprimir a demanda de leite e carne da colônia que iria se instalar nos próximos anos.

É válido retomar, neste momento, a referência à ponte em ruínas, apresentada no início capítulo 2, que leva o nome de “Ponte Bernardo Sayão”. Em entrevista realizada em pesquisa de campo com ex-vereador da cidade de Rialma, foi informado que a ponte teria sido construída no ponto de encontro entre a área da colônia e terras particulares de propriedade do administrador.

As contradições entre as versões contadas pela história oficial em paralelo à análise dos documentos históricos, também podem ser identificadas pela leitura de outras publicações do jornal O Annápolis. Em 16 de março de 1941, o Correio da Manhã (RIO, 7/3/931) noticia o seguinte:

[42] Léa Sayão é filha de Bernardo Sayão e autora do livro Bernardo Sayão, meu pai. Publicado em 1976, que, além de prestar homenagem e registrar os feitos do pai na história, esclarece as acusações feitas à administração de Bernardo Sayão na CANG, através da comissão de inquérito instalada. Bernardo Sayão inicia o trabalho como administrador em 1941 e é afastado do cargo em 1949, permanecendo até 1950, quando é substituído interinamente por Dr. Giovani, após o cargo é assumido por Dr. Abelardo da Veiga Ururahy. E em 1951 assume o 4° e último administrador da colônia, Datis Lima de Oliva, gestão de 1951 a 1953.

> O presidente da República, interessado em dotar o Estado de Goyaz com uma grande colônia agrícola, recommendou ao ministro da Agricultura sejam os trabalhos para aquele fim immediatamente iniciados [...] Serão, assim, inicialmente destacadas as turmas de engenharia para o reconhecimento, exploração e locação da estrada de rodagem de 1ª classe, que ligará a colônia provavelmente a Anápolis, ponta de trilhos da estrada de Ferro Goyaz. A referida colônia que ficará situada nas mattas de São Patrício, Alto Tocantins, no município de Goyaz, comprehenderá uma área de 200 mil hectares de terra. (JORNAL O ANNÁPOLIS, 16 de março de 1941 (Ano VI. N. 265. **"Do correio da Manhã – 7/3/931").**

Duas semanas após a publicação referente à fundação do núcleo colonial, foi retificada a extensão da área, aumentando para 200 mil hectares. Nesta notícia tem-se como destaque para análise a referência à locação da estrada de rodagem de 1ª classe via trilhos da estrada de ferro Goyaz.

Ao longo da pesquisa nos periódicos do jornal O Anápolis, é notório o destaque do jornal ao andamento das obras de abertura da estrada de Ferro e de Rodagem (Belém-Brasília - BR-153). Torna-se justificável a constante referência do jornal à estrada de ferro, devido à influência e ao interesse da obra rodoviária no município de Anápolis, sobretudo, pela possibilidade de conexão da rodovia com a região norte e com a capital do Estado, Goiânia.

Após a publicação de 16 de março, o jornal O Annápolis volta a falar sobre a "Colônia Agrícola de Goyaz", em notícia via Jornal do Rio, em 30 de março de 1941. Nessa notícia são exploradas as influências do processo expansionista da era Vargas na configuração e dinâmica econômica do Estado. Evidenciaram-se algumas iniciativas, entre as quais a implantação da Colônia e a expansão da via ferroviária e a construção da rodovia. De acordo com a publicação, é informada, no ofício de engenheiro agrônomo, a nomeação de Bernardo Sayão para assumir como administrador da colônia, via ministro Fernando Costa.

> Depois de uma recente viagem ao planalto brasileiro, o presidente Getúlio Vargas tem tomado uma série de medidas em benefício daquella fertil zona. Ordenou o prolongamento da estrada de ferro até Goyania, a construção de rodovia, a installação de centros de saúde, e por útimo, creou a Colônia Agrícola de Goyaz, que como outras que serão espalhadas por todo o paiz, acolherá brasileiros que vão dar a nação novas fontes de riqueza. Hoje, a tarde, no palácio Rio Negro, o ministro Fernando Costa, após o seu despacho com o presidente da República, apresentou os agrônomos Sayão Carvalho de Araújo e Oliveira Marques, respectivamente, administrador da Colônia Agrícola de Goyaz e director do Serviço e Colonização do Ministério da Agricultura, aos quaes o chefe do Governo recommendou que a Colônia de Goyaz entrasse immediatamente em funccionamento.

> Essa colônia vae construir o maior parque florestal do Brasil, em pleno <hinterland> [...] O agrônomo Carvalho de Araújo vae seguir sem perda de tempo para aquelle Estado, afim de assumir as duas funcções. (JORNAL O ANNÁPOLIS, 1941 - 30 de março de 1941. Ano VI. N. 299 - **"Do jornal, do Rio, de 19-3-41").**

Para análise e confrontamento das informações apresentadas, consideramos importante a referência de Neiva (1984) de que a indicação de Bernardo Sayão para o cargo de administrador da CANG veio através do próprio Luiz Simões Lopes, presidente do CODORA. Embora a posse do cargo fosse em 19 de março de 1941, dia da publicação no jornal do Rio de Janeiro, o engenheiro agrônomo já tinha conhecimento das intenções da implantação da colônia, como relatado anteriormente, através da compra de uma área na margem esquerda do Rio das Almas em nome do CODORA, em 1940.

Outro dado importante a observar nesta publicação do jornal O Annápolis, é a referência à Colônia Agrícola como construção do maior parque florestal do Brasil implantado no centro do país, para acolher "brasileiros que vão dar a nação novas fontes de riqueza" (JORNAL O ANNÁPOLIS, 1941 - 30 de março de 1941. Ano VI. N. 299).

Quando comparadas, as duas informações tornam-se contraditórias: ao mesmo tempo em que atem-se à ideia de construção de um parque florestal, que atende ao parágrafo 3° e 4° do Art. 4 do Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941[43], demonstra claramente o processo exploratório da área de implantação, gerando as "fontes de riqueza" através da mão de obra dos brasileiros em atendimento à nação.

Na mesma publicação, a referência à mão de obra brasileira produtora também evidencia as intenções políticas primárias da instituição das Colônias Agrícolas: "Acolher brasileiros". Isto corrobora com a principal função descrita no Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, Art. 1°: "Promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres" (BRASIL, Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941).

[43] Detreto-lei N° 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941: Art. 4°: §3° Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região em torno da colônia. §4° Na elaboração do plano geral de colonização, serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidar-se-á da proteção à sua flora e fauna.

As intenções da política nacionalista confrontadas nas publicações demonstram uma publicidade sobre a implantação da colônia para atrair a mão de obra dos brasileiros para a colônia. O exercício da mão de obra do colono, tido como fundamental à promoção do desenvolvimento econômico, também é evidenciado em outras publicações do Jornal O Annápolis. As notícias fazem referência aos benefícios que a abertura da estrada e a implantação da colônia trariam ao município e região através da exportação da produção alcançada pelos colonos.

A imprensa local ditava as expectativas futuras e promissoras da colônia, sendo as publicações nos jornais verdadeiras notas de agradecimento à política de Vargas, sobretudo, porque beneficiaria economicamente a região. A possível visita do Ministro da agricultura Fernando Costa ao Estado de Goiás foi divulgada na primeira página do jornal O Annápolis, publicação de 3 de abril de 1941, sendo retratado pelo jornal como ato de "grande importância e significação patriótica" para o Estado. (JORNAL O ANNÁPOLIS, 1941, 3 de abril de 1941. Ano VII, N. 270).

Na reportagem são evidenciados os principais benefícios que a implantação da colônia traria ao município de Anápolis, evidenciando o sentido nacionalista da política de Vargas:

> O Sr. Fernando Costa vem dando, como sabemos, á lavoura nacional uma orientação científica e técnica que está a sugerir aplausos. [...] No momento em que o Presidente Getúlio Vargas tem suas vistas voltadas para o centro geográfico do país, com o propósito firme e irrevogável de acelerar o seu progresso e o seu desenvolvimento material, censubstanciando assim a Marcha para o Oeste, que é, não ha dúvida, movimento de grande e sadio nacionalismo, a visita do Ministro da Agricultura á terra goiana avulta de importância e não deixará de trazer enormes beneficios ás suas classes produtoras (JORNAL O ANNÁPOLIS, 1941, 3 de abril de 1941. Ano VII, N. 270).

O jornal de Anápolis noticiava que a transformação rápida e radical, mediada por uma orientação político-administrativa, traria ao Estado o desenvolvimento econômico pela implantação da colônia e, implicitamente, a partir da mão de obra dos colonos. A profusão de notícias tornava evidente o interesse do município pela instalação da CANG.

> RIO – Acham-se muito adiantadas os trabalhos de exploração e locação da rodovia que deverá ligar a colônia agrícola de Goiaz aos principais centros consumidores do Estado, inclusive a capital [...] A

> cidade de Anápolis esta destinada a transformar-se em um verdadeiro entreposto para a produção exportável dos colonos, podendo servir não só as demais regiões do Estado, como, também, as demais limítrofes de Minas e São Paulo (JORNAL O ANNÁPOLIS, 1941 - 6 de julho de 1941. Ano VI. N. 293).

Neiva (1984) acrescenta que a colônia trouxe lucro aos grandes cerealistas de Anápolis: “Duas categorias sociais sem dúvida lucraram de imediato com o crescimento agrícola da CANG: os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes do ramo que se fixaram em Ceres” (NEIVA, 1984, p. 121). No tópico que descreve as condições de produção dos colonos e a relação entre economia de exportação e subsistência, abordaremos a relação entre a produção da CANG e os cerealistas de Anápolis.

Enquanto uma profusão de notícias em 1941 divulgava os primeiros anos de instalação da CANG, demonstrando as expectativas do desenvolvimento econômico, comercial e agrícola da região, também ocorreu, nos anos seguintes, uma omissão nas publicações sobre o cenário da construção da colônia. Essa omissão atingiu desde a movimentação popular para adquirir os lotes da CANG, apresentada no capítulo 2, até as condições de vida dos colonos no interior do núcleo colonial e da população que acampava nos barrancos da margem esquerda do rio, à espera do benefício.

Nesse hiato de informações sobre a instalação da colônia, as publicações do jornal O Annápolis, durante o ano de 1942 e início de 1943, são dedicadas à inauguração oficial de Goiânia e à construção da ferrovia que ligaria Anápolis à capital do Estado. O *jejum* de informações sobre a instalação da colônia encerra em 28 de novembro de 1943, com a seguinte matéria: “A Colônia Agrícola Nacional e o Progresso do Estado de Goiaz: Autorizadas revelações do engenheiro administrador da CANG ao <Anápolis>” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943, 28 de novembro de 1943. Ano IX, N. 427) (Figura 19).

TUDO POR ANÁPOLIS E GOIAZ

Anápolis

Diretor-Proprietário :
Arlindo P. Cardoso

Redator : — José Asmar
Redação e Ofs: Rua Antônio Carlos, 39—Tel. 64 Caixa-54

ANO IX | Anápolis (Goiaz), 28 de novembro de 1943 | NÚMERO 427

A Colônia Agrícola Nacional e o Progresso do Estado de Goiaz

Autorizadas revelações do engenheiro administrador da C. A. N. C. ao «Anápolis

Figura 19: Autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G. ao Anápolis.

Como vimos, ao longo do capítulo 2, os anos 1941 a 1943 foram o período de instalação e organização da colônia agrícola, o que coincide com o a ausência de notícias publicadas no jornal O Anápolis. Na manchete capa do jornal de 28/11/1943 duas palavras nos levam a questionar algumas descrições sobre a organização da colônia: “Autorizadas revelações” - Quais foram as informações autorizadas para publicação? O que haveria para se esconder? Quais são as informações não-ditas? Quais as versões adjacentes à história oficial? Omissão ou manipulação?

Para responder essas questões, entendemos ser necessário, inicialmente, compreender que tanto a CANG/Ceres quanto a Barranca/Rialma são frutos de um planejamento estratégico mediado pela política nacional da Marcha para o Oeste promovida por Vargas. Portanto, a implantação do núcleo colonial atendia uma série de normativas contidas em decreto-lei que deveriam ser seguidas e implementadas pelo administrador da colônia.

Entre as “verdades” do discurso à “eficiência” da implantação, encontramos lacunas que evidenciam intenções e estratégias políticas por trás do discurso desbravador. Este nos leva a questionar se as incongruências apresentadas trazem a dimensão de um fracasso planejado ou de uma execução leviana. Os dados apresentados engendram a seguinte reflexão: Será que a política de distribuição e concessão de terras para brasileiros, reconhecidamente pobres, não-proprietários e casados, de fato ocorreu? Se sim, houve alguma possibilidade real de fixar essa parcela da população no

sistema de Colônia Agrícola, assim como era pregado por Sayão e Vargas na divulgação das políticas de interiorização do país?

3.2. O DISCURSO

> Durante os nove anos em que dirigiu a CANG, caracterizou-se mais como desbravador do que como funcionário-administrador. Todos sabiam disso, pois ele mesmo dizia: 'Não estou aqui só para plantar milho e arroz. Ceres é ponto de apoio para abrir estrada até Belém do Pará (NEIVA, 1984, p. 106).

A análise do discurso político que envolve a criação da CANG permite compreender a construção das forças hegemônicas que influenciaram a dinâmica socioespacial da cidade de Ceres e Rialma. Trazer para o campo da pesquisa o que foi dito e o não-dito, seja no discurso de implantação da CANG ou na execução, é uma ação investigativa que busca confrontar, por meio de documentos históricos, algumas versões da história tida como oficial. Parte-se de uma leitura possível que visa "desconstruir" a alegoria formatada, tanto pela força da representação da imagem mitificada de Sayão quanto da construção idealizada do personagem colono presente no imaginário social da população ceresina e rialmense ainda nos dias atuais.

Para iniciar a leitura da história a contrapelo, é necessário primeiramente compreender que, mais que o ato de desbravar, a política de interiorização e colonização do oeste brasileiro, promovida pela Marcha Para o Oeste, teve os seguintes objetivos: fixar uma parcela da população excedente da região sudeste, devido à grande onda migratória para a cidade de São Paulo, nas décadas de 1920 e 1940; transferir essa população para áreas não habitadas no país. A esse respeito, os programas de propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Governo Federal pregavam e divulgavam a grande distribuição gratuita de lotes no programa das Colônias Agrícolas Nacionais (SANTOS, 1993).

O período de 1930-1937, denominado II República, é marcado por uma transição da política de colonização e imigração estrangeira para migração interna de colonização dos "trabalhadores nacionais". O discurso de Vargas trouxe a imagem histórica do Colono Desbravador das terras brasileiras

como mote para conduzir a população dos estados litorâneos para o interior do pais, onde lutariam “pelo bem da economia nacional”.

Em coletânea editada pelo IBGE como contribuição ao batismo cultural de Goiânia, foi selecionado, em 1942, um conjunto de documentos históricos referente ao período de instalação da capital. Nestes estão presentes alguns discursos do presidente da república, Getúlio Vargas, proferido em 1938, intitulado “O Verdadeiro Sentido de Brasilidade é a Marcha para o Oeste”. Vargas expõe que

> A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da nação (IBGE, 1942, P. 1).

> Sob o império e sob a primeira República, crescemos longitudinalmente, à orla das águas atlânticas. O Brasil vivia voltado para fora, e o sentido da sua cultura era o da evasão, o retorno ao continente dos descobridores. Com a Revolução de 1930 – o movimento de revigoração nacionalista, e o advento do Estado Novo, que veio dar forma política às tendências profundas da nacionalidade, modificaram-se esses rumos incertos e dispersivos e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos, restaurada nas suas raízes históricas (IBGE, 1942, P. 121).

Nos dois trechos o indicativo ideológico construído pelo programa da Marcha para o Oeste, como uma política nacionalista, é identificado pelas frases ufanistas de Vargas: “realidade urgente e necessária galgar montanhas”; “alicerces da nação”; “revigoração nacionalista”. Os discursos apresentavam uma condição emergente de deslocamento das populações ao interior do país ampliando fronteiras físicas e econômicas em uma situação análoga aos primeiros colonizadores. Os sujeitos históricos que acataram a propaganda política e migraram para as Colônias Agrícolas Nacionais receberam o título de Colonos, uma imagem simbólica construída e reproduzida por eles como pioneiros e co-participantes do processo de ampliação da economia nacional.

Em outro discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, em agradecimento ao banquete oferecido pelo interventor do Estado, 1940,

Vargas expõe novamente a política de migração e colonização do oeste brasileiro:

> O Brasil, sob o novo regime, deixou de ter áreas mortas e territórios de reserva. Quer sentir-se na plenitude da sua fôrça, e mobiliza, para isso, todas as energias, sem distinguir regiões e sem estabelecer diferenças entre os seus filhos. O que exige de vós, gente goiana, é o que exige de todos: colaboração, trabalho e devotamento ao ideal de progresso e segurança da Pátria (IBGE, 1942, P. 124).

A colonização agrícola parte de uma estratégia recorrente para ação estatal de efetivar a expansão dos limites territoriais nacionais, através da expansão de novas terras. Entre 1941 e 1944, foram fundadas oito[44] colônias agrícolas nacionais (Figura 20), segundo ordem cronológica de criação: Goiás (GO), Bela Vista (AM), Barra do Corda (MA), Monte Alegre (PA), General Osório (PR), Dourados (MS), Oeiras (PI) e Jaíba (MG).

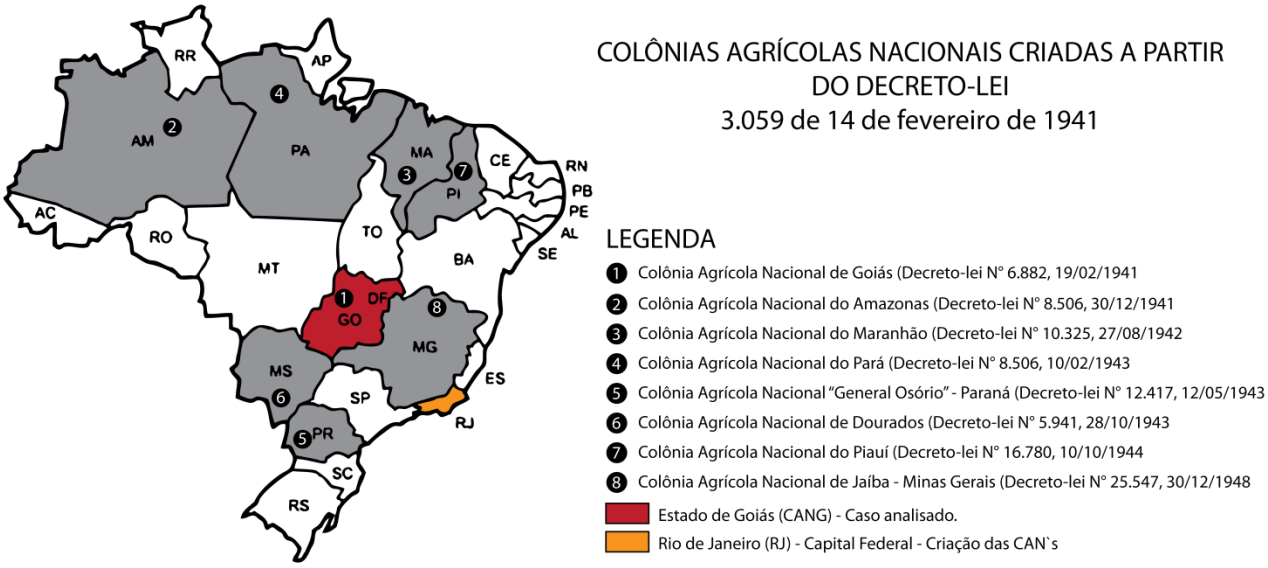


Figura 20: – Mapa com a localização das colônias agrícolas nacionais. Org.: Lucas Felício, 2016

[44] Entre os anos de 1941 e 1944, foram fundadas oito colônias agrícolas, cujo decreto-lei aprovado pelo Governo Federal, apresenta as extensões territoriais de cada colônia: Goiás (GO) com 250.000 ha. E Bela Vista (AM) com 300.000 ha, em 1941; Monte Alegre (PA) com 443.000 ha. e Barra do Corda (MA) com 300.000 ha. em 1942; General Osório (PR) com 300.000 ha. e Dourados (MS) com 300.000 ha em 1943; em Oeiras (PI) com 300.000 ha. em 1944, e Jaíba (MG) em 1948 com 310.225 há. Portanto, um total de 2.533.225 ha. Disponível na íntegra em coletânea publicada em diário oficial: http://legis.senado.leg.br/sicon/#/legislacaoTextual.

A divulgação do programa das colônias agrícolas e a concessão de terras pelo governo federal, a partir do DIP, tiveram alcance nacional[45], O Antropólogo Dos Passos (2013) reporta-se ao seguinte diálogo com Sayão a bordo do jipe do administrador:

> Enquanto dirige, ele aponta para pequenas cabanas nas clareiras dos dois lados do vale. Este homem é de Minas. Este é de Pernambuco [...] eles caminharam mais de mil quilômetros de algum pedaço de terra assolado pela seca do Ceará, só Deus sabe quantos meses levaram para chegar até ali (Dos Passos, 2013. p. 87).

Em outro diálogo extraído do livro, o autor questiona o administrador acerca da quantidade de famílias que aguardavam o processo de cadastramento para receber a concessão dos lotes da CANG.

> Quantas famílias já se mudaram para cá?, pergunta um de meus companheiros.
> Cerca de 3 mil. É uma colonização celular, um grupo de pessoas se juntando em torno de um centro...
> O departamento de terras do Estado fala em 30 mil..., interrompe o juiz.
> Isso inclui as famílias de fora da colônia... O que precisamos, estou começando a pensar, é de uma colonização em faixas, ou seja, construir estradas e colonizar a terra de ambos os lados... (Dos Passos, 2013. p. 85).

Os dois trechos relatados pelo antropólogo demonstram que Sayão sabia da quantidade de pessoas que aguardava as novas triagens para distribuição de terras da CANG. Dos 30.000 somente 10% adquiriram terras, os outros permaneceram na outra margem do rio. Muitos voltaram como vieram, outros se fixaram e aguardaram, fizeram da cabana improvisada o abrigo dos familiares.

Sobre esta ocorrência José Vicente Tavares Santos[46] (1985, 1988, 1993, 1995) discute os seguintes pontos: o processo político de colonização brasileira, estabelecendo diálogo das formas de ocupação do território nacional como forma de minimização das tensões agrárias e o deslocamento do fluxo migratório para o interior do país, de modo a diminuir as disparidades demográficas das regiões.

O processo de colonização agrícola brasileiro constitui-se como fruto de um fenômeno de tensão social e dominação, a partir da ação do Estado no

[45] Nos registros de nascimento dos habitantes mais antigos e a partir de entrevistas realizados em campo, muitos confirmam a descendência de mineiros, baianos, maranhense, cearense.
[46] José Vicente Tavares Santos é autor do livro Matuchos (1993) e de vários artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, sobre a política de Vargas no processo de colonização e interiorização do Brasil via Marcha para o Oeste.

direcionamento das áreas de ocupação, fundamentada nas relações de poder. Parte de uma estratégia de dominação “ela se exerce tanto pela adesão quanto pelo constrangimento, tanto pela criação de um consenso como pela força” (SANTOS, 1993, p. 16). Constitui-se socialmente tanto por práticas materiais quanto por práticas simbólicas, isto é, práticas econômicas e políticas de diversos atores sociais presentes.

A esse respeito, a Nova Constituição de 1934 garante “ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas” (SANTOS, 1993, p. 25) Caberia, pois, à União e aos Estados a organização de colônias agrícolas para onde seriam encaminhados os habitantes sem trabalho de zonas empobrecidas do país, isto é, um direcionamento do fluxo migratório, sobretudo da região nordeste para o interior do país.

Para Santos (1993), o interesse político desse sistema de colonização, tendo como principal ação política a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, consistia na orientação do fluxo migratório, em um deslocamento que partia da população nordestina. Para fugir das secas da região, essa população migrava para as zonas mais produtivas de São Paulo. Ou seja, o excedente de trabalhadores nacionais pobres e, potencialmente, produtor de tensões sociais, fundamentava os múltiplos processos de colonização. As zonas migratórias trabalhariam a favor do Estado como colonos-exploradores, dos quais se destaca a ocupação do Oeste Brasileiro via Colônias Agrícolas Nacionais. O autor utiliza como objeto de estudo o caso da Amazônia retratado no livro Matuchos (1993).

Santos (1985, 1993, 1995) explora tanto a ação estatal de controle atua como guia para a orientação do fluxo migratório, vendendo a imagem de colonização, fixação e estabilidade do homem no campo, quanto o objetivo político de colonização no período de 1930-1945, como no adágio popular para colocar “panos quentes”[47] nos conflitos e tensões no campo. Com isso procurava-se neutralizar as reivindicações na luta pela reforma agrária

[47] A compreensão etimológica da expressão: “Colocar panos quentes”, advém de uma expressão da medicina popular para aliviar dores e tensões, sendo comum o uso para conter febre. Como adágio regional, a referência interpretada como ação de conter ou apaziguar situações conflitantes ou ser complacente à uma coisa errada feita por outro.

reproduzindo uma dominação política e ideológica sob o sistema disciplinar do controle estatal das populações rurais (SANTOS, 1985, 1993, 1995).

A expressão colocar panos quentes, neste caso, atua como metáfora em dois movimentos relacionados à política de formação da CANG, quais sejam: apaziguar um processo externo que motiva a criação da CANG e acobertar uma série de conflitos que ocorre no interior da colônia. Isto é, colocar os panos quentes sobre uma ferida latente

A ideia de apaziguar sugere tanto a ação de mediar um conflito latente como também de acobertar uma situação. Em termos políticos, poderíamos especular como relações de dissimular e censurar a partir do poder de controle do Estado sobre as massas.

Foucault (2012), ao descrever a situação da conversão dos leprosários como colônias-presídios de pobres e alienados, como discutido no primeiro capítulo, analisa que esta partia de um controle político sobre as massas populares em estratégia do Estado para administrar a relação de oferta e demanda da ordem do trabalho e dos alimentos. Assim, o aprisionamento guarda relações com significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais etc. (FOUCAULT, 2012).

Entende-se que a política que envolve a construção das Colônias Agrícolas Nacionais consiste tanto em uma técnica social de direcionamento, quanto no controle e seleção social dos grupos. Neste caso, garante-se o deslocamento do objetivo de conquista da região sudeste, para então direcionar ao centro do país através da transferência das populações “excedentes”.

De acordo com o IBGE registra-se que os dados da onda migratória em São Paulo partiram de 2.282.279 habitantes, em 1920, para 4.592.188 em 1940, constatando-se um acréscimo de 201,21%. No período em que se iniciaram as políticas de migração e ocupação da região do oeste brasileiro, São Paulo chegou a 7.180.316 habitantes e, em 1950, são 9.134.423 habitantes.

Nesta perspectiva, sob a ação estratégica do Estado Nacional, a construção das colônias agrícolas nacionais parte de uma política que visa à ampliação das fronteiras econômicas do país por meio da produção agrícola. Para melhor compreender o discurso político de Vargas através da Marcha

para o Oeste e sua aplicação no programa das (CAN), buscamos traçar uma interlocução entre a constituição da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), como primeira colônia instalada em 1941, em comparação à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) implantada em 1943.

3.2.1. PONTES ENTRE CANG/CAND, BARRANCA/VILA BRASIL

Neste trabalho, não temos a intenção de fazer uma análise comparativa entre todas as colônias agrícolas nacionais (CAN) formadas no período de 1941 a 1948. Destacamos, porém, a formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, como caso emblemático que pode auxiliar na compreensão política do processo de colonização e ocupação do oeste brasileiro, via programa Marcha para o Oeste.

Tomando por base as fontes consultadas, a colônia de Dourados (CAND) foi implantada em 1943, dois anos mais tarde que a CANG. Ambas foram construídas seguindo-se os mesmos princípios e leis estipulados no Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. No entanto, algumas particularidades as diferem, tais como: enquanto a cidade de Ceres se tornou município a partir da emancipação da CANG, Dourados surgiu como distrito de Ponta Porã em 1914 e, em 1935, foi elevado à categoria de município.

A CAND foi instituída em território federal de Ponta Porã, próximo à região de Dourados. Em Decreto-lei 5.941 de 28 de outubro de 1943 (anexo 6) foi assim designada a criação do núcleo colonial em uma área: “Não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares” (BRASIL, 1943). Porém, no *site* do IBGE foi reportado no histórico do município que a área da colônia consistia de 50.000 hectares, evidenciando uma dissonância entre os dados apresentados.

A partir das referências históricas analisadas há mais semelhanças do que diferenças entre a CANG e a CAND. Em uma ação especulativa, as duas cidades indicam caminhos para análise de política de Estado, sendo que a criação dos núcleos colônias evidencia uma estratégia de controle dos fluxos migratórios, absorção e exploração da mão de obra excedente dos trabalhadores nacionais.

Houve também uma “Barranca” na CAND. Como reflexo de uma realidade das cidades brasileiras, sobretudo as planejadas, a espacialização

das diferenças são evidenciadas pelas dicotomias: seja do espaço oficial/marginal, formal/informal, rico/pobre, dominante/subordinado. Essas dicotomias indicam processos de deslizamentos de sentidos que se contrapõem às idealizações dos planos originais (PELÁ, 2014). Mas, neste trabalho, partimos da hipótese de planejamento estratégico de construção das duas cidades, do núcleo oficial e da cidade emergente, da Barranca (CANG), da Vila Brasil (CAND), ambas constituídas pelos "excedentes pobres".

Ao analisar a mesma fonte pesquisada sobre a história da CAND registrada no IBGE (2014) este reporta à origem da cidade de Fátima do Sul como um núcleo urbano que surgiu em detrimento da criação da CAND:

> No início de 1950, grande número de colonos concentrados na margem esquerda do Rio Dourados, aguardam a abertura da segunda zona da colônia federal. Em face disso, surgiu o novo povoado, com a denominação de Porto Ubatuba. Com o aparecimento de inúmeros estabelecimentos comerciais, o povoado se estendeu para a margem direita do rio Dourado, tendo sua denominação alterada para Vila Brasil, e logo após, Fátima do Sul (IBGE, 2014).

Naglis (2007)[48] justifica o surgimento do povoado de Vila Brasil como uma consequência do processo de triagem para a concessão dos lotes da CAND. Para a autora, o núcleo colonial se dividiu em duas zonas: a 1ª foi onde houve uma efetiva distribuição pela administração e a 2ª, uma promessa de demarcação (Figura 21).

> o povoado foi ganhando características urbanas. Ponciano escreveu "O povoado formou-se com pequenos ranchos de pau a pique, cobertos de sapé, com famílias oriundas de várias regiões do Brasil e principalmente do Nordeste, na busca de seu sonho – a terra" (2002, p. 143)" (NAGLIS, 2014, p. 81 – Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto – CAND).

[48] Suzana Gonçalves Batista Naglis é autora da dissertação de mestrado: "Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-196)" apresentado ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

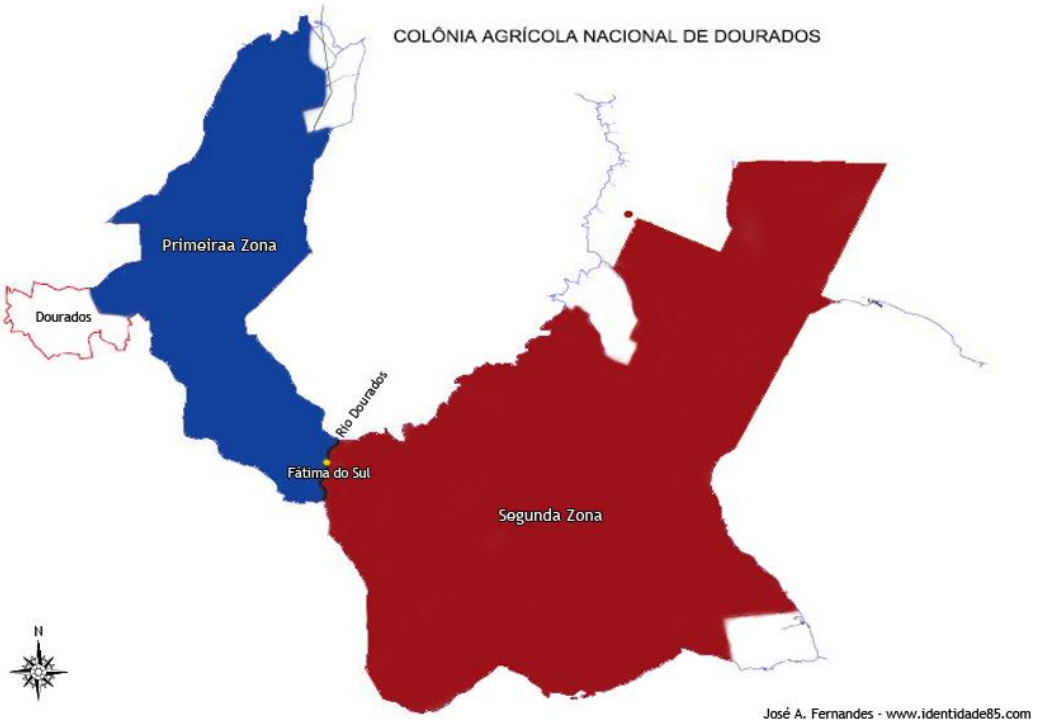


Figura 21: Divisão em Zonas, 1ª Zona (Azul), 2ª Zona (Vermelho), Vila Brasil (Fátima do Sul) é demarcado ao centro, entre as duas zonas. Fonte.: Identidade85.

O acampamento recebe o nome de Vila Brasil, atribuído em referência às pessoas oriundas de várias regiões do Brasil. Concomitante ao processo de ocupação emergente às margens do rio Dourado, do outro lado do rio, os colonos beneficiados pela concessão de terra demarcavam seus lotes.

O rio, como limite territorial, também sugere uma imagem especular opositora e complementar entre as duas cidades. Delimitam-se as fronteiras, convertem-se espaços em territórios e determinam relações sociais (HAESBAERT, 2004). Assim como na CANG e na Barranca, a imagem da "Canoa de Sayão" é análoga à função de controle alfandegário; no caso da CAND e da Vila Brasil, a balsa como elemento primário de travessia antecede a ponte, construída tempos depois (Figura 22):

> O povoado tinha um obstáculo: o rio Dourados. Como os colonos já estavam na margem direita marcando os lotes e as famílias ficaram na margem esquerda, o povoado cresceu e foi preciso ultrapassar o rio. Como solução foi construía uma balsa para transportar pessoas, animais e alimentos. Essa Balsa até hoje é um elemento significativo na memória dos moradores, pois uma vez naufragou e algumas vidas se perderam. Posteriormente foi construída a ponte de madeira sobre o rio Dourados" (NAGLIS, 2014, p. 82).

Figura 22: Ponte entre CAND e Vila Brasil sobre o Rio Dourados - Fonte: museufatimadosul.

Para Naglis (2014), em análise histórica da constituição da CAND, a ponte aparece como elemento físico que evoca lembranças e memórias individuais e coletivas (HALBAWACHS, 2006). Mas, a imagem da ponte também sugere um marco temporal e um poder simbólico em que a conexão das extremidades territoriais pela ponte indica a estratificação das relações sociais. Se antes a travessia do rio detinha o simbolismo da barreira físico-natural que instituía quem poderia atravessá-lo, com a construção da ponte sugere que a demarcação territorial já havia se efetuado, sobretudo pelos seus agentes sociais, Colonos/Vila Brasil.

Em 1958, Vila Brasil é reconhecido como distrito subordinado ao município de Dourados. E, em 1965, é desmembrado de Dourados e elevado à categoria de município, alterando o nome para Fátima do Sul.

Nesta pesquisa não foi identificado se havia casos de coerção às práticas sociais ou condutas morais impostas pela administração em situações, relativas ao consumo de bebida alcoólica, jogos ou prostituição, tal como identificado na CANG e Barranca. No entanto, como indicativo da estratificação de estigmas, sobretudo pelas relações de domínio e subordinação configuradas desde o momento fundacional das duas cidades, em *site*

publicado[49] sobre a história da cidade de Fátima do Sul, ela é assim descrita: “Surgida em meados da década de 40, a antiga Vila Brasil provavelmente é um dos únicos municípios do país que tenha se estruturado do lado de lá do rio pobreza, no sentido da colonização” (DESCIPLOPÉDIA, 2015).

No tópico que apresenta a população foi assim descrito: “Localizada numa região que goza das melhores terras do Brasil, Fátima do Sul, no entanto, é agraciada com um povinho que não vale nada, e, portanto não compensa o tópico” (DESCIPLOPÉDIA, 2015). Na última atualização de novembro de 2015, a geografia da cidade de Vila Brasil comparada à de Dourados é descrita como se segue:

> No fim do mundo tem um brejo, depois do brejo tem um rio, depois do rio tem a cidade de Dourados, depois de Dourados tem mais um brejo, depois deste segundo brejo está Fátima do Sul. (DESCIPLOPÉDIA, 2015).

Já a cidade de Dourados, no mesmo *site* consultado é descrita da seginte forma:

> Dourados (Mais conhecida como a Grande Dourados) é uma cidade tão grande, mas tão grande que vai desde a Vila Sapé até os arredores de Itaporã, é a cidade com maior número de títulos de grandeza, a “maior isso”, a ‘maior aquilo’... Obviamente tudo imaginação e exagero da população (DESCIPLOPÉDIA, 2015).

O *site* consultado, embora não seja de caráter científico, indica alguns tensionamentos existentes entre as duas cidades, haja vista que a publicação é de livre acesso e edição pelos internautas, semelhante ao Wikipédia. Os diálogos indicam caminhos e possibilidade de futuras pesquisas sobre as pontes entre passado e presente das duas cidades, edificadas sob relações de poder, memória e estigmas.

Ao analisar a política nacionalista da Marcha para o Oeste e delinear uma interlocução possível entre a CANG e a CAND foi possível identificar algumas similaridades nos desajustes administrativos durante a constituição dos dois núcleos coloniais. Esses descompassos influenciaram a constituição socioespacial das cidades. Tal interpretação nos instiga a explorar outros fatores da organização da CANG durante sua implantação, com vistas a confrontar a história alegórica reproduzida pelas forças hegemônicas.

[49] O site pesquisado é de livre acesso e edição dos conteúdos por internautas. A pesquisa no site foi realizada no dia 20 de março de 2015.

3.3. A IMPLANTAÇÃO

Após a divulgação de 1943, cuja matéria se referia ao período de organização da Colônia e às expectativas do progresso, houve um hiato entre outras publicações oficiais, sobretudo, com informações a respeito do andamento das obras e da recepção dos trabalhadores nacionais, Colonos.

> Vamos agora aguardar nova oportunidade para prosseguirmos na luta para 'cavar' (é termo corrente) palavras do próprio engenheiro chefe da Colônia Agrícola Nacional de Goiaz, que um dia está menos apressado (JORNAL O ANÁPOLIS, 25 de junho de 1944. Ano X. N. 455).

> Um homem assim tão dinâmico, no sentido real da palavra, vem conseguindo o que só os políticos manhosos são peritos: a tapear-nos quanto a declarações sobre a Colônia que lhe pedimos, o que ele sempre prorroga para a semana seguinte (JORNAL O ANÁPOLIS, 1 de outubro de 1944. Ano X. N. 469).

O Jornal O Anápolis volta a noticiar sobre o assunto em outubro de 1944 com a seguinte matéria: 'Colônia Agrícola Nacional – Uma obra que conquista aplausos' sendo divulgada a intercepção dos relatos da visita do técnico do Ministério da Agricultura, também redator da Folha Carioca, Dr. Honorato de Freitas, ao Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiaz:

> Por fim disse que na Colônia tudo é perfeito, desde a capacidade técnica do seu administrador, dr. Bernardo Sayão, até os seus mais humildes colaboradores, a quem não faltam assistência social, parte importante para o êxito da colonização (JORNAL O ANÁPOLIS, 1 de outubro de 1944. Ano X. N. 469).

Ainda na publicação de outubro de 1944 foi relatado que a Colônia havia registrado uma marca de 8.000 habitantes, no atendimento a 1.055 famílias. Além desses dados, foram reportados os êxitos das lavouras de cana, arroz, feijão e milho. A matéria finaliza com a referência à política de Vargas na implantação e na escolha de Bernardo Sayão para a administração da Colônia:

> Motivo de júbilo para os habitantes desta região, que anseiam por vê-la próspera e desenvolvida [...] acertada foi a escolha do dr. Sayão para construir e administrar a Colônia Agrícola Nacional. Foi mais um ato feliz de s. excia. presidente Getúlio Vargas (JORNAL O ANÁPOLIS, 1 de outubro de 1944. Ano X. N. 469).

Na publicação do Jornal O Anápolis de 28/11/1943, o administrador da colônia, Bernardo Sayão, foi entrevistado pelo jornal para prestar esclarecimentos acerca das acusações sobre sua administração:

> Muito se tem dito sobre os serviços de penetração e colonização do Norte goiano e da sua estrada de primeira classe até a mata de São-Patrício. Essas conversas, porém, temos ouvido nos cafés em que não se perdoam a pessoa do engenheiro administrador, ora criticando-lhe as providencias e ora taxando-o de partidário por uma certa região de seu interesse particular (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943, 28 de novembro de 1943. Ano IX, N. 427).

Em resposta às denúncias, Sayão apresentou os feitos realizados desde o início da construção da colônia até a data da referida entrevista. O administrador começou informando que exercia na colônia um cargo nomeado pelo Governo e foi incumbido de "Melhorar o padrão de vida dos nossos patrícios que, vivendo no interior à míngua de assistência, transporte, e defesa organizada da sua produção agrícola" (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943, 28 de novembro de 1943. Ano IX, N. 427).

O primeiro feito apresentado pelo administrado foi a construção de 93 quilômetros de estrada entre Anápolis e Jaraguá, serviços de terraplenagem e pavimentação, construção de pontes e outras obras ferroviárias que fariam conexão da colônia à cidade de Anápolis. Sobre a construção do núcleo urbano da colônia, Sayão apresentou o projeto de uma cidade planejada para 20.000 habitantes, onde seria construído, nos próximos anos, aeroporto, rodoviária, hospital, escolas, indústrias, bibliotecas.

Após a descrição das intenções futuras para a CANG, Sayão se reportou a algumas dificuldades no processo de implantação da colônia, como a falta de peças, ferramentas e combustível, entre outras. Apesar da falta dos materiais básicos, o administrador complementou com os feitos realizados:

> Já existe em funcionamento na Colônia uma serraria de grande capacidade, com marcenaria anexa; uma olaria para telhas francesas e tijolos prensados; máquinas de beneficiar arroz; moinhos; esburgador; debulhadores; máquinas forrageiras etc; armazém para fornecimento, base da futura Cooperativa; serviços de assistência médica, dentária e escola primári. (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943, 28 de novembro de 1943. Ano IX, N. 427).

Além das construções executadas na colônia, Sayão informou o número de famílias beneficiadas pelo programa da CANG, sendo um total de 1.056 famílias em 1943.

Algumas informações apresentadas pelo geógrafo Leo Waibel (1947), em visita técnica à colônia, confirmam a fala do administrador ao jornal O Anápolis, porém, outras destoam, por exemplo, segundo Waibel (1947), entre 1941 a 1944 viviam na colônia dez famílias, e em 1946, após a conclusão da rodovia federal de Anápolis para a Colônia, foram computadas 1.600 famílias.

A descrição de Sayão acerca das obras construídas durante sua administração atendiam as recomendações do decreto-lei N° 2.009 de 9 de fevereiro de 1940 e do decreto-lei N° 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que instituiram as normativas de organização dos núcleos colônias. Entretanto, algumas recomendações não foram viabilizadas, por exemplo, o artigo 10° do decreto-lei N° 3.059 assim informa: “Em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região” (BRASIL, 1941).

De conformidade com o decreto-lei, cada colono receberia um lote agrícola de 20 a 50 hectares. Além desta normativa, estava garantido por lei a assistência médica gratuita aos colonos até a emancipação do núcleo colonial, trabalho assalariado durante o primeiro ano de chegada do colono e alimentação gratuita nos três primeiros dias. Seriam ofertados insumos agrícolas, como: plantas, sementes, adubos e empréstimo de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais para o trabalho. Toda a produção das famílias seria organizada em cooperativas de produção para venda e consumo.

Dayrell (1974) revela uma pesquisa realizada por Alírio Afonso nos primeiros anos de implantação da colônia. Para tanto, foram consultadas 500 famílias. Esse autor informa que

> 70% da população se constitui de verdadeiros favelados rurais. São subnutridos, doentes, desassistidos. Amontoam-se em mocambos e não encontram estímulo ao trabalho (DAYREL, 1974, p. 122).

Waibel (1947) também relata o estado das famílias que chegam à Colônia: “maltrapilhos, sub-nutridos e atacados por males endêmicos, dão-nos impressão da escória de um povo” (WAIBEL, 1947, p. 23).Esses dados nos

instigam a avaliar a política de implantação do núcleo colonial, contrapondo as informações prestadas nos decretos-leis com o que efetivamente foi realizado.

3.3.1.Sobre as casas

Após a publicação do Jornal O Anápolis de 28/11/1943 com as declarações públicas do administrador da colônia, o jornal voltou a noticiar o assunto em de 25 de junho de 1944, sob o título “Assim nasce uma Cidade...”, ocasião em que revela informações sobre a implantação do núcleo colonial. As informações são provenientes do depoimento de Sr. Antônio Cardoso, industrial de Anápolis que visita a colônia.

> Está se tornando mesmo uma cidade. Está situada em plena mata de S. Patrício, cuja construção está obedecendo a uma planta e urbs moderna com mais de 500 casas para colonos, 1.500 famílias, máquinas de arroz, engenho de serra, marcenaria, ferraria, oficina mecânica, cerâmica. Cooperativa e consumo segundo leis atuais etc. (Depoimento de Sr. Antônio Cardoso ao JORNAL O ANÁPOLIS, 25 de junho de 1944. Ano X. N. 455).

O depoimento do entrevistado corroborou a pesquisa realizada por Alírio Afonso, em que registra o número de 500 casas. O número de habitantes da colônia também aproximava dos dados informados pelo administrador, assim como as estruturas físicas construídas na colônia. Mas, no relatório emitido por Sayão em resposta à Comissão de Inquérito instalada durante o período de sua administração (1941-1950)[50], sobre a promessa de uma casa para cada lote do núcleo colonial, foram construídas apenas casas em 23 lotes. Esse dado também foi confirmado pelo geógrafo Leo Waibel na visita técnica à colônia no ano de 1947: “só algumas casas residenciais já foram construídas” (WAIBEL, 1947, p. 22).

O contrassenso entre os dados foi justificado a partir de informações e registros iconográficos da constituição das habitações da colônia (Figura 23). Eram casas construídas pelos próprios colonos, de modo precário e com recursos extraídos da própria região, a partir da derrubada da parte florestal da colônia.

[50] Bernardo Sayão é afastado do cargo de administrador em 1949, através da comissão de inquérito instalada para investigação administrativa. Sayão responde por duas acusações: compra de ações da Companhia Hidrelétrica São Patrício – CHESP, um total de 580 mil cruzeiros de ações. E compra de uma lancha (Sayão, 1984). Havia também acusações, embora não comprovadas, que houve desvio de verba da colônia para sua propriedade particular (Fazenda Bolsão), localizado do outro lado do rio. (PESSOA, 1999).

Figura 23: Casa construída por uma família de colonos. Fonte: Faissol, 1952.

A casa demonstrada na imagem foi construída com madeira e cobertura vegetal no entorno imediato da área desmatada para plantio e cultivo agrícola familiar. Waibel (1947) afirma ser este o padrão das casas da colônia, o que reflete também a condição de vida das famílias ocupantes.

Na pesquisa realizada por Alírio Afonso, das 500 famílias pesquisadas apenas uma família possuía casa boa, 5% casas regulares (25 casas) e 70 a 80% viviam de forma precária. Dessas casas registradas, 2% possuíam filtro de água, 2% possuíam privada. Quanto à alimentação das famílias, 2% possuíam horta, 20% tinham acesso ao leite, 15% à carne e 25% a ovos.

Os índices apresentados pela pesquisa evidenciam uma drástica realidade dos colonos no meio rural que não é divulgada por algumas versões da história. A falta de moradia adequada, a alimentação precária, a não acessibilidade aos intens básicos de higiene, além do contágio a doenças endêmicas caracterísitcas do meio resultaram em alto registro de mortalidade dos colonos e uma baixa espectativa de vida; dos 566 nascimentos registrados no período da pesquisa de Alírio Afonso, 424 vieram a óbito antes de completarem 18 meses.

Já no núcleo urbano da colônia a condição de vida era diferente do meio rural. Havia acessibilidade aos serviços públicos médicos e ao comércio. Até mesmo a condição das edificações se distinguia do cenário retratado no parágrafo anterior, o que desencadeou um processo de desigualdades sociais no interior da colônia.

Nas mediações próximas à sede da administração, foram edificadas as primeiras residências em alvenaria: “a administração já forneceu aos colonos bonitas casas, feitas de tijolos” (WAIBEL, 1947, p. 24). Não foi revelado pelo geógrafo quem eram os proprietários das “Casas bonitas”, mas, conforme a pesquisa realizada, os funcionários administrativos e os que prestavam serviços à colônia residiam próximos à administração central, no alto do morro. É importante também revelar que hoje, na cidade de Ceres, a casa onde Bernardo Sayão morava, antiga sede administrativa da Colônia agrícola, está na localização onde concentram as casas de alto padrão da cidade, entre os setores São Francisco e Bela Vista.

3.3.2 Sobre os maquinários:

Assim como as casas, os instrumentos de trabalho agrícola não foram ofertados a todos os colonos como assegurava o Decreto-lei. A fala de Sayão, registrada pelo antropólogo Dos Passos que fazia viagem exploratória ao centro do país no período de construção da CANG, retrata a promessa de máquinas agrícolas para auxílio na produção dos Colonos: “ainda não estamos totalmente prontos para usar o maquinário agrícola. Nossas máquinas são as enxadas e os músculos dos homens” (Dos Passos, 2013. p. 86).

O problema registrado revela que os maquinários agrícolas destinados ao uso de todos os colonos não chegaram como fora prometido, permanecendo como força motriz os músculos dos trabalhadores e o canto das enxadas no solo. Contudo, a ausência de ferramentas para produção agrícola era solucionada pelo processo de venda nos comércios autorizados da Colônia.

Em entrevista realizada com o filho de um comerciante cerealista da CANG, Neiva (1984) aponta que, no comércio vendiam-se tecidos, arado, enxada, machado e produtos agrícolas. Esses produtos eram vendidos a alguns colonos que tinham recursos financeiros: “Alguns colonos traziam

dinheiro. Uns de minas vendiam a terrinha lá e chegavam aqui, ganhavam lote e tinham um dinheiro a mais para comprar implemento agrícola" (NEIVA, 1984, p. 121). Para outros que não tinham recursos era concedido crédito que seria pago com a própria colheita.

A expressão popular, "Em terra de cego quem tem um olho é rei", aplica-se a este contexto. Os colonos que possuíam recursos financeiros anteriores à colônia e podiam pagar pelas ferramentas de trabalho e insumos agrícolas produziam e vendiam mais do que outros colonos. Estes, por sua vez, ainda dividiam seus lucros com o pagamento dos créditos na "vendinha", acarretando uma desigualdade social entre os colonos já no inicio da organização da colônia.

3.3.3. Sobre o tamanho dos lotes

Segundo Waibel (1947), o processo político das Colônias Agrícolas Nacionais foi inspirado na ocupação do Oeste Norte-Americano, ocorrido em 1862, através da política denominada Homestead Act. Isto se deu através da concessão de terra às famílias norte-americanas, cujo tamanho variava entre 16 a 65 hectares para cada uma delas.

Waibel (1947) assim adverte:

> Que a terra seria dada de graça à gente pobre, é apenas uma modificação do princípio da homestead. Em compensação por estes benefícios, o pioneiro tem que se submeter a regulamentos estritos que lhe cerceiam consideravelmente a liberdade econômica (WAIBEL, 1947, p. 21).

O Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 é categórico quanto ao parcelamento dos lotes da colônia. Os lotes deveriam ter entre 20 a 50 hectares (Figura 24).

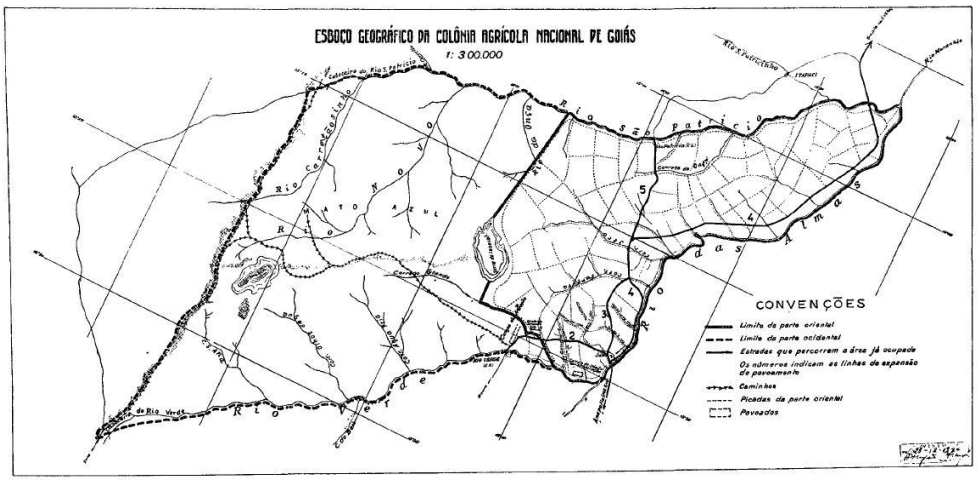


Figura 24: Mapa da Colônia. Fonte.: Waibel, 1947, p. 27

Com a intensa migração registrada através da evolução do número de colonos, como apresentado por Dayrell (1974), de dez famílias nos primeiros anos da colônia para 8.000 pessoas, em 1946, chegando a 29.522 em 1950, no fim da gestão de Bernardo Sayão. Foi determinado pela administração que, no atendimento ao crescente número de famílias que adentravam à colônia, o parcelamento dos lotes seria de 30 ha, correspondendo à média apresentada pelo decreto-lei (NEIVA, 1984).

Entretanto, em entrevista realizada com técnico-auxiliar de agrimensura da CANG, no dia 06 de junho de 2015, em pesquisa de campo na cidade de Ceres, foram revelados alguns valores desproporcionais ao parcelamento estipulado pelo decreto-lei:

> Quando o Dr. Sayão veio, era mata pura, ele ficava na casa deles. Sabe. E aí aqueles ele puxou o saco deles, ele deu foi fazenda, 50 alqueire. Aqui na saída teve um que ganhou 50 alqueire. Ganhou da Colônia. Parece que ele tinha um poder lá que ele fazia isso. Teve outro lá no palmital que ganhou 10 alqueire. É porque ele ficava lá na casa deles né. Agora para os outros né, que tinha que fazer ficha e que ele não ia para a casa deles, era só 4 alqueire e meio. Quem vinha de fora né, vinha gente de fora, mudava e vinha, e o pessoal fazia as ficha pra pegar os lote, habitava era dentro do mato, era 4,5 alqueire, só (Depoimento registrado no dia 06/06/2015, cidade de Ceres).

Ainda em consonância às informações prestadas pelo entrevistado, as áreas variavam de acordo com a distância da sede urbana da colônia, sendo diminuídas gradativamente da região mais distante para a mais próxima. Na conversão de valores de alqueire para hectares, informados pelo

entrevistado, 50, 10 e 4,5 alqueires, corresponde respectivamente a 242 hectares, 48,4 hectares e 21,78 hectares[51].

Esterci (1972)[52], por sua vez, confirma que devido a desajustes administrativos, sobretudo causados pela morosidade na demarcação dos lotes, houve áreas que registravam de 12 a 7 ha, áreas menores do que informado pelo entrevistado. Se os 50 alqueires, como divulgado pelo técnico em agrimensura, ultrapassam em quase cinco vezes o limite máximo de 50 hectares estipulado pelo decreto-lei, há que se convir que as informações prestadas por Esterci (1972) correspondem a quase metade do mínimo, de 20 hectares, definidos em decreto-lei.

Alguns pesquisadores, como Pessoa Dayrell (1974), Neiva (1984) e (1999), atribuem essas variações na dimensão dos lotes à própria redução da área da colônia. Se o decreto-lei estadual N° 3.704 de 4 de novembro de 1940 concede à união uma área de 250.000 ha, em 1946 houve uma retificação do Estado diminuindo a área para 106.000 ha, através do decreto N° 403. Na administração de Datis Oliva, posterior à de Sayão, foi registrado que a área total da colônia era menor do que informado, 94.523 ha. E então foi atualizado o mapa da colônia (Figura 25).

[51] O alqueire goiano equivale a 4,84 ha, que corresponde a 48.400 m².
[52] Neide Esterci (1972) é autora da dissertação de mestrado: O mito da democracia no país das bandeiras. No programa de Antropologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

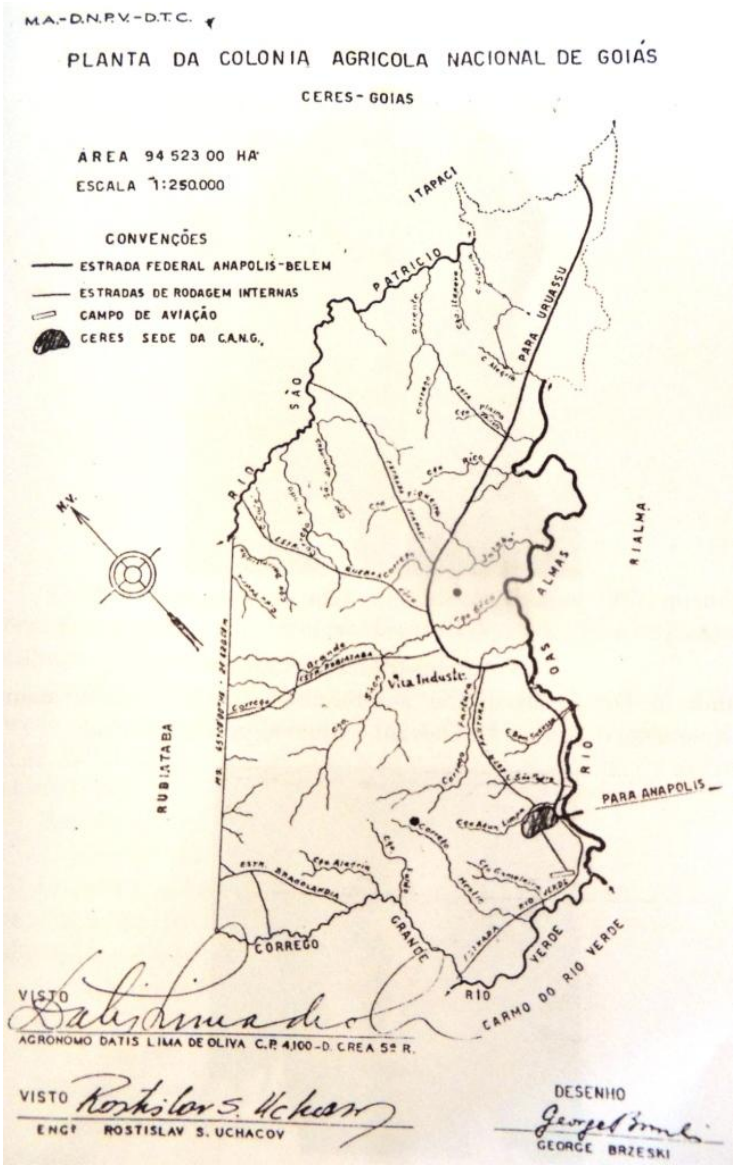


Figura 25: Planta atualizada da área total do município de Ceres. Fonte: Dayrell, 1974. Org.: Lucas Costa (2015).

Atribui-se a redução da área da CANG ao fato de que parte da área era propriedade privada, como é o caso dos irmãos alemães Helmuth e Freidmund Brockes, que possuíam terras registradas na área da colônia. A Gleba Helmuth, como ficou conhecida, tinha uma extensão de 4.000 alqueires na porção nordeste da CANG. Neiva (1984) revela que em 1949, já tinham sido instaladas 400 famílias na área. Em 1951, período de registro dos lotes da CANG, iniciado pelo administrado Datis Oliva, Helmuth Brookes reivindica a posse da área, onde se alojavam 1.000 colonos. Em 1955 Brookes foi indenizado pela justiça federal.

Durante a administração de Sayão, entre 1941-1950, foram demarcados 1.313 lotes e, na administração de Datis Lima de Oliva, entre 1951 – 1953 (data da emancipação da colônia) foram registrados mais 2.230 lotes. Para Neiva (1984), o processo de emissão de escritura e registro dos lotes doados pela colônia foi até 1974, e totaliza 3.996 lotes registrados (Figura 26).

Figura 26. Mapa do parcelamento das glebas rurais do município de Ceres, realizado em 1953. Fonte: Acervo OBS Agrimensura. Obs.: Ver na Figura 26 os detalhes do mapa. Org.: Lucas Costa (2015)

Se olharmos mais próximo do mapa, é possível verificar tanto a irregularidade do formato e do tamanho das áreas (Figura 27), quando as marcações no próprio mapa que indicam o remembramento das áreas menores em uma propriedade maior. Sobre esse processo, abordaremos no próximo tópico.

Figura 27: Divisão dos lotes da CANG. Fonte: Acervo OBS Agrimensura. Org.: Lucas Costa (2015)

3.3.4. Sobre indústria e cooperativismo:

Durante a pesquisa de campo, ao caminhar do núcleo urbano de Ceres para a zona rural, percorrendo os bairros mais afastados, ultrapassando o limite circular da Avenida Bernardo Sayão, encontramos mais algumas evidências de um passado histórico que remonta ao período da CANG, o que reitera a interpretação sobre os desajustes políticos e econômicos do processo de colonização e implantação do núcleo colonial.

De 1941, instalação da CANG, até 1953, emancipação de Ceres[53], o programa da colônia funcionou por 12 anos. Nesse período, conforme descrito por Sayão na publicação do Jornal O Anápolis do dia 28 de novembro de 1943, apresentada anteriormente, foram construídos alguns edifícios na colônia, como: escola rural, olaria, usina de açúcar, oficina, hospital, entre outros.

Das construções divulgadas pelo administrador, a única que continua em atividade sem alteração de uso é o Hospital Pio X, que compõe e reforça a representação de Ceres como cidade dos Médicos, uma herança da CANG. As demais construções reminiscentes do tempo da CANG sucumbiram pela força da natureza, evidenciando a latência do tempo sob as estruturas físicas em desuso (Figura 28).

[53] Pela lei estadual n° 767, de 04 de setembro de 1953, Ceres é elevado à categoria de município, sendo então desmembrada do município de Goiás.

Figura 28: Ruínas da CANG, Usina de Açúcar, Ponte, Olaria, Escola Rural. Fonte: Lucas Felício, 2015.

Sobre essa ocorrência, Santos (2006) sugere que a permanência dos objetos-artefatos no espaço materializado sob a forma de ruína, como estruturas físicas que foram modeladas em tempos anteriores, permite compreender as divisões anteriores do trabalho e os restos dos tipos de capital utilizados em suas combinações técnicas e sociais. A estas sobreposições residuais que anunciam as práticas de um tempo pretérito, o autor define pelo conceito de Rugosidade.

> Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2006, p.92).

Santos (2006) entende as rugosidades como reminiscências de um passado que se materializam no presente. Estas dimensões espaço-temporais, que se sobrepõem no processo de acumulação e supressão das formas

espaciais, evidenciam os modos de produção e as conjunturas sociais do que foram no passado e no presente não correspondem mais. Nessa perspectiva, as leituras das ruínas da CANG sugerem investigar quais foram as ocorrências do passado que influenciaram na desativação dos edifícios citados e que outrora foram enfatizados pelo administrador da colônia nas publicações do Jornal O Anápolis.

Sobre esse processo, vale questionar: As ruínas da CANG se desmoronaram sob a ação do tempo, ou se ergueram já como ruínas antes mesmo de serem construídas?

Para tentar responder esse questionamento, tomemos como exemplo o caso da Usina de Açúcar (Figura 29).

> Sayão saiu da estrada de cascalho, subiu uma colina e parou num morro coberto de vegetação diante de outro prédio inacabado, feito de um tipo de tijolo aparente. “Esta é nossa usina de açúcar. Enquanto esperamos pelo resto do maquinário, vamos usar os geradores para nos proporcionar luz e eletricidade” [...] (Dos Passos, 2013. p. 86).

Figura 29: Usina de açúcar. Fonte.: Acervo municipal de Ceres, 2015.

Em 1943, em publicação do Jornal O Anápolis, Sayão relata a construção da usina de açúcar que seria concluída no ano seguinte, em 1944:

> Nas proximidades da sede da Colônia será instalada uma das usinas do I.A.A. em Goiaz. Ela terá capacidade para 20.000 sacas de açúcar cristal e 10.000 litros diários de álcool motor, produzido na sua destilaria. Para isso estão sendo plantados pelos ocupantes cerca de 1.000 hectares de canas, na sua quase totalidade de variedades javanesas. Essa plantação deverá ficar concluída até janeiro próximo e a usina e destilaria montadas por todo o ano vindouro (JORNAL O ANÁPOLIS, 28 de novembro de 1943. Ano IX. N. 427).

Ainda em 1947, três anos após a publicação no Jornal O Anápolis, Waibel (1947) relata que o engenho de açúcar ainda estava em obra a partir da reutilização de peças antigas de engenho de Sergipe desmontado e mandado para a CANG pelo Instituto de Açúcar e Álcool (IAA). O geógrafo faz uma leitura positiva quanto à construção do edifício, como possível fonte de renda para os colonos, tornando a CANG "mais independente e que fornecerá recursos para a construção de outras indústrias" (WAIBEL, 1947, p. 22).

Mas, Dayrell (1974) relata que a construção da Usina de Açúcar foi o início da destruição da produção rural doméstica. Os pequenos engenhos dos colonos não conseguiam competir com a produção gerada pela Usina, o que interferiu para que a produção da colônia, aos moldes do que foi idealizado, rapidamente migrasse de uma expectativa de exportação para produção de subsistência.

As cooperativas de produção, venda e consumo, como descrito no Art. 9° do decreto-lei 3.059, atendiam mais aos interesses dos grandes proprietários da colônia do que os do pequeno agricultor. Para a autora, o sistema de comercialização da produção e, sobretudo, os lucros, não chegaram ao controle dos agricultores.

Em entrevista realizada no dia 07/06/2015 na cidade de Ceres, com antigo dono de mercearia, ele conta que

> Tinha uns turco aí e comprava tudo, aqueles que eles puxavam do carro de boi, da roça aí para eles sabe, tinha dia que você contava 10, 12 carros, tudo carregado de arroz, feijão, milho. [...] Aqui é uma região que deu arroz demais e feijão demais [...] É arroz, feijão, milho, algodão, as produção eles (turcos cerealistas de Anápolis) que compra, aqui não consumia mercadoria daqui não, eles que compravam aquilo tudo, aí vendia tudo (Depoimento registrado no dia 07/06/2015 na cidade de Ceres).

Questionamos: se grande parte dos lotes da colônia eram inferiores ao tamanho estipulado pelo decreto lei, como apresentado no tópico anterior,

quem eram os grandes proprietários que lucraram com a produção agrícola? (Figura 30). Sobre esta indagação, Neiva (1984) assim reporta:

> E tinha o caso dos sírios de Anápolis entrar em açodo com esses colonos de mais recurso, que passavam a funcionar como intermediários deles, comprando a produção dos pequenos. Não vê o que foi acontecendo? Muito colono acabou saindo, vendendo a posse. E outros foram desde esse tempo anexando lote, aumentando... (NEIVA, 1984, p. 152).

Nas duas imagens a seguir, registros do acervo fotográfico do IBGE, temos a evidência da ação do intermediário comprando a produção de grãos de um colono.

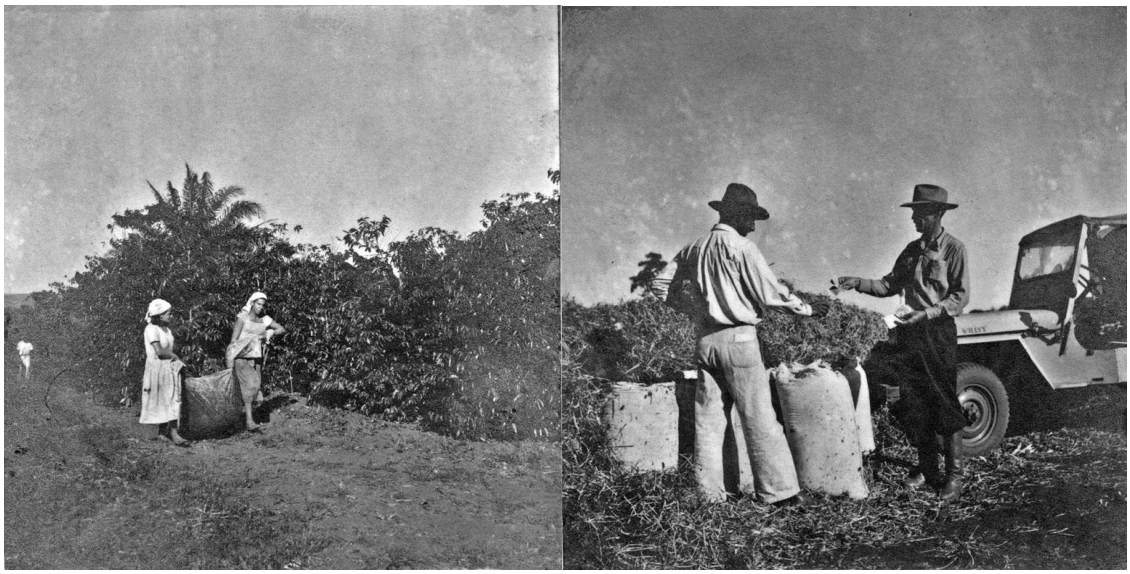


Figura 30: Imagens produção da CANG, colono vendendo produção a intermediário. Fonte.: IBGE, 2014

As propriedades distribuídas pelo cadastro da CANG foram gradativamente desaparecendo e incorporando a outras propriedades. A lógica de subsistência para as propriedades com tamanho menor que 20 ha era revertida em lógica de mercado imobiliário, isto é, quando aglomeradas a outras propriedades rurais, evidenciavam tanto uma prática de especulação quanto de alteração da própria economia produtora rural. Neiva (1984) apresenta que

> Desde o início da Colônia foram feitas inúmeras transações de transferência e venda da posse de lotes, processo do qual a Administração tinha conhecimento mas que fugia ao seu controle [...] 'A dificuldade era grande e aí aparecia um forasteiro sabido e com dinheiro, dizia: quanto você quer? Dou tanto. Vendia, ia embora' (NEIVA, 1984, P. 89, 90).

Nesses termos também se inverte a lógica do sentido da CANG aos trabalhadores que migraram para Goiás. O que inicialmente representava para os colonos a busca de uma possibilidade de melhoria de vida, aos poucos a colônia também foi ponto de partida, seja na viagem de volta às cidades de origem ou para outras localidades.

O manifesto camponês, 23 de maio de 1951, através do relato da camponesa Olites Tomaz Tibúrcio, demonstra ser uma luta desigual entre o camponês em relação aos intermediários e comerciantes:

> e assim como nós inúmeras outras famílias de Minas, Bahia, Ceará, enfim, dos quatro cantos do País, entramos nessa mata, andando pelos caminhos das cutias, dos tatus, das antas e das onças, carregando feixes de palha de arroz para fazer rancho, carregando a mudança na cacunda. Passamos uma vida de cachorro, comendo mal, andando descalços [...] Mas o que vimos foi uma luta, uma miséria e exploração. Arroz nas mãos dos colonos não tem preço. [referência aos cerealistas de Anápolis] (NEIVA, 1984, P. 161).

Pelo exposto, consideramos que, se imprensa reportava os “louros” grandiosos e vitoriosos da conquista do Oeste brasileiro, aos trabalhadores nacionais cabia a obediência, o silêncio e a disciplina que, sob o título de exploradores-Colonos, são convencidos da coparticipação do avanço das fronteiras econômicas da nação, mesmo que à custa da exploração da mão de obra dos Nacionais. Acrescete-se que não contavam com um porta-voz a quem divulgar os relatos internos, com a imprensa controlada pelo Estado, ilhados no interior das fronteiras físicas da Colônia:

A denúncia veio a público em 10 de janeiro 1951, via União Camponesa de Goiaz, com publicação no jornal do partido comunista, “O Estado de Goiás”, publicado em Goiânia. Pudemos abstrair de Neiva (1984) a seguinte publicação:

> Se o Governo fizesse com os brasileiros o que faz com os imigrantes italianos, os colonos não passariam tanta fome e necessidade. Mas o Governo é um pai generoso com os ‘gringos’ e miserável carrasco com os colonos. Os imigrantes têm de tudo: remédios, médicos, hospital, ferramenta para lavoura e comida. Os brasileiros, o que é que tem? Só têm o direito de aprender a viver dentro das matas, de passar fome, de vender por ninharia os nossos cereais. (NEIVA, 1984, p. 159).

Em maio de 1951, dez anos após a criação da CANG, na página Camponesa do mesmo jornal, fez-se uma chamada pública para união e reivindicação dos colonos “Manifesto aos camponeses da CANG”:

> Camponeses, passamos o ano inteiro trabalhando em nossas roças debaixo do sol e da chuva, sofrendo maleita e outras doenças. Não recebemos nenhuma ajuda da administração da Colônia, nem do Governo nem de ninguém. Não recebemos máquinas, ferramentas, sementes, remédios, não temos crédito [...] Nosso arroz não dá nem para pagar os empréstimos aos tubarões e armazenistas. Nosso produto, que custou nosso suor e nossa saúde não tem preço [...] Camponeses, vamos parar um pouco a nossa labuta nas roças e pensar nisso tudo [...] Se a administração da Colônia e o Governo não nos ajudam, o que devemos fazer para arranjar financiamento para nossas roças e não deixar que nossos filhos morram na guerra? Camponeses, o único jeito é nós nos ajuntarmos, nos unirmos dentro de nossas ligas ou irmandades [...] Esse é o caminho, irmãos lavradores. Da Diretoria da União dos Camponeses de Goiaz (MANIFESTO AOS CAMPONESES DA CANG apud. NEIVA, 1984, p. 159-161).

Geraldo Tibúrcio, em busca de apoio e união dos camponeses, propõe uma peregrinação pela colônia e encontra ações dispersas de outras frentes de mobilização política de camponeses que distribuíam abaixo-assinados reivindicando melhorias internas, sobretudo, atendimento às famílias e ao camponês. A mobilização camponesa, embora ainda censurada, ganhou força dentro da CANG com a criação de um jornal local em 1953. Com o título de “Ranca Toco”, as impressões eram feiras em um mimeógrafo escondido em um paiol[54], na área rural da colônia, sendo Rui e Geraldo Tibúrcio os editores dos manifestos (NEIVA, 1984).

As principais reivindicações camponesas eram contra os arrendos[55], garantias dos preços por produto, estímulo à união dos camponeses e, por meio do jornal, ocorrência de denúncias contra o sistema imposto pela administração ao trabalho dos colonos, que não ofertava as condições mínimas de permanência na colônia como fora prometido.

Os depoimentos apresentados corroboram a especulação que estabelecemos no capítulo 2 sobre a constituição do sistema disciplinar. Se, para Foucault (2013), a disciplina, que neste trabalho corresponde às normas

[54] Paiol ou Túia é uma construção simples de madeira ou alvenaria característica em fazendas para armazenamento de mantimentos e ferramentas de uso no campo.

[55] Os arrendos correspondiam à locação de terras para produção que alguns colonos faziam de outros proprietários de terra da colônia. O acerto era feito como “produção de meia”, isto é, tudo o que fosse produzido pelo locatário e revertido em lucro deveriam ser dividido ao meio com os donos da propriedade, que por sua vez compravam as terras de colonos e aumentavam suas glebas de terra, alugando para terceiros (NEIVA, 1984).

coercitivas impostas pela administração da colônia, atende o modo de produção capitalista, os corpos moralizados e obedientes são expressões do que convem à economia, tornando tão mais útil quanto produtivo do que um corpo imoral, incapaz. Foucault (2013) revela a ação da disciplina como elo coercitivo entre o aumento da aptidão em detrimento da dominação: “Foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’” (FOUCAULT, 2013, p. 131).

O movimento dos colonos contra o processo instaurado de compra e venda dos lotes e a desigualdades de benefícios dentro da colônia não foram suficientes para impedir a especulação. Constituiu-se de dois vetores de pressão, quais seja: a ação impulsionadora do estado que não oferecia aos colonos o que fora prometido (casa, comida, trabalho) e a ação do capital especulativo que se aproveitava da situação para oferta de compra dos lotes. Ao centro temos os próprios colonos, comprimidos até serem expurgados da colônia.

Os dados apresentados por Pessoa (1999) apontam que, em 1980, as propriedades com vinte ha. representavam ¼ do que era em 1960 e, conseqüentemente, elevou-se a quantidade de áreas superiores a 100 ha. Se atualizarmos os dados de cadastro rural realizado pelo INCRA 2003, das propriedades entre 20 a 50 ha, que correspondem ao decreto-lei de distribuição de lotes da colônia, restaram 613 pequenas propriedades registradas no município de CERES que, somadas, ocupam uma área de 13.218 ha, média de 21,56 ha por estabelecimento rural.

As pequenas áreas da CANG na região de Ceres, ao serem incorporadas a outras, registraram a ocorrência de 59 médias propriedades que somadas correspondiam a 8.288 ha, média de 140,47 ha por propriedade e 3 grandes propriedades que, somadas, ocupavam uma área de 1.368 ha e uma média de 456 ha por propriedade (Tabela 5).

Ao acrescentar os dados do município de Nova Glória[56], área pertencente à CANG antes da emancipação, em um total de 600 pequenas propriedades a somatória das áreas é correspondente a 14.336 ha, enquanto as grandes propriedades, somadas, ocupam 10.161 ha. distribuídas em 18

[56] Em 1982 pela Lei Estadual n° 8.842, de 10 de junho de 1980, é desmembrado do município de Ceres uma área de 402 Km², transformado no Município de Nova Glória.

imóveis. As pequenas correspondem a uma área média de 23,89 ha por lote, enquanto as grandes possuem em média, por estabelecimento rural, 564,5 hectares (Tabela 5).

Para sintetizar a informação dos imóveis cadastrados pelo INCRA que correspondem à área da CANG entre os dois municípios, ver tabela a seguir:

Imóveis Rurais Cadastrados (INCRA) – Ceres + Nova Glória	Quantidade	Área total correspondente (ha)	Média de área por propriedade (und/ha)
Pequena	1213	27.554	22,71
Média	126	14.687	140,37
Grande	21	11.529	549,00
Total	1360	53.770	

Tabela 5: Imóveis cadastrados do INCRA (2003). Org.: Lucas Felício, 2016.

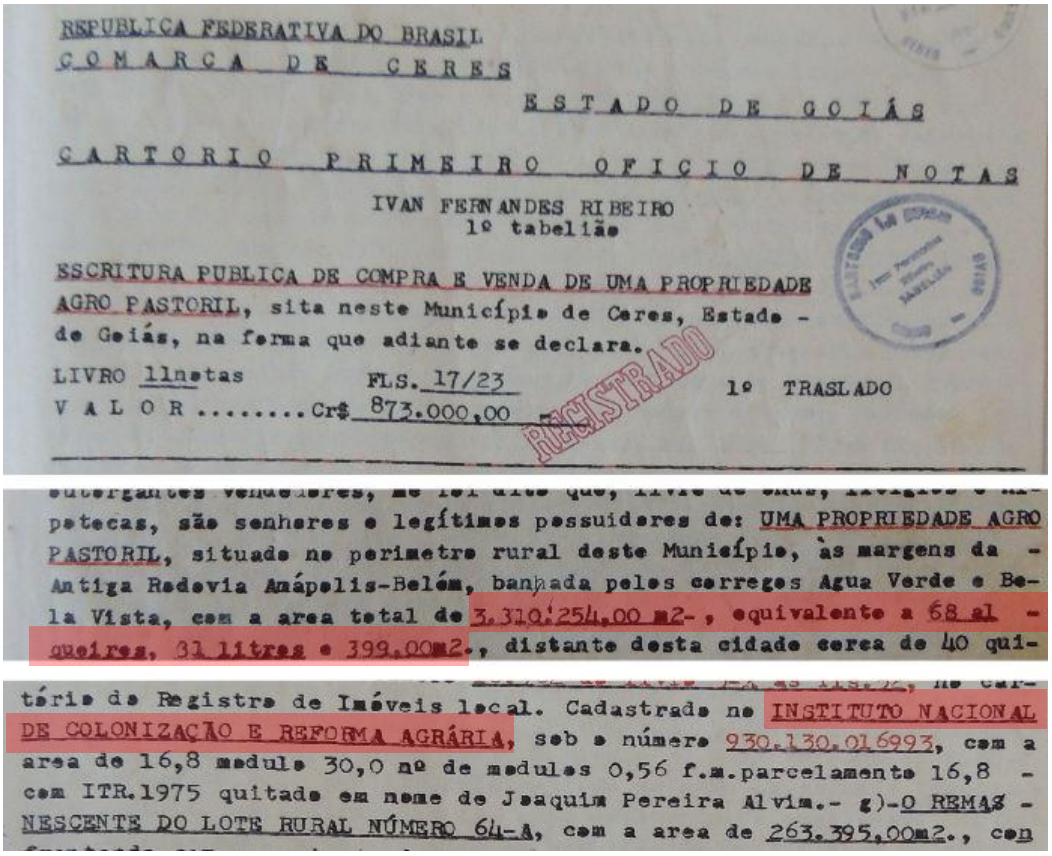
Desconsiderando as variáveis do tamanho de cada lote e somado o número de propriedades rurais dos municípios de Ceres e Nova Glória, poderíamos apresentar os mesmos dados do seguinte modo: dos 27.554 hectares de terra distribuídos pelas 1213 propriedades, formam uma média de 22,71 hectares por propriedade. De certa maneira, isto se aproxima dos dados apresentados pela CANG, mas, quando compararmos as grandes propriedades, a razão amplia para uma média de 549,00 hectares por propriedade, isto é, aproximadamente 24 vezes maior que o número registrado nas pequenas propriedades.

Consideramos interessante buscar os dados referentes ao município de Rialma que, embora tenha participado diretamente do programa de distribuição de terras da CANG, registram alta concentração fundiária em poucas propriedades. Os dados do INCRA (2003) apontavam que, no município, havia 147 pequenos estabelecimentos rurais que, somados, compreendiam uma área de 3.684 ha, média de 25,06 ha por propriedade, Ao

todo eram 15 grandes unidades rurais que, juntas, ocupavam uma área de 14.178 ha, média de 945,2 ha.

Os dados do município de Rialma demonstram que a área das grandes propriedades, média de 945,2 ha, era superiores à área dos estabelecimentos rurais registrados no município de Ceres. O que poderia indicar duas possibilidades: ou a instalação da CANG impulsionou também o processo de compra e venda de propriedades rurais do outro lado da ponte, ou o município respondia ao padrão registrado nas áreas rurais do Estado, ou seja, grandes latifúndios distribuídos em poucas unidades fundiárias.

A disparidade encontrada entre as informações apresentadas nos instigou a pesquisar pelo nome dos grandes proprietários de terra no município de Ceres e Rialma. Consulta realizada em junho de 2015 ao 1° Cartório de Imóveis de Ceres (Figura 31) assim evidencia: além da dificuldade ao acesso às informações oficiais, grande parte dos imóveis da cidade de Ceres, tanto rurais quanto urbanos, são propriedades de poucas famílias pioneiras “famosas” da cidade, cujo sobrenome também está estampado em grandes empreendimentos comerciais, hospitalares e escritórios prestadores de serviços.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CERES
ESTADO DE GOIÁS
CARTORIO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS
IVAN FERNANDES RIBEIRO
1º tabelião

ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA DE UMA PROPRIEDADE AGRO PASTORIL, sita neste Município de Ceres, Estado de Goiás, na forma que adiante se declara.

LIVRO 11notas FLS. 17/23 1º TRASLADO
V A L O R ..... Cr$ 873.000,00

REGISTRADO

petecas, são senhores e legítimos possuidores de: UMA PROPRIEDADE AGRO PASTORIL, situado no perimetro rural deste Município, às margens da Antiga Rodovia Anápolis-Belém, banhada pelos corregos Agua Verde e Bela Vista, com a area total de 3.310.254,00 m2-, equivalente a 68 alqueires, 31 litros e 399,00m2., distante desta cidade cerca de 40 qui-

tório de Registro de Imóveis local. Cadastrado no INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, sob o número 930.130.016993, com a area de 16,8 modulo 30,0 nº de modulos 0,56 f.m.parcelamento 16,8 - com ITR.1975 quitado em nome de Joaquim Pereira Alvim.- g)-O REMAS - NESCENTE DO LOTE RURAL NÚMERO 64-A, com a area de 263.395,00m2., con

Figura 31: Escritura de compra e venda de imóvel rural. Fonte: 1° Cartório de Ofícios de Notas – Ceres. *Grifo nosso*. Foto: Lucas Felício (2015).

Os três fragmentos indicam a escritura pública de compra e venda de uma propriedade rural realizadas no ano de 1976 que indica a área de 68 alqueires, 31 litros e 399,00 m², o equivalente a, aproximadamente, 331 ha. No terceiro fragmento foi grifado que a área total do imóvel é corresponde a um conjunto de propriedades cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A escritura total possui cinco páginas; em três são registradas as transferências realizadas até a data de 1976 e as respectivas áreas de cada lote que foram se aglomerando.

Durante a pesquisa de campo, em entrevista realizada com um empresário, dono de renomada concessionária de tratores e máquinas agrícolas, quando questionado sobre o processo de compra e venda de lotes da CANG, assim informou: “O sujeito que recebe o terreno dado, ele não dá valor, eles todos venderam. O limite máximo aqui era 6 alqueires, máximo que teve aqui foi isso” (Depoimento registrado no dia 06/06/2015, na cidade de Ceres).

A entrevista encerra com um telefonema do empresário para um radialista local, para anunciar a venda de uma chácara de seis alqueires em Nova Glória e que poderiam tratar com ele mesmo.

Observamos, através da compilação dos dados do INCRA (2003) e dos depoimentos registrados, tanto em pesquisa bibliográfica quanto em pesquisa de campo, que em 12 anos de funcionamento da colônia e posterior à emancipação, os minifúndios paulatinamente voltaram a ser grandes propriedades. As terras federais “devolutas” foram aos poucos e indiretamente vendidas a latifundiários. As matas que restaram do vale de São Patrício na região de Ceres e Rialma, hoje compartilham espaço com o deserto das pastagens para produção de gado. A produção que era exclusivamente agrícola agora é mesclada com a pecuária extensiva.

E a cana, que durante o período da colônia parou sua produção sob escusa de ser dispendioso o transporte à usina, foi à ruína em poucos anos de funcionamento, hoje é fonte primária da produção sucroalcooleiro do município. Inverte-se a lógica de produção, mas mantem-se o mesmo modo: o benefício de poucos à custa de muitos, sejam colonos, barranqueiros ou trabalhadores assalariados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca da constituição dos estigmas urbanos, tendo como objeto de análise as cidades de Ceres e Rialma, é uma ação que engendra um conjunto de inflexões. Estas permitem apreender os desdobramentos dos estigmas no que simulam o movimento de uma ponte, nas idas e vindas, na dialética de ser piso e caminho e de estar sobre, fertilizando entendimentos das relações entre Poder, Memória e Estigma.

Ao percorrer as ruas de Ceres e Rialma, em uma ação *flaneur,* pude conhecer duas cidades. No entrocamento de suas ruas, estreitas e tortas em Rialma, retas e objetivas em Ceres, as histórias se intercruzavam na memória coletiva mantenedora de estigmas, mas também em memórias individualizadas, definidoras de outras versões e entendimentos de processos estigmatizantes. O passado inscrito na paisagem é materializado na cultura e no cotidiano dos lugares, nas formas urbanas herdadas em tempos pretéritos que se amontoam às novas, evidenciando a atemporalidade das tramas políticas e socioeconômicas.

Esta pesquisa trilhou por caminhos de esquivas e especulações, ora no desvio à profusão da luminosidade dos dados estatísticos e históricos, ora no empenho da busca e seleção de informações não contempladas pela "história oficial". Baseamo-nos muitas vezes em um jogo de abstração e leitura às avessas das informações, sempre questionando as "verdades" construídas e a quem interessa a manutenção e profusão destas versões contadas em livros, periódicos e reproduzidas pelos grupos hegemônicos.

Os caminhos percorridos, nem sempre lineares, permitiram-nos conhecer uma opacidade não revelada e, sob essa opacidade, descobrir histórias escondidas, silenciadas pelo não-dito, encobertas por forças de poder na manutenção do *statuos-quo*. A leitura às avessas possibilitou-nos trocar de cegueira, desvelar tensionamentos camuflados pela própria profusão da luminosidade, atenuando temporarialmente a invisibilidade do que poderia ser muitíssimo visível.

Ao "perder tempo" ganhamos espaço (CARERI, 2015) nas ruas, entre becos e avenidas, no centro da ponte. Em posse de lápis e caderno anotávamos as impressões deste pesquisador-flaneur e, após, as

comparávamos com as referências do pesquisador-voyer. Algumas impressões permaneceram confessas apenas às linhas do diário de campo, outras foram registradas em áudio, fotografia, mapas. No caderno: nomes, lugares, números, promessas de informações, telefones, contatos, desenhos, mapas esquemáticos, registros particulares que acompanharam a trama desta dissertação. Na bagagem: textos, teses, dissertações, livros, revistas, documentos, literatura, filosofia. No intercruzamento: as tensões, registros de luta por uma hegemonia da cidade, pelo poder, transcrito em histórias oficias que se sobrepõem às clandestinas, subjacentes, escondidas, invisibilizadas. É aí que o estigma se propaga, ganha força e estabilidade na reprodução, tornado-se coletivo.

Aonde a ação de flanar não alcançava, seja no campo físico ou virtual, nos transfiguramos em pesquisador Voyeur, observando do alto, lendo o que se inscrevia no território, buscando referências de tempos pretéritos para complementar leituras do presente. As tensões entre os dois campos de análise nos permitiram apreender duas cidades que buscam nas referências históricas sentido de perpetuação das forças dominantes.

Ao longo do trabalho percebemos que, embora conectados por uma ponte, são as regras que criam e estruturam o muro. Por meio das regras impede-se, sistematicamente, que o muro entre os dois mundos seja derrubado. A ação do homem sob a natureza territorializou espaços antes unidos por um rio, agora separados por uma muralha. Dos reflexos da água do Rio das Almas, espelhos de ambiguidades, sob uma ação coercitiva que definiu os que seriam dominados do lado de dentro ou de fora do muro. As pontes que, ao longo da história, uniram fisicamente Ceres e Rialma, incitaram caminhos avessos que resultaram hoje na estratificação de situações calcadas desde o início da organização socioespacial das cidades.

Os muros, seja no contexto da idade média apresentado por Foucault (2012) ou nas histórias alegóricas, representam muito mais que a visão romântica de buscar o amor proibido do outro lado da ponte. Suscitam a reflexão do porque se instituirem os dois lados: o que é permissivo e o que é proibido, quais as implicações políticas e as econômicas tornaram-se retroalimentadoras da necessidade e interdependência entre as duas cidades, seja na oferta da mão de obra barata seja na busca por subsistência.

No início da construção deste trabalho, a discussão partiu de um estudo dos estigmas urbanos baseado na leitura crítica da história reproduzida pela população ceresina e rialmense. Ao remontar aos fragmentos, aparecem como evidência a prostituição e o estigma da Rua 16 como um dos aspectos que fundamentam a alegoria e suscitam no imaginário da população as referências ao passado, materializadas no contexto do presente com base na construção da memória coletiva. Mas, ao aprofundar a leitura crítica do processo identificado, tendo como suporte teórico a leitura de Foucault (1992, 2008, 2012, 2013) e Benjamin (1981/7, 1994, 2011), foi possível apreender o seguinte: por trás da reprodução da história como alegoria esconde-se uma ação de poder que parte da intenção de se estabelecer, por meio da estigmatização, fronteiras territoriais e sociais entre as duas cidades, ceresinos/colonos e rialmenses/barranqueiros. Nesse sentido, reproduzir o estigma é reforçar a construção histórico-identitária da população.

Nesses termos, a figura da prostituta surge como coadjuvante de um tensionamento social. A reprodução não mais atende por um personagem, mas têm significações políticas, sociais, econômicas, morais e religiosas. Tais significações estão calcadas, desde o princípio, nas relações de domínio e subordinação das duas cidades, isto é, o quê de uma cidade pode ser ofertado para a manutenção da outra. Apreende-se, portanto, o estigma como uma ação retroalimentadora. Esta remonta ao próprio sentido de fundação das duas cidades como parte de um planejamento estratégico da política de estado, na promoção do desenvolvimento econômico nacional, através do programa de Marcha para o Oeste do governo de Getúlio Vargas em 1941.

O estigma, nessa perspectiva mais ampla, está pautado na própria exploração da mão de obra dos trabalhadores nacionais. Ao delimitar critérios de beneficiamento de terras do programa da CANG, sendo ofertada uma quantidade de lotes menor e desproporcional à propaganda do DIP, cria-se uma população excedente que permanece na espera, do outro lado do rio. São os servos do acaso, de uma estratégia de produção da pobreza em prol de uma fabricação de riqueza. Compreendemos igualmente que o estigma, muito além de uma reprodução histórica de um imaginário coletivo, atua como produto de uma ação política estratégica que define os grupos “de dentro” e de “de fora”. No que concerne à constituição política em prol do desenvolvimento

econômico nacional, compreendemos que, nessa direção, Rialma foi tão planejada quanto Ceres.

Ao buscar respostas para a questão central do trabalho que relacionam as situações socioeconômicas estratificadas do presente da cidade de Ceres e Rialma, como produto de uma construção do passado, entendemos que o fio que as une, muito além da ponte, é uma relação de comensalismo estabelecido desde o primeiro momento fundacional das duas cidades. A sobrevivência de uma cidade dependeria da outra, desde a subserviência dos empregados até a oferta de serviços, ocorrendo uma interdependência instaurada que promove a dinâmica socioeconômica das duas cidades. E se a perpetuação do estigma, a partir de referências alegóricas do passado, ainda assombra o presente, a diferenciação identitária parte, sobretudo, de uma ação para manter a estrutura social do passado com vistas a sustentar a dinâmica da economia do presente. Por exemplo: a rede de serviços atribuída ao campo da saúde, como apresentado no capítulo 1, cria um meio de reprodução contemporânea das formas de poder pretéritas, sustentadas pelo próprio exercício da profissão e de seus agentes - médicos, políticos, ricos, latifundiários.

Ao longo do trabalho tecemos algumas categorias de análise para referenciar as cidades de Ceres e Rialma. Embora se apresentem como dicotômicas, optamos pela referência à leitura de imagens especulares, isto é, parte de um tensionamento entre as imagens que permite uma abstração das relações de subjetividades. Adotar e empregar as referências dicotômicas atribuídas às cidades seria um contracenso ao entendimento do processo de formação dos estigmas urbanos. Diferentemente da ação de gerar oposições, a ação especular permite uma leitura do intermédio, ou seja, o que está entre imagens refletidas pelo espelho, uma leitura a partir da ponte.

Ora a partir da leitura de campo, ora a partir de uma ação hegemônica de atribuir valor e sentido às próprias cidades e à população, pudemos apreender uma lista de imagens especulares calcadas em “verdades” e disparadoras de estigmas. Por exemplo: domínio e subordinação, formal e informal, rica e pobre, luminosa e opaca, ordenada e desordenada, alegoria e ruína, subsídio e abandono, moralismo e devassidão.

A profusão de categorias de análise trazidas nesta lista foi identificada no próprio trajeto de leitura e de vivência da pesquisa de campo. O tensionamento das ações permitiu apreender as análises, não enquanto relações opositoras, mas enquanto situações imbricadas e retroalimentadoras. Som esse olhar, a ponte assume uma imagem subjetiva que se conecta em meio às referências dicotômicas.

A possibilidade de desconstrução do estigma parte de uma ação que compreende o Rio das Almas, não enquanto fronteiras entre Ceres e Rialma, mas como elemento que conecta as duas cidades. Logo, há uma "barranca" dos dois lados do rio. Faz-se pertinente uma compreensão dialética que suscita a reflexão sobre a política da Marcha para o Oeste, compreendendo que tanto Ceres quanto Rialma são frutos amargos de uma política que absorve a mão de obra para exploração. Essa compreensão implica, não apenas o sentido desbravador de terras devolutas, mas também a expropriação da mão de obra dos corpos e dos sonhos dos sujeitos nacionais "reconhecidamente pobres", que corresponde a uma estratégia e política pautadas na relação de domínio e subordinação. Essse cenário comporta o testemunho de uma ação específica do governo de uma época, que utilizou estratégias entusiásticas e ufanistas para sedimentar, ainda mais, relações de extrema desigualdade camufladas de desenvolvimentismo distributivista e igualitário.

Embora a "barranca" seja intencionalmente escondida por versões de uma história oficial e por uma profusão de luminosidade, ela é hegemonicamente reproduzida e lembrada por histórias subalternas de uma cidade posta a servir. Compreende-se que a própria ação estigmatizante parte de uma estratégia cujo empenho promove a luminosidade intensa a partir de uma opacidade do entorno.

No decorrer desta pesquisa, alguns questionamentos levantados no início do trabalho foram atendidos, outros permaneceram latentes, criando campos de possibilidade para pesquisas futuras. Por exemplo, explorar as relações econômicas estabelecidas entre os cerealistas anapolinos com os intermediários da CANG na perspectiva da conversão dos minifúndios em latifúndios; aprofundar pesquisas sobre a relação entre a criação da CANG, como primeiro núcleo colonial, em comparação com outras Colônias Agrícolas Nacionais subsequentes e os núcleos urbanos que se desenvolveram nas

proximidades em detrimento das colônias. Enfim, há campo disponível e questões abertas para serem exploradas.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série, Vol. XIV, Porto: 1998, p. 77-97.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994

_____. **Origem do drama trágico alemão** / Walter Benjamin; edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Obras Escolhidas.** Vol. 1. Magia e Técnica, arte e política Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987

BRITTO, Pedro Dultra. **Biopolíticas e processos de subjetivação:** episódios de natureza celibatária, ruína e utopia na cidade / Pedro Dultra Britto. 2013. 178f. : Il

BRASIL, **Decreto-lei N. 2.009**, publicado em Diário Oficial em 9 de Fevereiro de 1940. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 3.059**, publicado em Diário Oficial em 14 de Fevereiro de 1941. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 3.071**, publicado em Diário Oficial em 21 de Fevereiro de 1941. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 4.154**, publicado em Diário Oficial em 06 de Março de 1942. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 5.941**, publicado em Diário Oficial em 28 de Outubro de 1943. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 6.882**, publicado em Diário Oficial em 19 de Fevereiro de 1941. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BRASIL, **Decreto-lei N. 37.388**, publicado em Diário Oficial em 25 de Maio de 1955. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br> Acessado em: 05/01/2015

BOTTOMORE, Tom – **Dicionário do Pensamento Marxista**. Título original: "A dictionary os Marxist Thought", Ed.: Jorge Zahar Editor, 1988, Rio de Janeiro. RJ.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.

BOSSI, Ecléia. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos**.** 3ª edição. São Paulo, Companhia das letras. 1994

CALLADO, Antônio. Bernardo Sayão: Vida e morte do Bandeirante. **Revista Visão,** São Paulo. 6 de fevereiro de 1959. Disponível em: WWW. Brazilia.jor.br, acessado em: 31/08/2015.

CAMPOS, Luciano Rodrigues. **Ceres:** olhares sobre sua trajetória: contexto histórico e atualidade; da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, ao momento presente**.../** Luciano Rodrigues Campos, Leandro Borges Teixeira. Goiânia: Kelps, 2011

CAMPOS, Francisco Itami. Saúde pública: a medicina e a política. Goiânia, 1994.

CARERI, Francesco. **Walkscapes. O Caminhar como prática estética**. Editora GG, 2015.

CASTILHO, Denis. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás:** território em movimento, paisagens em transição. (Dissertação de Mestrado defendida ao Instituto de Estudos SocioAmbientais, UFG) – Goiânia, 2009.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis** / Italo Calvino; tradução de Diogo Mainardi – Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CERTEAU, Michel de. ***A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer***, Petrópolis: Editora Vozes, 1994

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

CNES. Banco de dados DATASUS. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp>. Acessado em: 20/08/2015

CREMESP. Conselho Regional de Medicina de São Paulo, índice número de leitos por habitante. Disponível em: http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=CentroDados&acao=detalhes_capitulos&cod_capitulo=4 Acessado em: 20/08/2015

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás:** análise de uma política de colonização. 1974. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** Capitalismo e Esquizofrenia, São Paulo: Editora 34, 2007

_____. **Diferença e Repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____. **Lógica do Sentido.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1988

DELEUZE, Gilles. **Foucaut.** / Gilles Deleuze; 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA MITOLOGIA GREGA: <http://demgol.units.it/pdf/demgol_pt.pdf> ACESSADO EM: 24/04/2015).

D.I.P. – Departamento de Imprensa e Propaganda. **As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador brasileiro.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1941

DOS PASSOS, John. **O Brasil em movimento** / John dos Passos, São Paulo: Saraiva, 2013

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.** 1975. Ed. Afrontamento.

FAISSOL, Speridião. Que é colonização? In.: **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XIV, n. 3, Julho-setembro de 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1952

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio Século XXI:** O minidicionário da língua portuguesa. 5ª Ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na idade clássica. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos; 61 / dirigida por J. Guinsburg).

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. *Vozes, Rio de Janeiro. 2013*

_____. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, [1979]. São Paulo. 2008.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREITAS, Elizete Albina Ferreira de. **A vida em flor de Dona Beja [manuscrito]:** entre ficção e a história. Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Letras da UFG, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma –** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Trad.: Mathias Lambert, data da digitalização: 2004, Data da publicação original: 1891

GOLÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia:** Uma modernidade possível / Alexandre Ribeiro Golçalves – Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. 177 p. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 10).

HALBAWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 2006

HISTÓRIAEHISTÓRIA. **O Engenheiro Saturnino de Brito e o Urbanismo sanitarista.** Disponível em: < http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435 > Acessado em: 22/08/2015.

IBGE - IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Ano 2010, 2012. Disponível em:

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=52&search=goias. Acessado em: 05/01/2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Goiânia.** Rio de Janeiro. 1942.

INDEXMUNDI. 2011. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/map/?v=2227&l=pt> Acessado em: 20/08/2015

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEAL, Nair (org.). **Memórias e Depoimentos.** Goiânia: Gráfica e Editora América LTDA. 2008

LLOSA, Mario Vargas. **Pantaleão e as visitadoras.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S/A. 1973.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. – "How we know the past", in. The Past is a Foreign Country. 7ª reimpr. Cambridge University Press. 1995, trad. Lúcia Haddad.

LOWELL, Joan. **Terra prometida.** São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

MPGO – Ministério Público de Goiás. Análise do quantitativo de médicos no estado de Goiás. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/33/docs/analise_do_quantitativo_de_medicos_no_estado_de_goias.pdf > Acessado em: 20/08/2015

NEIVA, Ivany Câmara. **O outro lado da Colônia:** Contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 1984. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas) Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

NEPOMUCENO, Edvaldo. **A gênese de Rialma em versos e prosa.** Goiânia: Kelps, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Editora Ática S.A., 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **A força do passado.** Nem tudo que é sólido desmancha no ar In Sarah Feldman e Ana Fernandes (Org.) O urbano e o

regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões e conflitos, Salvador, EDUFBA, 2007.

_____. Homens lentos, Opacidades e Rugosidades. In: **Revista REDOBRA,** N. 9, ano. 2012. Sessão: O debate. p. 58. Editora: UFBA, 2012.

OECD. OECD Library. Número de leitos por habitante índice países. Disponível em: < http://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264183896-en/03/05/index.html?contentType=&itemId=/content/chapter/9789264183896-32-> Acessado em: 15/08/2015

PAUL, Ricoeur. **A memória, a história, o esquecimento** / Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007

PENERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Ed. Universidade de Brasília, 2007, Coleção: Arquitetura e Urbanismo – p. 139

PENIDO, Stella da S. T. Duas Faces da História como Ruína. In, O que nos faz pensar, n° 5, Novembro de 1991.

PESSOA, Jadir de Morais. **A igreja denuncia e o silêncio do Fiel.** Campinas: Editora Alínea, 1999

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.** – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2014. 120 p. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In, **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, V. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REVISTA DA ACICER, Edição histórica (1999-2000). **Bernardo Sayão, o homem que iniciou a história.** Cang/Ceres, Barranca/Rialma**.** Ano 1. N° 01. Ceres/GO.

REZENDE, M.C. da. S.; CHAVEIRO, E. F. & CALAÇA, M. **A Dinâmica Demográfica de Goiás.** Goiânia: Ellos, 2009

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para Oeste:** A influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. Volume 1. Ed. USP, Rio de Janeiro. 1970

SAN FRANCESCO, “Estigmatização de São Francisco”, de Giotto (c. 1296-1300). Disponível em: <www.san-francesco.org/immagini.html> Acessado em: 25/08/2015

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo, EDUSP, 2004.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos:** exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópololis, RJ: Vozes, 1993

_____. A política de colonização no Brasil Contemporâneo. In. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. V. 15 – N° 1. Jan/Fev/Mar/Abril – 1985.

_____. Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do estado novo à nova república In. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.** V. 25 – N° 1. Jan/Abril – 1995.

_____. Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira? In. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. V. 18 – N° 2. Ago/Novembro – 1988.

SAYÃO, L. **Meus pai Bernardo Sayão**. 3 ª edição. Centro Gráfico do Senado Federal, 1976.

SEPLAN - **Secretaria de Planejamento de Goiás.** Ceres. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2009/ceres.pdf> Acessado em: 20/08/2015

SILVA, Sandro Dutra e. **Os estigmatizados:** distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1941-1959) / Sandro Dutra e Silva. – 2008.

_____. A experiência Urbana de Ceres: Representações simbólicas do planejamento e da ocupação social do espaço. In. Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia. **Revista UFG /** junho 2009. Ano XI n° 6.

SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. In.: **Revista Política e Trabalho**, N° 12, setembro, 1996. p. 10-14.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas.** Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2009.

VARGAS, Getúlio. **Problemas e realizações do Estado Novo**, Departamento Nacional de Propaganda, DNP, 1938

WACQUANT, Loïc, **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada.** Adaptado do capítulo 8 de Loïc Wacquant, *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État* (Paris: La Découverte, 2006).